

Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba



Revista nº 15 - 2008

**IHGP - Revista do
Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba**

Ano XV – 2008 – Número 15

**Cumprindo a lei municipal nº 2.160,
de 18 de Dezembro de 1974, edita o volume:**

Revista nº 15 do ano 2008

**Apoio:
Prefeitura do Município de Piracicaba
e
Secretaria de Ação Cultural**



Copyright – 2008 IHGP
Todos os direitos reservados ao IHGP
Impresso no Brasil – Printed in Brazil

Correção Ortográfica:
Comissão do IHGP

Editoração:
Jelzo Oliveira dos Santos

Foto da Capa:
Acervo IHGP

Capa:
Teatro Santo Estevão, fundado pelo Barão de Rezende
em 1871 e demolido em 1954

Arte da Capa:
Vitor Pires Vencovsky

Produção Gráfica:
Gráfica e Editora Degaspari



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA

CNPJ: 50.853.878.0001-48
Rua do Rosário, 781 - Centro
CEP: 13400-180 Piracicaba - SP - Brasil
Telefone: (19) 3434-8811
E-mail: ihgp@ihgp.org.br
Site: www.ihgp.org.br

**INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA**
DIRETORIA
(2008-2010)

Presidente

Pedro Caldari

Vice-Presidente

Marly Therezinha Germano Percin

1º Secretário

Waldemar Romano

2º Secretário

Toshio Icizuca

1º Tesoureiro

Vitor Pires Vencovsky

2º Tesoureiro

João Umberto Nassif

Orador

Gustavo Jacques Dias Alvim

Diretor de Acervo

Francisco de Assis Ferraz de Mello

Suplentes

Elias Salum

Noedi Monteiro

Renato Leme Ferrari

Conselho Fiscal

Flávio Rizzollo

Timótheo Jardim

Geraldo Claret de Mello Ayres

Suplentes - Conselho Fiscal

Antonio Altafin

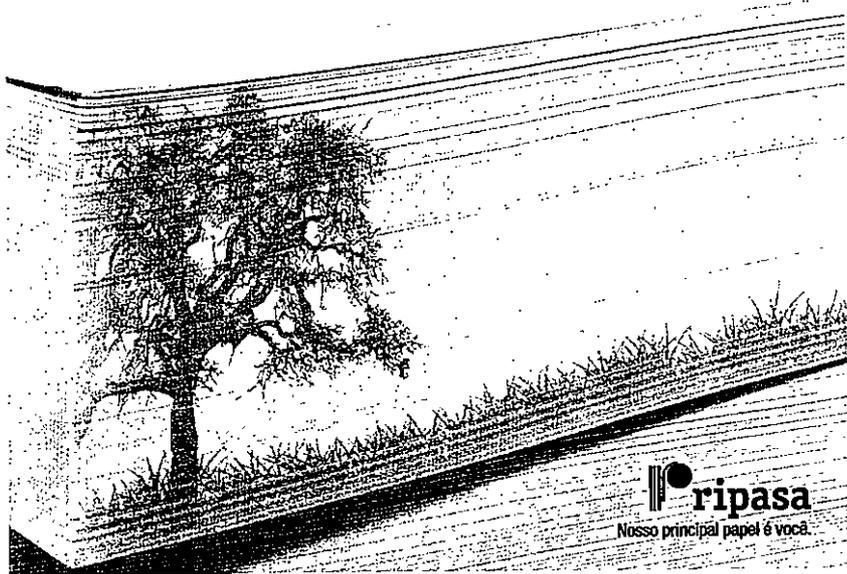
Antonio Carlos Neder

José Faganello

A Ripasa é uma empresa que faz questão de fazer valer, na prática, a idéia de que tecnologia e sustentabilidade são palavras que têm a mesma raiz.

14/01/02

Mais do que manejo florestal sustentável e madeira certificada, nosso papel é feito com a mais avançada tecnologia e a mais elevada responsabilidade social na construção de um futuro melhor para todos.



 **ripasa**

Nosso principal papel é você.

Nossos produtos estão em mais de 30 países.

Nossa história está em um só lugar.



**Uma empresa
de Piracicaba.**

www.ingmetalurgica.com.br

Sumário

Instituto Histórico e Geográfico Atuarante	
<i>Pedro Caldari</i> _____	11
Comunicações do IHGP _____	15
A Cultura e o Dialeto Caipira na Região de Piracicaba: Um resgate Linguístico e Cultural	
<i>Cibélia Renata da Silva Pires</i> _____	45
Vida e Obra de Luiz de Queiroz	
<i>Edmar José Kiehl</i> _____	63
A visita do velho senhor. Um Nobel em Piracicaba	
<i>Francisco Ferreira</i> _____	83
Prudente de Moraes. O início da História	
<i>Hugo Pedro Carradore</i> _____	91
O Espaço Urbano Piracicabano: Os Brownfields” no Bairro Paulista	
<i>João Luiz Franchi</i> _____	107
Tênis de Mesa de Piracicaba	
<i>José A. B. Camargo</i> _____	115

Bibliografia de João Ferraz de Toledo (João Mó)

João Zardetto de Toledo _____ 139

O Capitão Povoador Antônio Corrêa Barbosa

Marcelo Meira Amaral Bolaciovás _____ 149

A Guerra do Açúcar no Oeste Paulista (1842)

Marly Therezinha Germano Percin _____ 157

Piracicaba e seu Compromisso Histórico

Myria Machado Botelho _____ 191

Erudição, Gênio, Brilho e Audácia: Mário Neme

Samuel Pfromm Netto _____ 195

Piracicaba e a Civilização do Açúcar

Tito Livio Ferreira _____ 207

Instituto Histórico e Geográfico Atuarante

Pedro Caldari*

Em funcionamento desde 1967 como entidade de direito privado sem fins econômicos (não visa e não realiza lucro financeiro algum), o Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba congrega pessoas que representam a educação e a cultura piracicabanas. Ao longo desses anos todos, capitaliza a produção de significativos trabalhos nas áreas da História, da Geografia e das Ciências Correlatas especialmente relacionadas com a região de Piracicaba.

Manteve-se até agora com os recursos financeiros próprios – anuidades e contribuições de sócios, receita eventual de publicações – e, parcialmente, com os subsídios da municipalidade e as escassas colaborações do setor privado. Modesta nos gastos e tímida nos propósitos que demandam dinheiro propriamente, pode-se afirmar que foram grandiosos os resultados contabilizados pelas sucessivas diretorias executivas da instituição, e foi, graças a esses resultados constantes dos anais, que o IHGP firmou-se como parte do patrimônio cultural de Piracicaba.

Após 41 anos de profícua atividade ininterrupta, é até admissível que o IHGP necessite de algumas providências sérias, tanto

*Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba.

de ordem física – instalações gerais – como de ordem organizacional-administrativa. E sob este aspecto, verifica-se a necessidade de adaptar-se às mudanças sociais e tecnológicas, afinal, o mundo atual é bem diferente daquele da época da fundação do Instituto e segue mudando aceleradamente. A cibernética revolucionou o planeta e tudo indica que apenas estamos vivenciando parte das inovações desenhadas na atividade do homem moderno. E os progressos havidos nos deixam perplexos e os que virão a acontecer-nos sucessiva e continuamente irão nos exigir adequações cada vez maiores.

O IHGP sente profundamente a obrigação de modernizar-se. A digitalização de seu acervo e o acesso eletrônico – via rede de computadores interna e via internet – é questão de vital importância às atividades e às finalidades que lhe são pertinentes. Não admite-se mais o manuseio direto das publicações, principalmente quando se tratam de exemplares antigos e raros e muito menos ainda as suas reproduções gráficas através de processos que queimam e afetam os papéis já velhos e fragilizados.

Como toda atividade, a do Instituto demanda espaço físico, instrumentos de trabalho, mão-de-obra, insumos, os tais fatores que, à Economia, são chamados de fatores de produção – recursos naturais, trabalho e capital – e os ditos insumos são os produtos econômicos consumidos no processo. Ora, ora, isso tudo significa dinheiro – moeda, valor monetário que convencionalmente exerce o poder de mediar a velhíssima troca de bens e serviços e facilitar portanto as operações que os homens fazem entre si – e esse famigerado dinheiro é o elemento indispensável à consecução do fim proposto. Isso me faz lembrar uma brilhante conclusão proferida por um também brilhante filósofo após exaustivas experiências. Dizia ele: “na tentativa de viver sem a necessidade de uso de dinheiro, pude privar-me de vestimentas, de moradia, de todo tipo de utensílios e de objetos que proporcionam conforto e bem-estar, livrando-me pois de tudo e só não consegui suprimir a alimentação por completo senão morreria...” O IHGP se não dispuser de um mínimo de dinheiro em caixa também morrerá, pois de brisas ninguém vive.

A produção do IHGP é grande em quantidade e qualidade como já dissemos e deve prosseguir a passos largos e a uma profundidade ainda maior à medida que os recursos financeiros e humanos lhe forem aportados, via subsídios públicos e via contribuições do setor privado (pessoas físicas e jurídicas). Como todo e qualquer organismo ele existe e funciona com o concurso de recursos financeiros, de instalações, de materiais e do trabalho humano. Com a otimização desses elementos assegura-se o alcance de bons resultados que no seu caso -- sócio-cultural -- são totalmente enriquecedores do conhecimento histórico.

Está sendo preparada uma mostra das publicações desde a fundação e pretende-se republicar as obras de maior destaque e por conseguinte mais demandadas pelos estudiosos, dentre os quais há bom número de estudantes até de outras cidades, numa clara afirmação da credibilidade de nossos autores e do alcance de suas projeções intelectuais. Nessa linha ainda, a elaboração de monografias e bibliografias incluem-se nos planos da instituição sempre dentro do princípio de completa autonomia e absoluta isenção de quaisquer indícios de parcialidade de opinião.

Comunicações do

IHGPR

Cidadãos Agraciados com a Medalha de Mérito Prudente de Moraes

Outorgada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba.
Instituída pela Lei nº 2122 de 1º de julho de 1974.

Dr. Adilson Benedicto Maluf
Prefeito Municipal de Piracicaba

1. Salvador de Toledo Piza
2. Leandro Guerrini
3. Archimedes Dutra
4. Acary de Oliveira Mendes
5. Dargo Pinto Viegas
6. Guilherme Vitti
7. Jair Toledo Veiga
8. Delphin Ferreira da Rocha
9. Nélio Ferraz de Arruda
10. José Luiz Mesquita
11. Branca Motta de Toledo Sachs
12. Walter Radamés Accorsi
13. Flávio Moraes de Toledo Piza
14. Marly Therezinha Germano Perecin

15. Elias Salum
16. Euripedes Malavolta
17. Helly de Campos Melges
18. Hugo Pedro Carradore
19. Antônio Carlos de Mendes Thame
20. Gustavo Jacques Dias Alvim
21. Richard Edward Senn
22. Adib Domingos Jatene
23. Frederico Pimentel Gomes
24. Almir de Souza Maia
25. Oswaldo Cambiaghi
26. Salim Simão
27. Maria Celestina Teixeira Mendes Torres
28. Edmar José Kiehl
29. Antônio Carlos Neder
30. Antônio Pacheco Ferraz
31. Samuel Promm Neto
32. Admar Cervellini
33. Dovílio Ometto
34. Ernst Mahle
35. Geraldo Claret de Mello Ayres
36. Izaltina Ometto Silveira Mello
37. Manoel Gomes Tróia
38. Cecílio Elias Netto
39. Moacyr de Oliveira Camponez do Brasil S^o
40. Pedro Caldari
41. José Fernando Bosi
42. Paulo Celso Bassetti
43. Tarcísio Ângelo Mascarin
44. Antônio Henrique Carvalho Cocenza
45. Antônio Messias Galdino
46. Evaldo Vicente

Sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba Falecidos

Acary de Oliveira Mendes
Abner da Silva
Alberto Thomazzi
Alcides Aldrovandi
Ângelo Di Lello
Aracy de Moraes
Archimedes Dutra
Aristides de Castro Gonçalves
Bennur Galvão do Amaral
Branca Motta de Toledo Sachs
Branca Pelegrini de Moreas Barros
Caiuby de Souza Arruda
Cacilda Azevedo Cavaggione
Danilo Sancinetti
Delphin Ferreira da Rocha Netto
Dulce Salles Cunha Braga
Erasto da Fonseca
Euripedes Malavolta
Felisberto Pinto Monteiro
Fernando Ferraz de Arruda
Flávio de Moraes Toledo Piza
Fortunato Losso Netto
Frederico Pimentel Gomes
Geraldo Bragion

Geraldo Nunes
Haldumont Nobre Ferraz
Helena Rovay Benetton
Helly de Campos Melges
Jair de Toledo Veiga
José Luiz Guidotti
Júlio Seabra Inglez de Souza
Júlio Soares Diehl
Lauro Natali
Leandro Guerrini
Ludovico Trevisan
Luiz Gonzaga Engelberg Lordello
Luiz José de Mesquita
Manoel Lopes Alarcon
Manoel Rodrigues Lourenço
Maria Amália Correa Giaffoni
Mário Hoeppe Dutra
Mário Pires
Milton Ferraz de Arruda
Nair Barbosa de Almeida Leme
Nélio Ferraz de Arruda
Noedy Krähembühl
Olênio Arruda Veiga
Oswaldo Cambiaghi
Paulo Nogueira de Camargo
Ramiro Alves Catulé
Salim Simão
Salvador Toledo Piza Júnior
Shirley Prado
Sólon Borges dos Reis
Thalma Tavares
Tito Lívio Ferreira
Vanda de Camargo Carneiro
Waldir Martins Ferreira
Walter Radamés Accorsi
Walter Ramos Jardim
Walter Waeny

Resenha IHGP – Abril 2008

1. Posse Festiva

04.04.08, 20h, no Salão Nobre da Câmara de Vereadores de Piracicaba, oficializou-se a Posse da Diretoria Executiva (D.E.) e do Conselho Fiscal (C.F.), assim constituídos:

Diretoria Executiva

Presidente: Pedro Caldari

Vice-Presidente: Marly Therezinha Germano Percin

1º Secretário: Waldemar Romano

2º Secretário: Toshio Iczuca

1º Tesoureiro: Vitor Pires Vencovsky

2º Tesoureiro: João Umberto Nassif

Orador: Gustavo Jacques Dias Alvim

Diretor de Acervo: Francisco de Assis Ferraz de Mello

Suplentes

Elias Salum, Noedi Monteiro e Renato Leme Ferrari.

Conselho Fiscal

Flávio Rizzolo, Timótheo Jardim e Geraldo Claret de Mello Ayres.

Suplentes Conselho Fiscal

Antônio Altafin, Antônio Carlos Neder e José Faganello.

2. Reuniões da D.E.

Realizadas nos dias 10, 23

Ficou deliberado que a D.E., reunir-se-á mensalmente nas primeiras e terceiras segunda-feiras de cada mês às 17 horas, no início desta gestão 2008-2010, devendo passar a reunir-se ordinariamente na segunda segunda-feira de cada mês, às 17 horas e com a duração máxima de 90 minutos a fim de não se comprometer as obrigações pessoais dos diretores e eventuais convidados às sessões.

3. Reuniões de C.P. e D.T

Deverão obedecer os critérios estabelecidos pelos respectivos membros que as integram; as datas e horários deverão fazer parte de uma Agenda fixada na Secretaria do IHGP e disponível no site do IHGP.

4. Atividades do IHGP:

4.1. Descarte de materiais inservíveis

Está se efetuando o expurgo de materiais acumulados nas instalações do IHGP sem nenhum valor histórico-cultural e/ou de interesse significativo às finalidades institucionais.

Nessa classificação (inservíveis) incluem-se estantes e mesas atacadas por cupim, armários de aço sucateáveis, máquinas de escrever quebradas e outros objetos e utensílios de escritório sem mais condições de uso e/ou de recuperação, partes e peças de computadores obsoletos e aparelhos outros (fax, leitor de microfilme) também irrecuperáveis.

4.2. Remanejamento de quadros fixados nas paredes das salas, locando-se nas áreas adjacentes

4.3. Serviços de limpeza geral

Procedeu-se uma vigorosa faxina nas dependências do IHGP, inclusive no interior dos armários, arquivos e estantes. Louve-se aqui à dedicação das senhoras funcionárias da instituição que não pouparam

esforços à consecução da espinhosa tarefa. Grande quantidade de livros, jornais e revista foi manipulada, ordenando-se a disposição desse acervo. Há a necessidade de proceder-se um expurgo das obras ora acumuladas nas inúmeras estantes e armários, no intuito de se destinar às bibliotecas públicas aquelas consideradas puramente de caráter literário geral – romances, poesias, cultura geral, educacionais, esportivas etc. – não vinculadas portanto, aos objetivos e finalidades sociais do IHGP.

Ressaltamos pois, o sentido do IHGP na manutenção de uma biblioteca especializada em história e geografia pátrias, conseqüentemente, não confundindo-se com a função específica de biblioteca pública de consulta geral.

5. Atendimento ao público

Consideramos a necessidade de se estabelecer um limite de horário para o atendimento do público – consultas ao acervo, pesquisar e obtenção de materiais.

6. Página na Internet

Há a necessidade de se avaliar o que existe hoje disponibilizado através do site e de se elaborar um verdadeiro projeto de amplo alcance compatível à funcionalidade social-institucional do IHGP, estabelecendo-se inclusive quais seriam as restrições para o livre uso do acervo histórico do IHGP.

Seria aconselhável criar-se uma comissão e/ou Departamento específico?

7. Publicações

7.1. Revista do IHGP

7.1.1. Providenciar a edição comemorativa do aniversário de fundação de Piracicaba contendo trabalhos de membros do Instituto.

7.1.2. Elaborar uma edição especial contendo:

- Relação dos membros atuais do IHGP, titulares e correspondentes
- Idem, dos ex-membros (falecidos)
- Idem dos contemplados com a Medalha de Mérito Prudente de Moraes.

7.2. Livros e Revistas IHGP

7.2.1. Há a obrigação do IHGP de cumprir com o que determina o seu estatuto: editar obras de caráter histórico institucional, abstendo-se portanto de promover quaisquer outras publicações não compatíveis aos seus objetivos sociais. Infelizmente o IHGP não pode assumir funções outras – de cunho literário e/ou de conteúdo diverso a sua especialidade editorial.

Propomo-nos a editar duas Revistas por semestres com o apoio e a participação dos membros.

7.2.2. Na questão dos livros, especialmente aqueles de importância histórica à cultura piracicabana, editados ou não pelo IHGP, é de nosso maior interesse a consolidação de um acervo permanente e crescente de títulos e volumes à disposição dos usuários da biblioteca do IHGP, inclusive com exemplares à venda sob controle da secretaria.

7.2.3. Resenha do IHGP

Idealizamos a edição/distribuição mensal de um resumo das atividades do IHGP a fim de se oferecer aos associados as informações completas da instituição – da diretoria, das comissões e dos departamentos – as mais transparentes possíveis e na firme intenção de integrar e de motivar todos os associados às atividades do IHGP.

8. Galeria de fotos de Ex-Presidentes

Removida provisoriamente para pintura e reparação nas paredes e piso da sala. Solicitado um orçamento para restauração de fatos e molduras em processo de deteriorações físicas e, da conveniência de refazê-las sob um único padrão.

9. Reparções nas salas do IHGP.

9.1. Pisos – colocação de novas placas em substituição às desgastadas pelo uso intenso.

9.2. Pintura das paredes, portas e janelas.

9.3. Recolocação dos quadros nas paredes das salas.

10. Parcerias

10.1. Consideramos importante a busca de parcerias a fim de se obter apoio promocional financeiro, suprindo-se assim as necessidades básicas do IHGP, qualificamos dentre tais necessidades:

- a) edição da Revista do IHGP;
- b) edição dos livros selecionados pela diretoria em consonância com as recomendações de seu Conselho Editorial (órgão a ser constituído pelo IHGP);
- c) manutenção do site do IHGP;
- d) sistema de acesso ao acervo do IHGP para estudo e pesquisa – especialistas, estudantes, confrades e do público interessado;
- e) sistema de reprodução de documentos históricos e de literatura histórica;

- f) exposições e mostras do acervo do IHGP com o firme propósito de se divulgar e de se difundir a cultura histórica de Piracicaba; públicos-alvos: escolas de todos os níveis, clubes sociais, centros comerciais.

10.2. Projetos de maiores envergaduras a serem propostos e desenvolvidos, como por exemplo a da sonhada aquisição da sede própria, a adequação das suas instalações (arquivo, preservação/restauração de documentos históricos, centro de informática) e outros serviços de apoio à pesquisa.

Resenha IHGP – Maio de 2008

1. Reuniões De Diretoria

Realizadas nos dias 12 e 26 de maio, às 17 horas, na sede social, com a presença da maioria dos Diretores.

Principais assuntos tratados e respectivas deliberações:

1.1. Sede Social:

Concluíram-se os trabalhos de remoção de materiais inservíveis e de limpeza das instalações, incluídas as estantes das bibliotecas.

Executou-se a pintura das salas – paredes e portas.

Foram recolocados os arquivos de aço e os armários a fim de se possibilitar a organização da Secretaria, futura sala de diretoria, futuro auditório/sala de conferências, sala de armazenagem de publicações e procedendo-se a ordenação das edições de revistas e livros, a guarda dos painéis fotográficos e da coleção de fotografias históricas de Piracicaba que se prestam às exposições itinerantes.

1.2. Os arquivos administrativos também passaram por ordenação e guarda adequadas.

Estas foram as providências autorizadas e executadas pela diretoria.

2. Reformas da Sede

2.1. Pisos:

Aguarda-se a obtenção de recursos financeiros para realizar-se os serviços necessários.

2.2. Auditório:

Aguarda-se também os recursos necessários à aquisição dos móveis.

Consideramos importante a montagem da sala para o funcionamento do IHGP - local para reuniões de sócios e realização de palestras, seminários e cursos especiais.

2.3. Sala da Secretaria:

Falta-nos adquirir uma mesa de trabalho com um microcomputador acoplado e com os equipamentos adicionais próprios para os serviços de secretaria.

2.4. Galeria dos Ex-Presidentes:

Aguarda-se também o aporte de recursos financeiros.

3. Livros e Revistas

3.1. A Diretoria, por solicitação do Presidente, criou a Comissão de Publicação "ad referendum" da Assembléia dos associados a fim de melhor cumprir as finalidades prescritas no art. 2º do Estatuto Social.

3.1.1. A comissão está assim composta: Marly Therezinha Germano Perecin, Gustavo Jacques Dias Alvim, Francisco de Assis Ferraz de Mello e Vitor Pires Vencovsky.

3.1.2. A Comissão estabelece as normas disciplinadoras das edições e de revistas sob a chancela do IHGP. O texto completo de tais normas está a disposição dos sócios na Secretaria e será publicado na íntegra no próximo número da Revista IHGP.

3.1.2.1. Aprovada a publicação do livro “Os Primórdios de Piracicaba”, de autoria do Frei Sermo Dorizotto, através da Editora De Gaspari, e programado o lançamento na próxima comemoração do Aniversário de Piracicaba – 2ª quinzena de agosto.

3.1.2.2. Programada a publicação da Revista IHGP, prevista para agosto/2008. A Comissão está recebendo os artigos para seleção.

4. Reuniões das Comissões Permanentes e dos Departamentos

A Diretoria solicita aos senhores membros designados, a gentileza e o empenho de cada um às elaborações e às execuções de seus respectivos planos de trabalho. Em caso de dúvida e/ou esquecimento das finalidades e/ou objetivos específicos, favor consultar o Regimento Interno do IHGP disponível na Secretaria.

5. Expediente da Diretoria

5.1. Presidente:

Tem estado presente na sede social todos os dias úteis, das 8:00 às 11:30 horas.

5.2. Diretoria:

Fazem-se presentes de acordo com as responsabilidades dos respectivos cargos.

6. Visitantes

Foram recebidos na sede social inúmeros consulentes, sócios e amigos do IHGP e, em especial, atendendo nosso convite, o sr. Omir José Lourenço, Secretário Municipal de Ação Cultural e de Turismo, fazendo-se acompanhar da sra. Mara. Na oportunidade o sr. Secretário inteirou-se do Plano de Gestão 2008-2010, das reformas em curso e das atuais necessidades do IHGP, bem como, das principais finalidades da instituição e, em especial dos critérios vigentes quanto as publicações de livros e de revistas sob a chancela do IHGP, sendo-lhe enfatizada as responsabilidades observadas na utilização das verbas providas pela Prefeitura Municipal de Piracicaba. Presentes nessa reunião, o presidente, os srs. Gustavo Jacques Dias Alvim, João Umberto Nassif e Vitor Pires Vencovsky.

7. Recursos Financeiros

7.1. Associados:

A diretoria decidiu pela cobrança da anuidade através de carta pessoal, facultando-se ao sócio o parcelamento das importâncias devidas em até 3 vezes sem acréscimo algum, mesmo quando em atraso.

7.2. A presidência encaminhou carta a determinadas entidades e empresas locais pleiteando possíveis parcerias, com o propósito de levantar recursos financeiros.

Resenha IHGP – Julho de 2008

A. Reunião de Diretoria

Realizada no dia 30/06/2008 com as presenças dos diretores, de membros de Comissões e de Departamentos convidados.

Assuntos tratados:

1. Reformas da Sede Social

Só poderão ser efetivadas com a obtenção de recursos financeiros, via contribuições – doações.

Consulta: a Secretaria de Ação Cultural endereçou-nos o parecer da Procuradoria Geral que impede-nos de remanejar a verba locada pelo Convênio da Prefeitura Municipal – IHGP.

2. Publicações

A Comissão de Publicações aprovou e serão editados os livros “Os Primórdios de Piracicaba” da autoria de Frei Sermo Dorizotto –29/08/08 – Estação da Paulista, e “Na Trilha do Passado Paulista – Fazendas, Engenhos e Usinas” de autoria de Neide Marcondes – Agosto de 2008 (local e dia ainda não fixados) e, da Revista IHGP, dois números, em Agosto e Novembro – 2008.

As publicações, através do IHGP, a partir da atual gestão, obedecem as normas regimentais recém instituídas que as disciplinarão doravante, em consonância com o Estatuto Social.

3. Recursos Financeiros

A diretoria está empenhado-se na obtenção de recursos via parceria com empresas e entidades e de recebimentos de anuidades de associados, apesar das dificuldades todas com que vem se defrontando.

4. Análise da Instituição IHGP

4.1. 53 associados – 51,5% - não freqüentam e não pagam a anuidade devida estatutariamente, incursos, portanto, na penalidade máxima determinada pelo Estatuto.

4.2. Admissão de associados: deverá obedecer a uma rigorosa avaliação e cumprir a uma nova exigência regimental qualificativa indispensável, a exemplo do exigido pelos Institutos congêneres consultados.

4.3. Funcionalidade do IHGP – pesquisas, consultas, fornecimentos de publicações e informações – deverá obedecer a uma normalização interna, a exemplo também dos Institutos congêneres.

A Secretaria precisa contar com melhores condições de trabalho – móveis e pessoal – para atender adequadamente as suas funções.

5. Digitalização – Internet

São duas urgentes necessidades a serem satisfeitas e, por serem correlatas, realizadas simultaneamente.

Sobre a digitalização de jornais, feitas nas gestões anteriores, estamos aguardando a análise solicitada para então concluirmos das medidas demandadas, considerando-se também o restante do nosso acervo documental/fotográfico.

Insistimos na pergunta crucial: “Qual é a oferta do IHGP para os consulentes e associados?” Arelados a tal pergunta, há outras decorrentes – gratuidade, disponibilidade, possíveis vendagem, direitos autorais, etc...

6. Receitas Alternativas

- 6.1. Publicidade – Revista IHGP
- 6.2. Parcerias na edição de livros
- 6.3. Parcerias na elaboração de monografias e bibliografias sob encomenda
- 6.4. Venda de livros e da Revista IHGP
- 6.5. Venda de DVD de registros/obras do acervo do IHGP.

B. Assembléia Geral Extraordinária

Estamos preparando a ordenação de medidas a serem submetidas à deliberação dos associados do IHGP em data próxima.

Plano Global da Gestão, 2008-2010

1. Qualificação de Pessoa Jurídica

1.1. Razão Social

Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba

1.2. Sede Social

Rua do Rosário, 781

CEP: 13400-183 - Bairro Centro Telefone: (19) 3434-8811

E-mail: ihgp@ig.com.br

Internet - site: ihgp.org.com.br

1.3 Dados de registros oficiais

1.3.1. Utilidade Pública 1.3.1.1. Municipal 1.3.1.2. Estadual

1.3.2. Pessoa Jurídica Civil de direito privado 1.3.2.1. Receita Federal - CNPJ: 50.853.878/0001-48

1.4. Fundação:

Em 1º de agosto de 1967, Ano do Bi-Centenário de fundação da cidade de Piracicaba.

1.5. Patrono:

Prudente José de Moraes, Primeiro Presidente Civil da República Federativa do Brasil.

1.6. Do Instituto e seus fins, estatutariamente:

De caráter científico e cultural voltado ao estudo e à divulgação da História, da Geografia e das Ciências correlatas, especialmente quanto às relacionadas com a cidade de Piracicaba, não tendo fins econômicos ou lucrativos e seu prazo de duração é ilimitado.

2. Estrutura institucional - organizacional

2.1. Corpo associativo, composto por número ilimitado de pessoas físicas residentes e domiciliadas em Piracicaba, eleitas na forma prescrita no Estatuto Social e na condição de sócios titulares.

2.2.2. Diretoria Executiva

1. Presidente: Pedro Caldari
2. Vice-Presidente: Marly Therezinha Germano Percin
3. Primeiro Secretário: Waldemar Romano
4. Segundo Secretário: Toshio Iczuca
5. Primeiro Tesoureiro: Vitor Pires Vencovsky
6. Segundo Tesoureiro: João Umberto Nassif
7. Orador: Gustavo Jacques Dias Alvim
8. Acervo: Francisco de Assis Ferraz de Mello

9. Suplentes - Diretoria

Elias Salum
Noedi Monteiro
Renato Leme Ferrari

2.2.3. Conselho Fiscal

1. Flávio Rizzolo
2. Timótheo Jardim
3. Geraldo Claret de Mello Ayres

4. Suplente - Conselho Fiscal
4. Antônio Altafin
5. Antônio Carlos Neder
6. José Faganello

2.2.4.1. Arquivo e Documentação

1. Coordenador: Marly Therezinha Germano Perecin
2. Membro: Myria Machado Botelho
3. Membro: Maria Beatriz Bianchini Bilac
4. Membro: Luiz Francisco Albuquerque de Miranda

2.2.4.2.1. Coordenador: Luiz Francisco Albuquerque de Miranda

1. Membro: Adriano Augusto Sgrignero
2. Membro: Zahira Neder Petrini
3. Membro: Manoel Gomes Tróia

2.2.4.3. Cultural

1. Coordenador: Armando Alexandre dos Santos
2. Membro: Hugo Pedro Carradore
3. Membro: Ezio Antônio Pezzatto
4. Membro: Fábio Ferreira Coelho Bragança

2.2.5. Comissões Permanentes

2.2.5.1. Sindicância e Admissão de Sócios

1. Coordenador: Gustavo Jacques Dias Alvim
2. Membro: Antônio Messias Galdino
3. Membro: Antônio Henrique Carvalho Cocenza

2.2.5.2. História, Geografia e Ciências Auxiliares

1. Coordenador: Vitor Pires Vencovsky
2. Membro: Francislúdio Beduschi
3. Membro: Moacyr de Oliveira Camponez do Brasil Sobrinho

2.2.5.3. Finanças

1. Coordenador: Renato Leme Ferrari
2. Membro: Paulo Celso Bassetti
3. Membro: Mário Dresselt Dedini

2.2.5.4. Patrimônio

1. Coordenador: Toshio Iczuca
2. Membro: João Chaddad
3. Membro: Cezário de Campos Ferrari
4. Membro: Eugênio Nardin

2.2.5.5. Assessoria de Imprensa e Relações Públicas

1. Coordenador: João Umberto Nassif
2. Membro: Evaldo Vicente
3. Membro: José Rosário Losso Netto
4. Membro: Antonietta Rosalina Losso Pedroso

2.2.5.6. Raça, Etnia e Igualdade

1. Coordenador: Noedi Monteiro
2. Membro: João Carlos Sajovic Forastieri
3. Membro: Moacir Nazareno Monteiro
4. Membro: Marinalda Garcia

2.2.5.7. Comissão Especial de Publicação

1. Coordenador: Marly Therezinha Germano Percin
2. Membro: Gustavo Jacques Dias Alvim
3. Membro: Luiz Francisco Albuquerque de Miranda
4. Membro: Francisco de Assis Ferraz de Mello
5. Membro: Vitor Pires Vencovsky

2.2.5.8. Outorga da Medalha de Mérito Prudente de Moraes

1. Coordenador: Gustavo Jacques Dias Alvim
2. Membro: Pedro Caldari
3. Membro: Marly Therezinha Germano Percin

2. Sede Social

2.1. Objetiva-se a longo prazo, a obtenção de um imóvel para estabelecer-se a sede própria do IHGP. A formação de um Fundo Financeiro depende todavia, de condições propícias à capitalização de recursos providos por contribuição de sócios, de pessoas físicas e jurídicas e de instituições públicas.

2.2. Sede Provisória

2.2.1. O imóvel ora ocupado é de propriedade do Governo do Estado de São Paulo - Decreto nº 32369 de 21/09/1990 - mediante concessão por mera liberalidade e gratuidade, e é parte de um todo compartilhado com outros órgãos do próprio Governo e também com a Academia Piracicabana de Letras. A posse precária não é impeditiva à execução de melhorias na área ocupada pelo IHGP - já efetuadas em anos anteriores - e isso se faz necessário sempre.

2.2.2.1.1. Paredes

Em tinta látex, de todas as paredes em alvenaria de salas e banheiros.

2.2.2.1.2. Portas

Em tinta esmalte nas faces internas e em verniz nas faces externas em consonância com o padrão adotado para o prédio.

2.2.3. Pisos

As salas deverão ter os pisos substituídos por novos, tipo laminado de alto tráfego clicado, de fácil aplicação e indicado para o ambiente. A medida é exigida devido ao desgaste natural e também pelos danos ocasionados por infiltrações de água de chuva.

2.2.4. Iluminação

Há a necessidade de reparações de luminárias, interruptores, tomadas elétricas e de melhorias no sistema de iluminação de salas e corredores de uso comum.

2.2.5.1. Sala de Diretoria

Montagem de uma sala adequada à administração - diretoria executiva a fim de se propiciar um espaço de trabalho mínimo, composto de :

- 1 mesa (estação de trabalho)
- 4 cadeiras de trabalho
- 1 microcomputador
- 1 aparelho telefônico
- 1 armário de aço para guarda de documentos.

2.2.6. Sala de Secretaria Geral

Montagem de uma sala adequada às funções de Secretaria Geral - de atendimento ao público e ao associado, e, óbvio, de execução de serviços pertinentes ao setor específico: , assim composta:

- 1 mesa (estação de trabalho)
- 1 microcomputador provido dos equipamentos complementares apropriados aos serviços de secretaria. 1 aparelho de fax
- 1 aparelho telefônico
- 1 armário de aço para guarda de documentos 4 cadeiras de trabalho
- 1 mesa secretária auxiliar.

3. Área de Apoio

3.1. Copa e Despensa

Para os serviços específicos, providas das utilidades próprias para o atendimento de água, café e de manutenção e limpeza da sede social.

3.2. Bibliotecas

Há a necessidade de serem racionalizadas no mais amplo sentido - seleção, organização, catalogação computadorizada, controle e normalização operacional - determinando-se inclusive, critérios na recepção de doações futuras de livros, revistas, jornais e documentos. Compreender-se-á portanto a tarefa de descarte de partes classificadas próprias às bibliotecas comunitárias de uso comum.

3.2.1. Equipamentos necessários:

- 3 estantes adicionais (a serem avaliadas) 1 microcomputador para consultas
- 1 balcão de consulta provido de seis cadeiras.

3.3. Laboratórios

Digitalização do acervo de livros, documentos históricos, jornais, revistas, fotografias, com o provimento de:

- 1 aparelhagem fotográfica específica à digitalização
- 1 rede de microcomputador de porte mínimo para atendimento de consulentes e de pesquisadores
- 1 impressora para produção de cópias autorizadas pela Diretoria Executiva.

3.3.1. A Diretoria considera de maior importância e de prioridade absoluta, a digitalização completa do acervo do IHGP a fim de não comprometer a sua inquestionada preservação física e de não prejudicar-se o atendimento de pesquisadores e consulentes, lembrando ainda, que a modernidade assim exige e se fará exigente continuamente.

4. Galeria de Honra

4.1. Personalidades Históricas de Piracicaba

Introdução de fotos e quadros de personalidades reverenciadas pela sociedade piracicabana, tais como o Patrono do IHGP, Prudente José de Moraes, Capitão Povoador Antônio Correia Barbosa, Comendador Luciano Guidotti, na gestão do qual, como Prefeito de Piracicaba, em 1967, instituiu a criação do IHGP.

4.2. Ex-Presidentes da Diretoria Executiva do IHGP

Restauração e padronização das fotografias que compõem a Galeria, devido as deteriorações havidas.

5. Auditório e Sala de conferências

Dentre as iniciativas delineadas para esta gestão, destaca-se a montagem de um auditório para a realização de reuniões de sócios previstas pelo Estatuto Social e para sessões culturais, comemorativas especiais e de cunho cívico-educacional, prestando-se inclusive, às programações de palestras, cursos e seminários previstas nos objetivos e nas finalidades do IHGP.

A instalação compõe-se de:

1 mesa de cabeceira para 5 lugares, provida de 5 cadeiras

1 equipagem de som

1 tribuna para orador

1 panoplia em madeira para 4 bandeiras

1 bandeira de pano do Brasil

1 bandeira do Estado de São Paulo

1 bandeira de Piracicaba

1 bandeira do IHGP

50 cadeiras móveis providas de apoios de braços, assentos e espaldares em tecido adequados e na cor preta.

6. Quadro Social

Para o funcionamento do IHGP há a necessidade de se dotá-lo de um corpo mínimo de pessoal permanente para o atendimento da Secretaria Geral, Biblioteca, Laboratório de Pesquisa e Arquivos Históricos e Área de Apoio.

O número de funcionários é limitado à capacidade do orçamento operacional da instituição.

7. Publicações

7.1 Revista oficial do IHGP

Prevê-se a edição de dois números por semestre, meta esta bastante audaciosa em função dos custos e das escasses de recursos financeiros.

7.2. Há a obrigação do IHGP de cumprir com o que determina o seu estatuto: editar obras de carácter histórico institucional, abstendo-se portanto de promover quaisquer outras publicações não compatíveis aos seus objetivos sociais. Infelizmente o IHGP não pode assumir funções outras - de cunho literário e/ou de conteúdo diverso a sua especialidade editorial.

Propomo-nos a editar duas Revistas por semestres com o apoio e a participação dos membros.

7.3. Na questão dos livros, especialmente aqueles de importância histórica à cultura piracicabana, editados ou não pelo IHGP, é de nosso maior interesse a consolidação de um acervo permanente e crescente de títulos e volumes à disposição dos usuários da biblioteca do IHGP, inclusive com exemplares à venda sob controle da secretaria.

7.4. Página na Internet

O IHGP deverá aprofundar-se na utilização dos recursos proporcionados pela Internet e para tanto se faz necessário um trabalho bastante sério e técnico.

7.5. Exposições fotográficas itinerantes

Com a utilização de painéis com imagens históricas de Piracicaba.

8. Recursos Financeiros

8.1. IHGP

8.1.1. Anuidades de sócios e contribuições espontâneas de sócios.

8.1.2. Venda de livros de sua publicação (reedições)

8.2. Prefeitura Municipal de Piracicaba

8.2.1. Convênio com a Secretaria de Ação Cultural

8.2.2. Verba adicional à conveniada

8.3. Parcerias

8.3.1. Entidades de Piracicaba

8.3.2. Pessoas jurídicas - indústrias e comércio de Piracicaba. Sob essa modalidade poder-se-ia negociar a elaboração de monografias e bibliografias, de atividades e personalidades empresariais, respectivamente.

8.4. Projetos incentivados - Lei Rouanet e outros dispositivos fiscais utilizáveis, embora sejam de difícil e restrito acesso a curto prazo, são meios que devem ser explorados como possíveis provedores de recursos.

A Cultura e o Dialeto Caipira na Região de Piracicaba: Um Resgate Linguístico e Cultural

Cibélia Renata da Silva Pires*

Resumo: Este presente artigo faz parte de um projeto de pesquisa da USP intitulado “Formação e expansão do português paulista ao longo do Rio Tietê até o Mato Grosso a partir do século XVI”, o qual busca, por meio da coleta e análise de aspectos linguísticos, históricos e socioculturais em documentos e gravações, determinar quais fatores serviram de base na formação e expansão da variedade linguística nascida em núcleos familiares paulistas ainda nos séculos XVI e XVII, variedade a partir da qual surgiu o dialeto caipira.

Dentre os municípios selecionados por este projeto, este artigo focalizou sua pesquisa na região de Piracicaba onde, de acordo com estudos realizados por Amaral (1920) e Rodriguês (1974), ainda é possível encontrar em pleno vigor a existência de uma cultura e dialeto caipira local.

Palavras-Chave: caipira, dialeto, Piracicaba

* Mestranda na área de Filologia e Língua Portuguesa da USP com Bolsa CAPES e pesquisadora do projeto “Formação e expansão do português paulista ao longo do Rio Tietê até o Mato Grosso a partir do século XVI”.

A política expansionista de Morgado de Mateus

Quando D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão¹, o Morgado de Mateus, foi nomeado governador da Capitania de São Paulo, em 1765, ele recebeu ordens expressas vindas de Portugal para que fossem criadas povoações civis nas partes vazias dos territórios paulistas e expansões de terras rumo ao Sul e ao Oeste. O objetivo maior de Morgado de Mateus era dilatar os domínios portugueses, conquistando novos serões e combater o inimigo espanhol. As áreas mais visadas seriam a do Iguatemi², Tibaji e Campos de Guarapuava, sendo a primeira de maior importância por sua posição estratégica, pois “estabelecer-se no Iguatemi seria fincar pé em território fronteiriço da maior importância³(...)”.

Ao mesmo tempo em que tinha preocupações com a fundação da colônia militar de Iguatemi, D. Luiz Antônio não perdeu de vista o cumprimento das ordens régias no tocante à criação de vilas e povoados. Convicto da estratégica posição militar que gozaria a colônia de Iguatemi, o Morgado de Mateus viu na criação de povoações nas margens do rio Tietê a possibilidade de facilitar o abastecimento de víveres e munições a tropas que seguiriam rumo à colônia de Iguatemi, bem como a prestação de socorros para as frotas fluviais que viajavam em direção às minas do Oeste:

Imediatamente depois da partida de uma expedição passava-se a providenciar outra. Fossem canoas e instrumental de navegação, fosse armamento, fosse material humano, eram recrutados sucessivamente todos os mananciais que a Capitania pudesse oferecer. (...) A estas atividades, estava intimamente ligada a fundação de Piracicaba, grande fornecedora de canoas e, posteriormente de gente para povoar as margens do Tietê, em seu curso até o Paraná⁴ (...).

Pensando nisso, Morgado de Mateus nomeia, em 24 de julho de 1766, Antônio Correa Barbosa para o cargo de Diretor e Povoador de Piracicaba que recebe ordens expressas de “tratar os moradores antigos e os que se estabelecessem de novo com toda a suavidade

e sem vexação”⁵. É importante perceber aqui que Morgado de Matheus nunca ignorou a existência de antigos posseiros na região.

Esta informação sobre a existência de antigos roceiros na região torna-se muito importante para o estudo de uma cultura caipira local, pois, segundo estudos recentes⁶, durante as incursões paulistas em busca de ouro, teria se formado, no trajeto que liga Piracicaba ao Mato Grosso, uma civilização caipira representada por diversos fenômenos próprios, com tradições, usos e costumes específicos:

Na verdade, o caipira é de origem paulista. É produto da transformação do aventureiro seminômade em agricultor precário, na onda dos movimentos de penetração bandeirante que acabaram no século XVIII e definiram um extensa área: São Paulo, parte de Minas e do Paraná, de Goiás e do Mato Grosso, com a área afim do Rio de Janeiro rural e do Espírito Santo. Foi o que restou de mais típico daquilo que um historiador grandiloquente mais expressivo chamou de “Paulistânia”. Nessa linha de formação social e cultural, o caipira se define como um homem rústico de evolução muito lenta, tendo por fórmula de equilíbrio a fusão intensa da cultura portuguesa com a aborígine e conservando a fala, os usos, as técnicas, os cantos, as lendas que a cultura da cidade ia destruindo, alterando essencialmente ou caricaturando⁷ (...).

A formação da cultura caipira na região de Piracicaba

Piracicaba, localizada na zona de povoamento antigo do Estado de São Paulo, foi fundada oficialmente em 1767 para que servisse de ponto de apoio e abastecimento para as tropas que, partindo de Ararituaba (atual Porto Feliz), seguiriam rumo às minas auríferas de Mato Grosso e Goiás, como também abasteceriam as tropas com destino ao Forte de Iguatemi. No entanto, com a decadência da atividade de mineração e, mais tarde, com a destruição de Iguatemi pelos espanhóis em 1777, houve uma regressão econômica e toda a área econômica entra em uma situação de pobreza, o que obriga as pesso-

as das diversas camadas sociais a procurarem outros caminhos para a sobrevivência. Ao contrário do que havia acontecido com a economia açucareira, no caso da mineração, houve uma queda brusca da rentabilidade, levando pessoas a procurarem outras atividades:

Não se havendo criado nas regiões mineiras formas permanentes de atividades econômicas — à exceção de alguma agricultura de subsistência — era natural que, com o declínio da produção de ouro, viesse uma rápida e geral decadência. Na medida em que se reduzia a produção, as maiores empresas se iam descapitalizando e desagregando. A reposição da mão-de-obra escrava já não se podia fazer, e muitos empresários das lavras, com o tempo, se foram reduzindo a simples fiscoadores. Desta forma, a decadência se processava por uma lenta diminuição do capital aplicado no setor mineratório. A ilusão de que uma nova descoberta poderia vir a qualquer momento induzia o empresário a persistir na lenta destruição do seu ativo, antes de transferir algum saldo liquidável para outra atividade econômica. Todo o sistema se ia assim atrofiando, perdendo vitalidade, para finalmente desagregar-se numa economia de subsistência⁸.

Desta forma, os antigos mineradores tornaram-se fazendeiros ou fiscoadores, artesãos e empregados passaram a ser posseiros de terras abandonadas, e outros cidadãos, já ruralizados, espalharam-se pelos matos à procura de terras para sua própria sobrevivência, transformando-se em roceiros que criam gado e lavouras para a sobrevivência. Esses roceiros, que passaram a ser chamados caipiras, dispersaram-se por grandes áreas, com grande distanciamento de uma família para outra:

Foi o povoamento disperso que favoreceu a manutenção de uma economia de subsistência, constituída dos elementos sumários e rústicos próprios do seminomadismo. O deslocamento incessante do bandeirismo prolongou-se de certo modo na agricultura itinerante, nas atividades de coleta, caça e pesca, do descendente caipira, a partir do século XVIII. As técnicas rudimentares, a cultura improvisada no nômade encontraram condições para sobreviver⁹.

O antigo sistema de alta produtividade cedeu lugar a uma economia de subsistência, envolvendo uma população relativamente numerosa e desarticulada que constituiria um dos principais núcleos demográficos do país. Foi assim formado um "lençol de cultura caipira"¹⁰ com características próprias e apoiados numa agricultura de subsistência e apoio vicinal. Era uma forma autárquica de sociedade que procurou resistir ao máximo, com sua estrutura de vida simples, à chegada do latifúndio produtivo com sua maior susceptibilidade às atividades de troca e produção em grande escala¹¹.

Desde o início de sua colonização, Piracicaba já esboçava em sua economia uma tímida agricultura de subsistência que reinou absoluta até a segunda metade do século XIX, quando começa o crescimento da produção açucareira na região, bem como em localidades vizinhas. Pelo menos até este período, as roças de milho e feijão fizeram parte da paisagem rural da região piracicabana:

*Com mais de meio século de existência, às vésperas de se tornar cidade, Piracicaba, de fato, não passava de uma Vila, onde, apesar de sua ponderável produção açucareira, mantinha características de economia de subsistência*¹².

O milho, o feijão e a mandioca foram utilizados como alimento durante o período em que os sertanistas percorriam veredas e atalhos em direção às minas de Cuiabá. A remanescente população que permaneceu espalhada por esta vasta região, onde mais tarde seria uma imensa zona rural, continuou mantendo esse tipo de alimento como base de sua alimentação:

*É em torno desses gêneros alimentares, como eram classificados - milho, feijão, mandioca, um pouco de arroz e, a produção açucareira em visível ascensão -, que girava a incipiente economia de Vila Nova da Constituição. A tais gêneros acrescenta-se alguma criação, em geral, de porcos, galinhas e algum gado*¹³.

A Vila Nova da Constituição, atual Piracicaba, permaneceu, durante muito tempo de sua história, em um sistema econômico nitidamente rural, mal saído do sistema de troca, dependendo ainda de normas de um Governo recém-instalado e não apenas de seus próprios recursos. O modo de vida de seus habitantes ainda era bastante primitivo, baseando-se na subsistência e em formas de defesa e sobrevivência. Deste modo, esta população remanescente do ciclo do ouro, que vivia de uma agricultura de subsistência, itinerante, baseada em mínimos vitais, organizando-se em agrupamentos chamados bairros rurais, passou a ser chamada de caipira. Uma das definições de caipira dada por Houaiss (2001) é a de um indivíduo que leva uma vida campestre rústica, com pouca instrução, hábitos rudes e caracterizados pela agricultura de subsistência e cultura itinerante, além de não terem posse da terra.

O caipira assim chamado possuía uma economia mais autárquica do que mercantil e áspera, sendo mais afeito à possibilidade de intercalar trabalho e lazer do que ter um padrão de vida mais alto com um sistema de trabalho mais rígido e caráter disciplinador aviltante. Com isso, ele poderia guardar os dias santos, que eram rigorosamente respeitados, e determinar os dias a serem trabalhados. Isso acontecia porque ele mesmo era produtor e a única pessoa que poderia decidir sobre as condições de seu trabalho, atividade que não tinha como objetivo o acúmulo de capital e conseqüente geração de lucro, mas a manutenção e sobrevivência de sua família e da comunidade como um todo:

(...) O administrador [Morgado de Mateus] não se conformava com o fato daqueles homens terem uma vida nômade e dispersa. Trabalhavam o necessário para o seu sustento e depois descansavam, jogavam, pescavam, caçavam... sem produzir excedente que permitisse o florescimento do comércio. Em cartas, não hesitava em relacionar a pobreza da Capitania a essa falta de caráter e disposição para o trabalho¹⁴.

Além das características já apontadas, Candido (1988) ressaltava que os caipiras viviam em pequenos agrupamentos chamados bairros rurais que se constituíam como “naçõezinhas” devido ao grau de isolamento em que permaneciam. Os bairros rurais se organizavam como grupos de vizinhança cujas relações interpessoais se baseavam na ajuda mútua e, através de uma participação coletiva nos trabalhos de roça e em atividades lúdico-religiosas, desenvolviam um sentido de solidariedade e coesão grupal.

O caipira, devido à sua agricultura itinerante, raramente criava raízes em um local. O uso constante de algumas técnicas agrícolas, como a queimada, faz com que o homem do campo sinta uma necessidade constante de se mudar, gerando uma instabilidade no povoamento rural brasileiro. Assim, os grupos rústicos de vizinhança estão sempre se renovando com a saída e a entrada de novos integrantes. Para que exista um sentimento de coesão social, estes integrantes participam ativamente das festas religiosas e procuram estabelecer laços através do compadrio e atividades como o mutirão. Essas são as maneiras de participação efetiva na vida da comunidade. Além de trazerem um sentimento de localidade, o bairro rural paulista também era conhecido por ser a unidade básica da civilização caipira.

Acima de tudo, o bairro rural era um grupo social igualitário em que estava sempre presente a noção de que todos os seus integrantes pertenciam a um mesmo nível social e, por essa razão, a cooperação entre os vizinhos se tornava fundamental. Sem a cooperação vicinal, era impossível para o caipira, que só dispunha da mão-de-obra doméstica, efetuar o trabalho de derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita etc. Havia uma aproximação maior entre as pessoas através dessa forma de ajuda mútua e cooperativa existente em agrupamentos rurais cuja atividade produtiva era baseada na agricultura familiar.

Essa modalidade de trabalho cooperativo surge quando, em determinado núcleo familiar, a execução de um determinado trabalho torna-se impraticável quando executado apenas pelos membros de uma família, sendo necessária a convocação de vizinhos para ajuda mútua. É necessário deixar claro que esse tipo de

trabalho não era remunerado e estava baseado apenas em relação de amizade, deixando para a pessoa que foi ajudada a obrigação moral de retribuir assim que fosse também solicitada e, além disso, não deixando de dar uma festa com fatura de comida e com muita música e dança. Essa prática, conhecida por *mutirão*¹⁵, favorecia os laços de solidariedade entre os integrantes do grupo e era característica marcante da cultura caipira.

Com o passar dos anos essa prática foi sendo abandonada por causa dos altos gastos que o beneficiário tinha em relação aos vizinhos, pois com seu novo modo de vida, com dinheiro sempre escasso e gastos cada vez mais altos, as festas com fatura de comida tornavam-se um encargo. Essa forma de ajuda foi substituída pelo pagamento a alguém por um ou mais dias de serviço para a execução da tarefa, ou então pela “troca de dias” que consistia no pagamento do beneficiário ser realizado não em dinheiro, mas em trabalhos. Assim, o beneficiário inicial era quem passava a prestar serviços nas terras do outro, retribuindo a ajuda da mesma forma.

Devido ao grau de isolamento, conseqüência da dificuldade de comunicação com os centros urbanos, os bairros rurais conservam uma antiga forma de civilização com a persistência de diversas manifestações folclóricas de origem portuguesa e a permanência de um estado de língua mais antigo. Esta “marginalidade” a que estavam sujeitas estas áreas, longe da vida sócio-econômica dos centros urbanos, propiciaram uma cristalização de traços de um português mais antigo presentes também em textos arcaicos. Deste modo, o seu dialeto carrega em si mesmo a sobrevivência de épocas remotas¹⁶.

Em Piracicaba havia ainda o problema das péssimas condições das estradas e pontes que dificultavam ainda mais o acesso entre a Vila e regiões vizinhas, bem como entre zona rural e urbana. Essa relação entre estrada e povoado é de interdependência, revelando não somente a ação do homem sobre o meio, mas sua relação em um nível sócio-econômico e cultural. Durante grande parte do século XIX, as principais estradas que ligavam Piracicaba à capital da Província, Mato Grosso e Santos sófriam com a degradação, sendo motivo de discussões frequentes nas sessões da Câmara Municipal.



*Aspecto de Piracicaba no século XIX.
A rua não era asfaltada e a condução era à tração animal¹⁷.*

Como já foi mencionado, durante o século XIX, em Piracicaba, ainda havia a permanência da policultura, ou agricultura de subsistência para consumo interno, junto da lavoura canavieira que continuamente ia crescendo. Inclusive, nos sítios que não dispunham de fábricas de açúcar, por serem pequenos e sem recursos, levavam os sitiantes a cultivar apenas o mantimento para o consumo. Na primeira metade do século XIX, a estrutura econômica de Piracicaba era de base agrícola com uso de trabalho servil e ausência de indústrias importantes:

*Na realidade, a Vila, em meados do século XIX, não dife-
ria muito em seu aspecto da Freguesia dos anos anteriores, faltando-
lhe ainda a vivacidade própria de um comércio intenso. Não apenas
o comércio, mais dois outros fatores para a urbanização: o desenvol-
vimento da indústria ainda incipiente e os aspectos culturais¹⁸.*

Em 24 de abril de 1856, a Vila Nova da Constituição foi elevada à categoria de cidade. Mais tarde, em sessão extraordinária da câmara municipal, de 11 de março de 1877, foi aceita a indicação do

então vereador Prudente de Moraes para que fosse restituído oficialmente a esta cidade o seu antigo nome pela qual era popularmente conhecida: Piracicaba.

Nesta segunda metade do século XIX, houve um crescimento no processo de urbanização da cidade e um modesto crescimento no seu comércio, embora a base da economia piracicabana permanecesse na produção agrícola: “Não foi rápida a urbanização de Constituição, que manteve, por muito tempo, aspecto rural, com suas chácaras e quarteirões sem casas, muitas vezes, até sem cercas, casa ao nível da calçada, sem jardim¹⁹.” Isto pode ser observado no trecho do documento abaixo, datado de 1854, em que a Câmara Municipal solicita melhorias básicas na região e expõe as dificuldades pelas quais vem passando:

Esta Camara se | Comprás em esperar que VossaExcellencia compenetrado | das necessidades aqui apontadas as indi | cara a Assembleia Provincial pois que ellas são | indispensaveis, e esta Camara com tão li | mitados rendimentos nada mais pode | fazer do que expor estas necessidades. | Muitas outras necessidades tem este Mu | nicípio, hum ranxo nas margens do Re | gato Itapeva para o abrigo das tropas, re | paro de hum ranxo que tem no Ribeirao | | 4r. Piracicamerim que está avir ao chaõ coisas | estas que com 400 a 500 mil reis se conseguem, | Hum Chafaris para o que ha tão boa a | goa e tão facil de se conseguir – Humaca | za de Caridade para abrigo da indigencia | Huma calçada senão emtodas as ruas que | dessem da Villa ao Rio Piracicaba, ao menos na | principal dellas – Alguma coizga que garan | ta a rua Chamada Praia das enxentes que | desmorona o barranco do Rio, e que vai es | treitando muito a dita Rua em alguns lugares | Huma Capella no Cemiterio para recomen | dação dos Cadaveres, e abrigo dos devotos [ilegivel] | e assim muitas outras necessidades que esta Ca | mara não e numerada por não ser exigida | por VossaExcellencia²⁰ (...)

Este estado de isolamento que perdurou de certa forma por quase todo o século XIX propiciou a preservação não apenas de uma cultura mais antiga, como também de traços de uma variante lingü-

ística nascida em núcleos familiares paulistas ainda nos séculos XVI e XVII. Desta variante linguística surgiu o dialeto caipira, o qual se mantém em plena vitalidade entre os moradores piracicabanos, principalmente os mais idosos da região.

O dialeto caipiracicabano: um resgate linguístico

O termo dialeto vem do grego *diálektos* e significa “conversaço, maneira de falar” que trazendo para o uso de hoje entendemos que seja uma maneira própria de falar de uma determinada região ou comunidade linguística.

O chamado dialeto caipira, constituído a partir da chamada língua geral paulista, é a fala de uma população interiorana que durante muito tempo se manteve isolada dos contatos com os centros urbanos.

O trabalho de Amadeu Amaral em “O Dialeto Caipira” realizado no início do século XX teve o dialeto caipira de São Paulo como seu foco de estudo. Ao coletar dados e informações junto à população interiorana de São Paulo, Amaral demonstrou que havia uma variante linguística local chamada dialeto caipira, falada por pessoas com pouca instrução, dentro do português padrão falado em certas regiões. Esta variedade linguística, por ser falada por pessoas que permaneceram em um certo grau de isolamento, contém traços de um português mais antigo. Embora seja considerada hoje incorreta, essa variante linguística já foi a norma padrão culta em épocas anteriores:

(...) a cultura do caipira não é nem nunca foi um reino separado, uma espécie de cultura primitiva independente como a dos índios. Ela representa a adaptação do colonizador ao Brasil e portanto veio na maior parte de fora, sendo sob diversos aspectos sobrevivência do modo de ser, pensar e agir do português antigo. Quando um caipira diz “pregunta”, “mo’que”, “despois”, “vassuncê”, “ichão” (chão), “dgente” (gente), não está estragando por ignorância a língua portuguesa; mas apenas conservando antigos

*modos de falar que se transformaram na mãe-pátria e aqui. Até o famoso erre retroflexo, o erre de Itur ou de Tietêr, que se pensou devido à influência do índio, viu-se depois que pode bem ter vindo de certas regiões de Portugal*²¹ (...)

Cerca de cinquenta anos após a publicação do estudo de Amadeu Amaral, Rodrigues (1974) atesta a vitalidade do dialeto caipira na região de Piracicaba. De acordo com a pesquisa de Rodrigues (1974) intitulada “O dialeto caipira na região de Piracicaba”, por estar dentro da chamada “zona velha” de povoação, numa área em que os paulistas teriam se fixado após que o ciclo bandeirante, Piracicaba pode ser “considerada uma das regiões onde o Dialeto Caipira, mesmo na área urbana, teria grande vigor”²². Recentemente outros estudos teriam apontado Piracicaba como sendo “o berço do dialeto caipira”²³, sugerindo a vitalidade do dialeto na região ainda nos dias de hoje.

Além do trabalho de Amaral (1920), estudos lingüísticos recentes de Naro & Scherre (2007), baseados em resultados de pesquisa sociolingüística laboviana e na pesquisa dialetológica portuguesa apontam que certos aspectos lingüísticos presentes no chamado dialeto caipira e apontados como sendo errados pela gramática normativa, podem ser encontrados nos textos clássicos e pré-clássicos, anterior à presença da língua portuguesa no Brasil.

Os exemplos mais citados por Amaral (1920) como sendo típicos do dialeto caipira e mais recorrentes e observáveis no dialeto caipiricabano em entrevistas realizadas na região, nos anos de 2006 e 2007, dizem respeito à

1º) elevação da pretônica fechada [e] para [i] em posição inicial ou medial, como em “pirigo”, “milhor”. Este fenômeno lingüístico já estava presente na “Gramática da língua portuguesa” de João de Barros onde é possível perceber o registro destas formas²⁴.

Além disso, observando um pequeno trecho do “Episódio cavalleiresco”, escrito no século XIV, podemos notar a ocorrência do mesmo fenômeno lingüístico: “ (...) – Ora, fazedo o milhor que poderdes, ca iamais ão seyerdas d’aqui se ão mortos”²⁵! (...)”

2º) A alternância entre /l/ e /r/ e o rotacismo em grupos consonantais:

A lateral alveolar /l/, em final de vocábulo ou travando sílaba, transforma-se em /r/: *quarqué, papér, mér, arma*. Esse fenômeno já poderia ser observado em Barros (1540, p10): “Sól, lua, glória, fama, memória, nam tem plurár.”, demonstrando que, em uma determinada época, este tipo de fenômeno fazia parte da norma padrão da época.

3º) Substituição de l por r em vocábulos com grupos consonantais latinos /pl/, /bl/, /tl/, /gl/, /kl/ e /fl/. Deste modo, o caipira fala “pranta”, “cumpreto”, “crara”, etc. Observamos a ocorrência dessa troca de l por r em um texto do século XV chamado “De um tratado de cozinha”, de onde foi extraído um pequeno fragmento: “R.dez gemas d’ouos e duas craras e duas colheres de farinha, de prata,(...)”²⁶

4º) Prótese- Esse processo ocorre quando no início do vocábulo acrescenta-se uma sílaba ou um fonema sem nada mudar na sua significação. Exemplo: *alembrar* no lugar de *lembrar*. Barbosa (1822) coloca que, longe de ser um processo recente, a prótese já era utilizada pelos “antigos”, pelos poetas e pela “gente rústica” que “he a que mais conserva a antiga pronúnciação”. Portanto, palavras como *costumar, lembrar e levantar* ficariam *acostumar, alembrar e alevantar* de acordo com esse processo²⁷.

Em Barros (1540,p.4) também observamos o registro da forma “*alevantam*”, indicando ser este um processo não apenas conhecido no século XVI, como também estava em pleno uso nas gramáticas da época. Uma ocorrência bastante interessante encontra-se em “*Lusíadas*” (3ª estrofe do 1º canto):

Cessem do sábio Grego e do Troiano
As navegações grandes que fizeram;
Cale-se de Alexandro e de Trajano
A fama das vitórias que tiveram;
Que eu canto o peito ilustre Lusitano,
A quem Neptuno e Marte obedeceram.
Cesse tudo o que a Musa antiga canta,
Que outro valor mais alto se alevanta²⁸

Palavras finais

Piracicaba, fundada oficialmente em 1767 para que servisse de ponto de apoio e abastecimento para as tropas que seguiriam rumo às minas auríferas de Mato Grosso e ao Forte de Iguatemi, encontra-se em uma das regiões mais industrializadas do Estado de São Paulo.

Nesta região, onde teria se formado o que Cândido (1988) convencionou chamar de “lençol de cultura caipira”, tem hoje sua economia baseada na produção agrícola e industrial. No entanto, embora tenham ocorrido diversas mudanças de vulto tanto no campo político quanto no setor econômico, o que podemos observar foi uma conservação de diversas manifestações culturais com o objetivo de manter viva a tradição local.

O relativo estado de isolamento em que se manteve Piracicaba durante muito tempo de sua história favoreceu não apenas a manutenção de certos hábitos culturais e práticas antigas pela população local como também possibilitou fazermos hoje uma espécie de “resgate linguístico” de formas antigas da língua ainda retidas no dialeto caipira local. Sendo assim, diferente do que tem ocorrido em outras regiões do Estado de São Paulo, em Piracicaba ainda podemos encontrar um rico patrimônio cultural linguístico preservado na boca de seus moradores mais idosos.

Notas

- 1 D. Luiz de Souza Botelho Mourão foi enviado à capitania de São Paulo por sua grande experiência militar em deter os castelhanos e recuperar terras para o domínio português. Segundo Leonzo (1975, p.65): “O próprio governador, o Morgado de Mateus, destacara-se no reino na repressão contra a invasão castelhana em 1762, como mestre de campo do terço de auxiliares de Penafiel e Bayrão, do distrito do Porto. Com oitocentos homens das ordenanças impedira, durante treze dias, o avanço de um destacamento espanhol para além da província de Trás-os-Montes, enquanto não chegavam tropas regulares portuguesas. (...)”

- 2 Quem iria povoar Iguatemi? Kok (1998, p.315) coloca que : “Homens, mulheres e crianças da Capitania de São Paulo, mulatos e negros em sua maioria, foram povoar a região de Iguatemi. Sem terras e com poucos escravos, essa gente foi atraída pela promessa de doação de terras, mantimentos, isenção de serviço militar e perdão às dívidas.”
- 3 BELLOTTO, Heloisa L. Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo de Morgado de Mateus em São Paulo.1979, pg 122.
- 4 BELLOTTO, Heloisa L. id. ibidem, pg. 142.
- 5 NEME, Mário. História da fundação de Piracicaba .1943, pg 41
- 6 pesquisas mais recentes como de Santiago-Almeida (2000), Castro (2006) e Megale (2000) demonstram que ainda hoje é possível encontrar um modo de vida caipira que, se não for semelhante, tenha pelo menos algumas das características já antes encontradas por Amaral (1920) e Candido (1988).
- 7 CÂNDIDO, Antônio. Caipiradas. In: CÂNDIDO, Antônio. Recortes. 2004, pg 270-71
- 8 FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil , 2000, pg 89.
- 9 CÂNDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida 1988, pg 44.
- 10 CÂNDIDO, Antônio. id. ibidem, 1988, p.79.
- 11 (MARTINS, 1975, p.105): “O mundo do caipira é um mundo de mínimos vitais.”
- 12 TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. Piracicaba no século XIX, pg 99.
- 13 Torres, Maria C. M. id. ibidem, 2003, p.92
- 14 SOARES, Lucas Jannoni. Presença dos homens livres pobres na sociedade colonial da América Portuguesa, 2005, pg 13.
- 15 Segundo Martins (1975, p.111-112), o mutirão caracteriza-se por ser um “trabalho coletivo de limpa de roça ou pasto, em que os vizinhos voluntária e gratuitamente se reúnem para ajudar um morador do bairro que por necessidade (geralmente urgência) peça auxílio para levar a cabo essas tarefas. Também aí o dono da casa oferece comida: almoço e “janta”, além da pinga, muito consumida nessas ocasiões.”
- 16 Um exemplo bastante interessante dado por Marroquim (1934, p.10-11) mostra o poder que tem a ação isoladora do meio na cristalização de uma determinada língua. O exemplo por ele dado é o Vasconço, língua falada pelo povo basco que vivia nas montanhas. Devido a essa localidade ser de difícil acesso e comunicação, sua língua se conservou intacta durante muito tempo, sem se misturar com qualquer outro idioma que tenha passado pela Península Ibérica. Refugiados nos Pirineus, os bascos, desde a invasão dos celtas, conseguiram escapar ao contato dos povos que sucessivamente dominaram a planície. Deste modo, conservaram suas tradições e sua língua por muito tempo.

- 17 Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba
- 18 Torres, Maria C. M. Op. cit, 2003, p.108
- 19 Torres, Maria C. M. Op. cit, 2003, p.133
- 20 Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 375, P 1, documento 49, ordem 1170
- 21 Cândido, Antônio. Op. cit., 2004, p.269
- 22 RODRIGUES, Ada Natal. O dialeto caipira na região de Piracicaba., 1974, pg 22
- 23 COX, Maria Inês Pagliarini. "O rotacismo no falar cuiabano: a potência da voz meloteca em uma variedade do português brasileiro". IN SANTIAGO ALMEIDA, Manoel Mourivaldo (org) & COX, Maria Inês Pagliarini(org). Vozes Cuiabanas: estudos lingüísticos em Mato Grosso., 2005, pg 104.
- 24 "milhor" (Barros,1540,p. 4) e "linterhas" (Barros,1540, p. 11)
- 25 Apud. Vasconcelos, Leite de. Textos arcaicos,1922, p. 44.
- 26 Apud.Vasconcellos, Leite de. Textos arcaicos,1922, p.99
- 27 BARBOSA, Jerónimo Soares.Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios de grammatica geral applicados à nossa linguagem, 1822, pg 23.
- 28 Apud. Abdala Júnior. História social da literatura portuguesa, 1985, p.44

Referência Bibliográfica

- ABDALA JÚNIOR, Benjamin. História social da literatura portuguesa. 2ª ed., São Paulo: Ática, 1985.
- AMARAL, Amadeu. O dialecto caipira. São Paulo : Casa editora "O Livro", 1920.
- BARBOSA, Jerónimo Soares.Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios de grammatica geral applicados à nossa linguagem. Lisboa : Academia Real das Sciencias, 1822
- BARROS, João de.Grammatica da lingua portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1540.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo de Morgado de Mateus em São Paulo.

- São Paulo: Conselho Nacional de Artes e Ciências Humanas, 1979.
- CÂNDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. , 8ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1998.
- Caipiradas. In: CÂNDIDO, Antônio. Recortes. 3ªed. Rio de Janeiro: Editora Ouro sobre Azul, 2004, pp 268-273.
- CASTRO, Vandersí Sant'ana. A resistência de traços do dialeto caipira: estudo com base em atlas lingüísticos regionais brasileiros. Tese de doutoramento. Campinas/ SP: Unicamp, 2006.
- COX, Maria Inês Pagliarini. "O rotacismo no falar cuiabano: a potência da voz mameluca em uma variedade do português brasileiro". IN SANTIAGO ALMEIDA, Manoel Mourivaldo (org) & COX, Maria Inês Pagliarini(org). Vozes Cuiabanas: estudos lingüísticos em Mato Grosso..Cuiabá-MT: Cathedral Publicações, 2005.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 27ªed. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da língua portuguesa., Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- KOK, Maria da Glória Porto. O sertão itinerante: expedições da Capitania de São Paulo no século XVIII. Tese de doutorado. SP: USP, 1998.
- LEONZO, Nanci. As Companhias de Ordenanças na Capitania de São Paulo: das origens ao governo do Morgado de Matheus." Dissertação de mestrado. SP: USP, 1975.
- MARTINS, José de Souza. Capitalismo e tradicionalismo: Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MARROQUIM, Mário. A língua do nordeste. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.
- MEGALE, Heitor (org.) Filologia bandeirante .São Paulo: Humanitas, 2000.

- NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- NEME, Mário. *História da fundação de Piracicaba*: João Mendes Fonseca editor, 1943.
- RODRIGUES, Ada Natal. *O dialeto caipira na região de Piracicaba*. São Paulo: Ática, 1974.
- SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. *Aspectos fonológicos do português falado na Baixada Cuiabana: traços de língua antiga preservados no Brasil*. Tese de Doutorado. SP: USP, 2000.
- SOARES, Lucas Jannoni. *Presença dos homens livres pobres na sociedade colonial da América Portuguesa: São Paulo (1765-1775)*. Dissertação de mestrado.SP: USP, 2005.
- TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *Piracicaba no século XIX*. Piracicaba/ SP: IHGP/ Editora Degaspari, 2003.
- VASCONCELLOS, J.Leite de. *Textos arcaicos*, 3ª ed., Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1922.

Vida e Obra de Luiz de Queiroz*

Edmar José Kiehl**

A Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, desejando prestar mais uma homenagem ao seu fundador e patrono LUIZ VICENTE DE QUEIROZ, resolveu erigir um mausoléu em seu "campus", destinado a encerra os restos mortais do inolvidável brasileiro e de sua dedicada esposa, D. Ermelinda Ottoni de Souza Queiroz.

Esse expressivo acontecimento vem concretizar um antigo desejo de toda Piracicaba, qual seja o de ter repousando para sempre em seu solo os restos mortais do venerando casal que deixou assinalado, de forma indelével, a sua vida cheia de realizações em favor desta comunidade.

Dentre as suas inúmeras realizações, destaca-se essa monumental obra que possibilitou ao ensino agrônômico do Brasil ombrear-se com os maiores e mais avançados centros de educação e cultura, nesse setor.

Finalmente, os despojos imortais de Luiz de Queiroz, bem como os de sua extremada companheira, repousarão no "campus" da Escola, na mesma terra que o sonho idealístico do grande vulto do passado, e exemplo para o presente, transformou nesse pujante centro de ensino superior agrônômico.

* Reedição.

** Professor da Esalq (aposentado) e primeiro presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba.

O mausoléu, erigido em frente ao pavilhão principal da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, foi projetado pelo artista piracicabano prof. Arquimedes Dutra. É simples, mas altamente sugestivo. Construído em granito rosa, tem a seguinte inscrição:

A Luiz Vicente de Souza Queiroz...

O Teu Monumento é a Tua Escola

Ao ensejo das solenidades da transladação dos restos mortais do insigne brasileiro e de sua esposa, o DIÁRIO DE PIRACICABA e o Departamento Municipal de Cultura associam-se à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, fazendo a publicação deste trabalho do engenheiro agrônomo Dr. Edmar José Kiehl, professor-assistente de Agricultura Geral da referida Escola.

Morre um Latifundiário

Nossa história começa no ano de 1819. O dia é 30 de maio e registra o falecimento de um dos maiores latifundiários do Estado de São Paulo. O Brigadeiro Luiz Antônio de Souza, assim se chamava ele, era natural de Amarante, Portugal. Viera para o Brasil e tornara-se grande proprietário; vinte e dois anos atrás aqui se casara com Genebra de Barros Leite, deixando desse consórcio três filhos e três filhas.

Com a partilha de seus bens, grandes glebas situadas pelo interior do Estado couberam a seus filhos. Estes herdando tão valioso patrimônio, transmitiram aos seus descendentes também um sobrenome composto que se perpetua até os dias de hoje. Assinavam eles Souza Queiroz, retirando o primeiro nome do pai e do avô e o segundo do bisavô, Manoel Francisco de Queiroz.

Muitas das terras deixadas pelo Brigadeiro localizavam-se nas redondezas de Piracicaba, povoado que então se erguia à margem do Rio Piracicaba. Essa a razão pela qual viriam mais tarde radicar-se

nesta região os descendentes de sua filha Ilídia Mafalda de Souza Rezende, casada com o mineiro Estevão Ribeiro de Rezende, Marqueses de Valença e os descendentes de seu filho Vicente de Souza Queiroz, Barão de Limeira.

A viúva do Brigadeiro Luiz Antônio se casaria, mais tarde, em segundas núpcias, com José da Costa Carvalho, natural da Bahia, nobilitado com o título de Marquês de Monte Alegre, a quem deixaria, por sua morte, ocorrida em Lisboa, dezessete anos após o falecimento de seu primeiro esposo, as terras que lhe couberam e que seriam mais tarde conhecidas como as da Fazenda Monte Alegre.

Além das Fazendas Monte Alegre e Morro Azul, possuídas em sociedade com Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e a Fazenda Moriolino, em Campos de Araraquara, deixou o Brigadeiro Luiz Antonio terras situadas em Taquaral, Rio das Pedras, na margem esquerda do Rio Piracicaba e muitas outras à margem direita, estendendo-se desde esta freguesia até Limeira. Deixou, ainda, extensa gleba situada bem ao coração da capital do Estado, a qual seria repartida em chácaras entre seus herdeiros.

No Solar dos Barões de Limeira

Trinta anos são passados. O Barão de Limeira reside na chácara que houve de seu saudoso pai. Um majestoso solar foi nela construído bem no local onde hoje se acham as Secretarias de Obras Públicas e de Transportes, na cidade de São Paulo; o resto da propriedade se estende por toda a zona atravessada atualmente pela Avenida Brigadeiro Luiz Antônio.

O dia 12 de junho é dia de festas para o Barão de Limeira, pois acaba de ver nascer seu quinto filho. Por uma coincidência, também ele, pai, foi o quinto filho. Daí receber o novo herdeiro o nome de Luiz Vicente, em homenagem ao avô e ao progenitor. A esposa e prima do Barão de Limeira, Dona Francisca de Paulo Souza também tinha o mesmo nome, lembrando o do pai, Senador

e Conselheiro do Império Francisco de Paulo Souza e Mello, casado com Dona Maria de Barros Leite.

A efeméride é registrada na capa interna da Bíblia, conforme o costume reinante entre as famílias profundamente religiosas. A este registro se seguiriam, ainda, dez outros mais, pois os Barões de Limeira teriam ao todo sete filhas e oito filhos.

Luiz Vicente de Souza Queiroz, seria, entretanto, na intimidade da família, o sempre querido "Lulú". O pai, como o foi seu avô, era agricultor, proprietário de inúmeras fazendas, tendo três anos antes do nascimento do filho, adquirido um sítio, com engenho de açúcar. O Barão de Limeira era um incentivador de novas culturas e introdutor de plantas úteis e ornamentais. A camélia era uma das muitas flores que foram por ele aclimatadas, tornando-se em pouco tempo muito requisitada e popular.

E é nesse ambiente de profundo amor e admiração às coisas da natureza que desabrocha a infância do menino Luiz. Mal completa ele oito anos, cuidam seus pais, de lhe dar uma elevada educação, mandando-o à Europa em companhia do mano Vicente, mais idoso. O menino Luiz já se revela amigo das plantas e animais: na despedida não quer se separar do seu lindo passarinho. Chorando, pede que permitam leva-lo consigo.

No velho continente ele cursará, quando jovem, a escola de agricultura e veterinária de Grignon, na França, instalada em um antigo castelo do século XIII e a de Zurick, na então Suíça Alemã.

A Herança

A 5 de setembro de 1872 falece o Barão de Limeira. Na divisão do patrimônio, cabe ao filho Luiz Vicente, entre outros bens, a "Fazenda Engenho d'Água", localizada entre a agora cidade Constituição e o povoado de Limeira, locais ainda não ligados à Capital por estrada de ferro.

Possuidor de uma bela cultura, adquirida graças aos cursos que realizou na Europa e aprimorada pelas experiências que as via-

gens por países daquele continente lhe proporcionaram, vem Luiz de Queiroz, um ano após a morte do genitor, tomar posse da nova propriedade. Conta, então, apenas vinte e quatro ano de idade.

Hospeda-se na mansão de seus tios, os Marqueses de Valença, hoje pertencente a seus descendentes e conhecida por Chácara Nazareth. Da sacada dessa residência, descortina um imponente panorama que, dia a dia, mais impressionava esse jovem cheio de idealismo: é o majestoso Salto do Rio Piracicaba. Demonstrando espírito empreendedor e evoluído, imaginou um meio de aproveitar, pelo menos em parte, esse enorme potencial hidráulico. Há cerca de quatro anos funcionava em Itu a Fábrica de Tecidos São Luiz, movida a vapor, apesar de estar tão próximas do Salto de Itu, no rio Tietê:

Decidiu seguir o exemplo do pioneiro Coronel Luiz Anhai Mello, também instalando uma fábrica de tecidos, movida, porém, por força hidráulica. “Que temerária empresa”! – diziam todos “não fabricamos máquinas, não possuímos técnicos, tecelões, nem mesmo iniciamos, na zona, a cultura do algodão”!

Para esse rapaz dinâmico e audacioso, tudo, porém, é possível. Não há obstáculos capazes de deter sua ânsia de criar, de dar vida aos seus sonhos dourados – Não há maquinaria no país, necessária à fábrica de tecidos? – Importem-se da Inglaterra. – Não há via férrea de Jundiá até Piracicaba? Faça-se o transporte em lombo de burro e carro de bois. – Não há serrarias? – Talhem-se as esquadrias a mão. – Não há técnicos especializados? Que venham da Bélgica. Finalmente, introduza-se a cultura de algodão para alimentar os teares.

Todos os obstáculos são vencidos e o intrépido jovem tem a honra de ser um dos pioneiros da cultura desse malvácea no Estado de São Paulo e a alegria de ver instalada e funcionando a “Fábrica de Tecidos Santa Francisca, nome dado por ele em homenagem à sua querida mãe.

Os anos vão passando e os esforços desse moço, conhecido entre os amigos por “Queirozinho”, são coroados de êxito. A fábrica de tecidos, com 50 teares dá serviço para 70 operários. Sua capacidade produtiva é de 2.400 metros de pano por dia. Tudo corre as mil maravilhas, rendendo-se em breve, apreciável fortuna. Foi por

essa ocasião que fez instalar uma linha telefônica entre a fábrica de tecidos e a Fazenda Santa Genebra, antecipando, desta maneira, de 75 anos a incentiva de uma plêiade de piracicabanos, que instalou, em 1957 uma empresa telefônica local.

Piracicaba, nessa época, era a terceira cidade da Província de São Paulo em número de escravos, possuindo 5.339 dos 174.622 existentes. Todavia, nas propriedades desse jovem de espírito esclarecido, não eram empregados braços escravos no trabalho.

Adquiriu barcos para o transporte fluvial da produção da sua fábrica pois Piracicaba, então, comunicava-se com Capivari, Indaiatuba, Jundiá, São Paulo e Santos, por meio de estradas de ferro. Todavia era a navegação fluvial nos rios Piracicaba e Tietê que a ligava com São Pedro, Dois Córregos e Jaú, na margem direita e Botucatu e Lençóis, na esquerda.

A Fazenda Santa Genebra é tão embelezada, tratada com tanto carinho, que constitui um dos mais bonitos passeios nas cercanias da cidade. A ânsia de evolução é constantemente demonstrada, como o foi nesta época, ao montar a Serraria Água Branca, vulgarizando na cidade as modernas e aperfeiçoadas máquinas dessa importante indústria. Outro fato, igualmente digno de nota, é o de ter mandado vir de Paris um moderníssimo carro que desperta a curiosidade geral, a ponto de ser comentado pelos jornais. Esse veículo seria ofertado a sua bem amada para passeios pela cidade. Manda, ainda, construir uma mansão no terreno que toma todo um quarteirão, situado nas então ruas do Vergueiro, das Flores, dos Pescadores e na que se deveria abrir em direção ao salto. E que, em breve, deverá consorciar-se com a meiga Ermelinda Ottoni, filha do Conselheiro do Império Cristiano Ottoni e de Dona Bárbara de Barros Ottoni.

O enlace realizou-se em 1880, casando-se eles por amor numa época em que eram comuns matrimônios entre parentes, principalmente para preservar fortunas. As famílias opunham-se a essa união, devido ao fracasso do casamento da mana Paulina com um irmão de Ermelinda, os quais, por questões fúteis se desquitaram. Esse acontecimento, no século passado, causou grande cons-

ternação em ambas as famílias, extremamente religiosas e imbuídas de severos e rígidos princípios morais. Diante da celeuma criada, surge uma idéia plausível, imposta pela Baroneza de Limeira: a do casamento em regime de separação de bens.

O Casal Luiz de Queiroz

O jovem casal passou a residir no luxuoso palacete, construído no centro de uma área que ocupa todo um quarteirão, bem ao lado do salto do rio Piracicaba. A vista é belíssima e, circundando a casa, existe um muito bem cuidado parque. Inúmeras plantas exóticas são nele cultivadas, tornando-o um jardim de aclimação de essências estrangeiras às condições ecológicas locais; o carvalho europeu, a “GREVILLEA ROBUSTA”, o cinamomo, as palmeiras imperiais, os plátanos também conhecido por álamos, são algumas das plantas que adornam a mansão. Variedades de algodoeiro do Egito e da América do Norte eram objeto de especial atenção do proprietário que multiplicava e disseminava essas malváceas por toda a região.

É Dona Theodosia Ottoni de Castro Maya, irmã de Dona Ermelinda, quem melhor fala desse casamento ao afirmar: “sei que foram muito felizes porque Lulú era uma pérola e se adoravam apesar da diversidade de gênios: ela muito séria, piedosa, mulher exemplar; ele, alegre, brincalhão gostando muito da mocidade. Lembro-me ainda, quando vinha ao Rio. Para nós, crianças, era uma festa! Lulú inventava brinquedos, passeios aos quais minha madrinha sempre tomava parte. Uma ocasião, meus sobrinhos de 8 e 10 anos estavam no jardim, alinhados, preparando-se para apostar uma corrida, papai, chegando à janela, perguntou: “O que estão esperando? Não estão aí todos os “Cavalos”? – Não, vovô, pois tio Lulú ainda não chegou”. Era um dos “cavalos”... E assim era ele, alegre, brincalhão, louco por crianças, que bem lhe retribuía o afeto.

De minha irmã, madrinha de batismo, só posso dizer que era uma santa. Foi para mim uma segunda mãe. Desde que saiu do colégio, tomou conta de mim e com ela estudei até o ano anterior ao seu casa-

mento. Depois, só nos víamos quando eles vinham ao Rio. Casei-me, morei alguns anos na Europa; pouco depois de minha volta, Lulú faleceu. Minha madrinha habituada à vida paulista ficou residindo, vindo porém, passar comigo, quase todos os anos, o tempo mais frio”.

Uma única nuvem toldou a felicidade desse casamento: os esposos adorava crianças e não tiveram filhos. Supriam essa falta, porém, mimando os sobrinhos que passavam longas temporadas na companhia de ambos. Ele dedicava-se, em seus momentos de lazer, às plantas, e às obras de benemerência. Ela, muito virtuosa, às obras pias e ao catecismo e preparo de crianças para a primeira comunhão.

Dona Ermelinda Ottoni de Souza Queiroz acompanhou e incentivou seu esposo em todas suas realizações. Foi uma colaboradora dedicada e desinteressada, apoiando até com sua fortuna particular as empresas do marido.

Luiz de Queiroz, o Benemérito

Rico, Luiz de Queiroz nunca abandonou seus auxiliares, para os quais mandou construir casas ao redor da fábrica e mais uma vila operária, tomando toda a extensão entre as atuais Ruas Voluntários de Piracicaba e Treze de Maio. Essas casa, ainda há poucos decênios atrás, foram transformadas em cortiço e maldosamente apelidadas pelo povo “loca de pedra”. Ainda hoje se vêem os embasamentos dessas construções na atual rua que ostenta seu nome.

Concorre com auxílios financeiros a todas as obras beneméritas da cidade. Penaliza-se com a sorte dos escravos, auxiliando os negros foragidos, com orientação e dinheiro. Crescendo o movimento abolicionistas, torna-se um partidário entusiasmado, arriscando, por vezes, os bens materiais e a própria vida em prol da campanha. Certa ocasião, quando os ânimos se tornaram mais acirrados, suas propriedades e viram ameaçadas de serem queimadas por escravocratas, o que não ocorreu, provavelmente, devido à notícia veiculada pelos jornais de que seus fiéis e reconhecidos operários a elas montava guarda, dia e noite.

A cidade também não é esquecida por Luiz de Queiroz, que manda arborizar todas as praças e grande número de ruas, às suas próprias expensas. Oferece constantemente plantas ornamentais a seus conhecidos e amigos, mas observa, desapontado, que eles não alcançam o valor de seus presentes, mostrando-se pouco interessados. A esse respeito, conte-se que Luiz de Queiroz, usando de psicologia, resolve colocar um guarda armado de carabina, para zelar das inúmeras preciosidades que guarneciam o caprichoso parque de seu palacete. A decisão logo se propaga e os curiosos passam a assediar o jardim, com o fito de burlar a vigilância do guarda e carregar as mais belas mudas da coleção. O guarda, cumprindo ordens, “colabora” no roubo, fazendo “vista gorda” toda vez que algum interessa carrega furtivamente uma planta. Conta-se, também, que Luiz de Queiroz possuía um caderno onde anotava o nome dos amigos a quem havia presenteado com suas preciosas plantas e, de vez em quando, visitava essas pessoas, a fim de verificar se seus exemplares estavam sendo cuidados com carinho. Caso não estivesse, riscava o nome desse amigo, a quem não mais presenteava.

Dentre as inúmeras plantas, que importou e recomendou, desejamos destacar o Cinamomo. Se nossos governos e mesmo os técnicos tivessem estudado com mais carinho as iniciativas deste grande homem, hoje o solo de nosso Estado estaria intensamente reflorestado com essa planta. O Cinamomo fornece madeira de qualidade superior à do eucalipto e o tempo necessário para dar o corte é menor do que nas outras árvores. Como seu pai, o Barão de Limeira Luiz de Queiroz sempre fomentou a cultura de novas plantas, distribuindo periodicamente aos lavradores sementes e mudas.

O Idealista

O sonho dourado desse ilustre patriota, sonho que ele acalenta com ternura, é a instalação de uma Escola Agrícola. Essa idéia dominava-lhe o espírito principalmente quando vê perecerem os algadoais de seus fornecedores, atacados por pragas e moléstias desco-

nhecidas, arruinando-os economicamente. Luiz de Queiroz eleva o preço da arroba de algodão para socorrer os agricultores. Homem de visão, agrônomo, compreende que uma escola de agronomia é indispensável, não somente para acudir a produção da matéria prima que necessitava para seus teares ou usina de açúcar, mas, também para as demais culturas comerciais. Sempre se refere aos parentes e amigos a respeito dessa aspiração que vai tomando vulto em seu espírito. Os irmãos tachando “idealista”, de “defensor da humanidade”, sem dar grande importância aos seus projetos que são recebidos como devaneios de rapaz inexperiente. O mano mais moço, Paulo, o mais rico de todos, o financista da família, antevê que, de todos os Souza Queiroz, o Lulú seria o único cujo nome ficaria para a posteridade. Isso, felizmente, não ocorreu, pois essa tradicional família deixou muitos legados, alguns ostentando seus sobrenomes ou nome; como o Viaduto Dona Paulina, o Educandário para menor em Água Rasa, São Paulo e outros.

Em 1888, com a assinatura da Lei Áurea, em vez de tripudiar seus desafetos escravocratas, pela vitória de sua causa, resolve viajar pela Europa, poupando-os de tão doloroso vexame e aproveitando o ensejo para melhor conhecer jardins botânicos, hortos florestais, escolas de agricultura e outros estabelecimentos de ensino e pesquisa. Em uma de suas viagens, chega a ir até Marrocos. Regressando ao Brasil, percorre diversas localidades do Estado de São Paulo, a fim de escolher a mais adequada para aí estabelecer sua Escola Agrícola. Piracicaba, sua terra de coração, foi a eleita como o sítio mais apropriado.

O sonho materializa-se quando, em 1889, encarrega o advogado Francisco Morato de rematar, em, hasta pública, a fazenda pertencente a João Florêncio da Rocha. Essa propriedade agrícola, que se chamava Fazenda São João da Montanha, media 131 alqueires, ou sejam 319 hectares, distando 3 quilômetros da cidade. Localizava-se em vantajosa e pitoresca situação, com muita glebas de terras de excelentes qualidades, banhada e contornada por dois mananciais de água. O Rio Piracicaba e o Ribeirão Piracicabamirim, reunia todas as condições exigidas para a prosperidade das culturas e o fim colimado.

Para a realização do ideal, que é grandioso, Luiz de Queiroz solicita o apoio financeiro de amigos, parentes ricos e abastados fazendeiros de Piracicaba, cujas famílias tradicionais residiam nas redondezas. A negativa, porém, é geral. Ninguém o auxilia, julgando-o um visionário. Não desanima, Luiz de Queiroz. De vontade férrea e ânimo inquebrantável, esse grande paulista resolve sozinho levar avante o projeto. Embarca para a Europa e América do Norte em busca de planos. Na Inglaterra, encomenda a dois arquitetos o projeto para uma Escola Agrícola e Fazenda Modelo, trabalho que lhe custou 300 libras. Visita, também, jardins botânicos e estabelecimentos agrícolas da Europa e depois dos Estados Unidos, de onde traz um Professor de Agricultura e dois arquitetos de nacionalidade espanhola. Em aqui chegando, é a construção da Escola atacada intensamente por 200 trabalhadores.

O movimento pela implantação de uma República, no Brasil, tomava, nessa época, grande vulto. Surgiam, aqui e ali, jornais e clubes republicanos. Em 19 de Outubro de 1889, fundava-se o Clube Republicano Piracicabano, sendo Luiz de Queiroz um dos sócios fundadores. Proclamada a República, tomaram conta do governo municipal, dois dias depois, por aclamação do povo, Antônio Morais Barros, Paulo Pinto e Luiz de Queiroz.

Em 1890, Luiz de Queiroz exerceu o cargo de segundo suplente de Juiz Municipal. Também exerceu, por essa ocasião, e sempre graciosamente, o cargo de Juiz de Paz, revelando nesta, como nos outros cargos, moderação e competência.

Quando percorrera os Estados Unidos, Luiz de Queiroz impressionara-se com o emprego da eletricidade. Sabedor de que o Brasil não possuía minas de carvão como certos países europeus e os Estados Unidos, previu, esse notável brasileiro, a extensão do valor de nossas quedas de água, ainda inexploradas. Ofereceu-se, pois, à Municipalidade para, sob contrato, instalar aqui uma usina, para fornecimento de energia elétrica, o que foi aceito. Manda vir dos Estados Unidos toda a maquinaria e mais o engenheiro eletricitista, Dr. T. Alvim Call. O prédio para a futura usina é construído inteiramente de pedras, em estilo americano, à margem esquerda

do Rio Piracicaba, defronte à Ilha dos Amores. A usina comportará duas turbinas com 250 cavalos de força e três dínamos Thompson & R Houston. O maior deles destina-se à iluminação particular, desenvolvendo 1.200 amperes e os dois outros, à iluminação pública, desenvolvendo 770 amperes.

A construção da futura Escola Agrícola, neste ano de 1892, continua a ser febrilmente atacada, ao mesmo tempo que se monta a usina elétrica. Na Fazenda São João da Montanha, funcionam duas olarias e uma serraria a vapor, a primeira, no gênero, na cidade. Explora-se uma pedreira, e um forno para fabricação de cal está em franca produção. Todos os materiais necessários para as construções ali se acham em abundância. A casa do Diretor da Fazenda já tem seus alicerces prontos. Um estábulo moderno e uma pocilga já estão em andamento. Para o levantamento do edifício destinado à Escola, enorme quantidade de pedra de cantaria e tijolos amontoa-se junto ao local da construção. Quatro casas de colonos já estão prontas e três outras em vias de construção.

Todos os serviços são fiscalizados pelo próprio Luiz de Queiroz. Diariamente, toma ele sua condução; partindo de seu palacete e caminhando pela estrada que sempre acompanha as margens do Piracicaba, rio acima, ia ter à foz do ribeirão Piracicamirim, onde se situava a sede da Fazenda. Daí passava para o local onde se erguiam as edificações da escola. Para ganhar tempo e por estar tão empolgado pela concretizações de seu sonho, mandou reformar a casa da sede da Fazenda São João da Montanha e para lá se transferiu com sua dedicada esposa. Deixavam, assim, o conforto e o luxo de seu pitoresco palacete, na cidade, para alojarem-se em modesta e velha casa de fazenda, da qual hoje só restam os alicerces e aparecer no rez-do-chão.

A valorosa consorte, virtuosa e abnegada, muito contribuiu para a realização da monumental obra de Luiz de Queiroz. Poucos sabem da vida sacrificada que ela levou, batendo-se pela mesma causa do querido esposa, chegando até, D. Ermelinda, que provinha de família fina e de trato, a encarregar-se do preparo da alimentação dos trabalhadores da Escola. Incentivou o marido, com admirável

desprendimento, na aplicação da própria fortuna em empresas delicadas, fortuna essa que seria delapidada, como de fato o foi.

A instalação da usina elétrica, com prazo certo para início de fornecimento de luz e força à cidade, e ao mesmo tempo e da Escola Agrícola, consome enorme capital. Luiz de Queiroz prevê que não lhe será possível continuar sozinho na execução das obras da Escola.

Resolve solicitar, então, uma subvenção do governo. Em vista da recusa, pede ao menos que lhe seja concedida isenção alfandegária e frete gratuito para os materiais destinados à construção do estabelecimento, sendo tudo recusado.

Nesse mesmo ano e 1892, em que se desenrolam estes fatos, é criada a Secretaria da Agricultura de São Paulo, pela Constituição Política do Estado, promulgada a 14 de julho de 1891. Enquanto o governo olhava com desinteresse a Escola Agrícola, que nascia em Piracicaba, resolve a Câmara dos Deputados do Estado promulgar a lei nº 126, de 11 de maio de 1892, autorizando o executivo a fundar uma Escola Superior de Agricultura a estabelecer nos lugares julgados apropriados, dez estações agrônômicas com seus respectivos campos experimentais. Que revoltante contraste!

Um Legado

Luiz de Queiroz usa então um estratagema que é um holocausto. Resolve doar ao governo a querida Fazenda São João da Montanha com todas as benfeitorias existentes na ocasião, com a condição de, dentro do prazo de 10 anos, ser concluída e inaugurada sua sonhada Escola.

Pelo decreto nº 130, de 17-11-1892, o então Presidente do Estado, Bernardino de Campos, aceita a doação da fazenda com todas suas benfeitorias, “para nela ser levada a efeito a idéia do estabelecimento de uma escola agrícola ou instituto para educação profissional dos que se dedicam à lavoura”. É nomeado nesse mesmo ano, como Diretor da

Escola, em comissão, para continuar os trabalhos de adaptação da fazenda, o renomado cientista Dr. Lehmann que fora indicado ao governo pelo então Diretor do Instituto Agrônomo, F.W. Dafert.

Deixando a Fazenda São João da Montanha, Luiz de Queiroz dedica-se agora à usina elétrica, que é festivamente inaugurada em 6 – 9 – 1893, justamente no dia em que se revoltava a esquadra brasileira contra o governo do marechal Floriano. Piracicaba teve luz elétrica antes de qualquer nação sul americana, muitos países europeus, São Paulo e Rio de Janeiro. O povo, em regozijo, promoveu uma grande manifestação, no dia seguinte, ao benemérito empresário. Aglomeraram-se os piracicabanos defronte ao Hotel Central, onde, de uma das sacadas, vários oradores saudaram os realizadores dessa grande obra.

Os trabalhos na Escola Agrícola São João da Montanha, sob a orientação do governo, caminhavam lentamente, Luiz de Queiroz luta por seu ideal, pela imprensa, escrevendo ou tomando públicas transcrições de artigos estrangeiros sobre o ensino e outros assuntos agrícolas. O desânimo, porém, dele se vai apossando, à medida que o tempo passa, não tendo mais esperança de ver realizado seu ideal. De espírito sempre jovial, Luiz de Queiroz está agora acabrunhado.

O Homem

Luiz de Queiroz era de temperamento alegre e, a respeito de seu senso de humor, contam-se os seguintes fatos anedóticos:

Certa ocasião, na Alemanha, estava Luiz de Queiroz saboreando com alguns amigos, cientistas e engenheiros, a gostosa cerveja germânica, quando, por brincadeira, resolveram fazer um concurso de feiura. O prêmio seria um canivete. Depois de feita a apuração, recebeu Luiz de Queiroz, imperturbável, o prêmio, tendo sido escolhido por unanimidade. Trouxe para o Brasil essa lembrança e guardava-a sempre consigo, não fazendo segredo de como a conquistara. Um dia, porém, conversando com um cidadão que mais tarde foi professor na “Luiz de Queiroz”, tirou do bolso

o canivete e, muito sério, entregou-lhe a prenda, passando adiante o troféu, por achar o outro mais digno dele.

Conta-se, também, que tendo ido a Rio Claro, - as viagens naquela época se faziam de trolí - dirigiu-se ao hotel do alemão Stein, solicitando acomodações. Este, vendo aquele homem de maneiras simples, poeirento, chamou pelo empregado, também alemão, e referiu-se, no seu idioma, de maneira pouco lisonjeira ao novo hóspede. Feita a toaleta, sentou-se Luiz de Queiroz à mesa e, conservando sempre o bom humor, indicou os pratos que desejava, falando ao empregado em alemão. Aliás, Luiz de Queiroz falava fluentemente vários idiomas. Vexado, o garçom tratou-o, desse momento em diante, com toda a consideração. O dono do hotel, porém, desapareceu de suas vistas, enquanto ele lá esteve hospedado.

Conta, pessoa de sua família, que, certa vez, alguém apanhou um empregado de Luiz de Queiroz servindo-se do champanhe que se destinava à mesa. Levando o fato ao conhecimento do patrão, ouviu deste a generosa expressão: "Que tem isso? Mostra apenas um bom gosto".

Outro fato, que mostra as maneiras simples desse ilustre cidadão, conta-nos o Dr. Noedy Krahenbuhl Costa: Seus bisavós foram os fundadores de uma fábrica de veículos nesta cidade, fábrica que marcou época em nossa história. Pois, bem. A fim de fazer uma encomenda de um carro, Luiz de Queiroz foi certa noite à casa dos velhos Krahenbuhl; ele era de origem alemã e ela suíça. O freguês, sem cerimônia, entra porta da cozinha a dentro e senta-se à mesa dessa dependência. Enquanto combinam os detalhes da encomenda, Luiz de Queiroz, que os deleitava com uma conversação na língua pátria, observa que a dona da casa escolhe o feijão para o dia seguinte. Sem demora, enquanto conversa, puxa para perto um punhado de grãos e passa a escolhê-los.

Tinha ideais essencialmente democráticos, rebelando-se contra qualquer tendência a um regime de força. Filiado ao partido republicano, do qual fora fundador, mostrava-se oposicionista sempre que este exorbitava-se em suas decisões. Conta-se, por exemplo, que certa ocasião um prefeito local baixou uma lei proibindo cavaleiros passarem a galope pelo Paço Municipal. O povo, surpresa com a nova ordem, aguardava

os acontecimentos, pois, um sisudo fiscal fora postado defronte à Câmara, para multa devida, o infrator, que outro não é senão Luiz de Queiroz, puxa pelo dinheiro e paga dobrado, exclamando irônico: “Guarda o restante para a volta, pois este será meu itinerário...”

Narra uma cunhada de Luiz de Queiroz que, vindo a Piracicaba, o Lulú a prevenira para olhar bem os santos da igreja e verificar as caretas que eles faziam aos fiéis. Ela era moça, muito alegre, riso espontâneo e ao chegar à missa mal pode rezar, tal o acesso de riso que dela se apossara, apesar da mana Ermelinda puxar-lhe o braço continuamente. Poucos meses depois, indo à Europa, trouxeram eles imagens novas para o vigário, o qual, no auge de íntima alegria, comentava, enquanto substituía os velhos santos: “Estes santos” só mesmo a gente rezando de olhos fechados!...”

Luiz de Queiroz, coração bondoso, alma pura e simples, que tanta benfeitoria fez à cidade, sem nunca ter ocupado um cargo político, estava fadado a ser combatido por invejosos e gratuitos inimigos, ligados à política. Procuraram eles difamá-lo, diminuindo-o perante a sociedade. Combatem-no, procurando destruir tudo que materialmente deseja legar aos homens. Chegam a apedrejar as lâmpadas elétricas da iluminação pública. Diante de tanta ingratidão, a fibra desse paulista esmorece. É que seu coração está abalado e ferido de morte. Vende tudo que possui na cidade, com exceção da Usina Elétrica e muda-se em 9 - 11 - 1894, para São Paulo. Nessa ocasião adquiriu vastíssimos campos e matas no Paraná, nos quais pretendia estabelecer, em larga escala, a indústria agropecuária. Demonstrou com esse fato, mais uma vez, a larga visão que possuía, pois as terras do norte do Paraná seriam, em futuro não distante, disputadíssimas, em razão de sua fertilidade.

Um Tiro De Misericórdia

As obras da construção da Escola Agrícola continuam caminhando a passos lentos, apesar das mensagens dos governos, que as sucedessem, prometendo sua continuação e assinalando

“com júbilo e louvor o movimento animado da iniciativa particular, que já muito tem produzido e pode tomar o mais útil incremento, impulsionado pelo patriotismo de cidadão competentes”. Reconhecia o governo, de público, o alcance dessas obras, elas, porém, não progrediam.

Correm dias agitados no país. Os jornais estampam o fracasso da primeira expedição federal contra os jagunços, em Canudos. Peixoto Gomide, no Governo do Estado, resolve comprimir as despesas, dispensando o Diretor da Escola Agrícola, paralisando totalmente as obras.

Eis o tiro de misericórdia no coração já abalado de Luiz Vicente de Souza Queiroz; como resistir ao impacto de decisões como esta, de governos que julgam poder existir em seu país épocas mais prósperas sem o desenvolvimento de agricultura? E, em plena atividade, repentinamente, tendo ainda sobre a mesa de trabalho diversos envelopes endereçados, Luiz de Queiroz fecha os olhos para sempre, em um crepúsculo prematura, a 11 de junho de 1898. Rara coincidência: é enterrado exatamente no dia de seu aniversário natalino. Seus restos mortais repousam no Cemitério da Consolação na Capital, no jazigo dos Barão de Limeira, à rua 8., sepulturas 38 e 39. A 11 de julho de 1898 foi realizada, em Piracicaba, uma solenidade em comemoração ao trigésimo dia do passamento de Luiz Vicente de Souza Queiroz. No Teatro Santo Estêvão “foi montada uma armação de aspecto fúnebre e grave, vendo-se no palco um estafalco ladeado por luxuosas coroas”. Incrições glorificadoras divisavam-se por toda parte. O teatro estava repleto, tendo comparecido representantes da Municipalidade, das Sociedades, imprensa, etc. A filarmônica do 2º Batalhão de Polícia, vindo especialmente de São Paulo, deu início à solenidade, com a execução de uma sinfonia fúnebre. Falaram, no ato, inúmeros oradores, exaltando as qualidades do finado e o mérito de suas obras. Os intervalos foram sempre preenchidos por fúnebres sinfonias.

“O povo piracicabano - comentava a “Gazeta de Piracicaba” de época - com essa esplêndida comemoração deu uma prova cabal da nobreza de seus sentimentos. Não pagou, porém, a sua dívida de

gratidão para com o benemérito paulista, que em vida tão denotado se mostrou em lutar pela nossa civilização e bem tratar. Essa dívida só será paga quando um dia se perpetuar no bronze a memória veneranda de Luiz de Queiroz, cuja dedicação pela nossa terra faz com o - por julgá-lo digno entre os mais dignos - lhe devamos uma glorificação como a que Horácio assim ordenava aos romanos: *Erigi monumentum aere perennis...*”

A dívida de gratidão o povo piracicabana pagou-a 61 anos após, ao inaugurar na Praça José Bonifácio, a 1º de agosto de 1959, o monumento a Luiz de Queiroz, fruto de uma campanha popular levada a efeito pelo Rotary e Lions Clube de Piracicaba.

Um Sonho Que Se Concretiza

Os anos vão se passando e a escola está fadada a ser relegada a um futuro incerto e distante. Seu “Diretor espiritual”, porém, mesmo depois de morto, ainda zela pela herança deixada aos vivos. Sua previdência foi, certamente, a salvação do estabelecimento, pois uma das cláusulas da doação marca o prazo certo de dez anos para o início das atividades escolares.

Em março de 1901, Cândido Rodrigues, Secretário da Agricultura vem a Piracicaba para conhecer de perto o andamento que toma a Escola Agrícola Prática São João da Montanha. Tão impressionado ficou com o vulto da empresa a que se entregara seu idealizador que, de volta à Capital, propõe ao governo a alteração da denominação para Escola Agrícola Prática “Luiz de Queiroz”. A nova denominação foi prontamente aceita.

Finalmente, a 3 de junho de 1901 era inaugurada, às pressas o novel estabelecimento.

Não tendo Luiz de Queiroz deixado testamento, pois sua morte foi súbita e prematura, todos seus bens reverteram para a genitora, a qual doou à viúva a Empresa Elétrica e as fertilíssimas terras do norte do Paraná, que na época não tinham grande valor. Estas,

se diluíram nas mãos de “grileiros”, que delas foram se apossando pouco a pouco, à medida que iam se valorizando.

Alguns anos após a morte do esposo, voltou Dona Ermelinda à Europa e percorreu todos os lugares que havia visitado em companhia do esposo, pedindo nos restaurantes, sempre que se lembrava, os mesmos pratos que juntos haviam apreciado.

E Empresa Elétrica foi vendida pela viúva após muito sofrer com a incompreensão dos homens. O serviço apresentava, de tempos em tempos, defeitos peculiares aos novos empreendimentos; as lâmpadas dos vários setores eram ligadas em série, de maneira que, quando uma se queimava ou era maldosamente quebrada, as demais se apagavam. Assim, com as imperfeições inerentes à época, o serviço apresentava falhas, às quais demagogos locais se agarravam para atacar o serviço e conseguir a venda da empresa. Mas havia um entrave para que essa maroteira não se realizasse, Luiz de Queiroz havia deixado declarado que a empresa seria revertida graciosamente à Municipalidade após determinado prazo. A Câmara Municipal votou, então, uma lei abrindo mão dessa doação, para que se efetuassem, como de fato se efetuou a venda a terceiros do que deveria pertencer, por desejo de seu criador aos Municípios.

Ainda recentemente foi restituído à usina, pelos diretores da Companhia Paulista de Força e Luz, a antiga denominação Usina Termelétrica “Luiz de Queiroz”, conforme havia denominado sua viúva.

Dona Ermelinda Ottoni de Souza Queiroz faleceu a 7 de maio de 1936, repousando seus restos mortais junto aos de seu bem amado.

A Prefeitura Municipal de Piracicaba inaugurou uma bonita praça ao lado do Palacete Luiz de Queiroz, que muitos conhecem por Palacete Rodolfo Miranda ou Boyes e defronte à fábrica de tecidos pertencente a Boyes. O novo lagradouro chama-se Praça Ermelinda Ottoni de Souza Queiroz e fica na rua “Luiz de Queiroz”. Prestou-se, desta maneira, significativa homenagem a este extraordinário casal, juntando os nomes destes dois fiéis corações que em vida tanto se amaram e que, novamente juntos, já passaram à imortalidade.

A Visita do Velho Senhor

Um Nobel em Piracicaba

Francisco Ferreira*

A pequena nota quase me passou despercebida. Perdida no meio de uma diagramação confusa que misturava reclames do Mitigal (“extingue prontamente as coceiras”) e, ocupando meia página, a programação dos Cines Polytheama e Íris (em cartaz, *Beber, amar e sofrer*, com Jean Hersholt e Carl Laemmle), a informação publicada pelo Jornal e Gazeta (ambos, *de Piracicaba*) rivalizava com os ecos finais do carnaval. A pequena nota dava conta da vinda de Rudyard Kipling a Piracicaba.

Tivesse aqui chegado duas semanas antes da sexta 11 de março, Kipling poderia aproveitar a liquidação da Casa Neme e sentir o inebriante aroma do lança-perfume *Pierrot*. Entretanto, do carnaval de 1927 sobravam apenas artigos desairosos: “... passou a febre da alegria, findou-se o delírio das más paixões. Cabisbaixas, voltam somnolentas para seus lares as almas insaciáveis, que cada vez mais se afundam nos abysmos dos pecados...”.

Poxa, que clima reacionário e depressivo para uma recepção. Ainda mais para quem já estava há um mês em terras brasileiras, começando pelo Rio de Janeiro onde conhecera, aí sim, o verdadeiro

* Escritor Piracicabano.

espírito de Momo. Mas esse Kipling, por que merecia medidas por todo o lugar em que passasse e também aqui em Pira?

Pode parecer estranho, uma ousadia talvez, começar um texto sobre Rudyard Kipling associando-o à Walt Disney, mas este é um caminho possível e é por aí que eu vou. Em tempos onde as referências literárias mais constantes são livros de autoajuda, escrever sobre um escritor que pode estar sendo esquecido pela história – se é que já não o foi – a analogia se justifica.

Sim, escritor e poeta, nascido em Bombaim, na Índia, mas britânico até a medula como se verá a seguir, Kipling foi o primeiro inglês (e oitavo escritor desde quando se iniciou a premiação) a receber o Nobel, em 1907, e inspirador de *Mowgli, o Menino Lobo*. O 19º desenho de Disney, de 1966, o último supervisionado pelo próprio, foi baseado em uma de suas principais obras, *O Livro da Selva* (Jungle's Book), que se tornaria um clássico da literatura infanto-juvenil reunindo uma curiosa coleção de contos sobre a vida na floresta e inspiradas divagações sobre a natureza humana e animal.

Outra lembrança, agora sentimental; poderiam ser aquelas contracapas de cadernos de grupo escolar dos anos 1960, todas trazendo os célebres versos traduzidos por Guilherme de Almeida do poema *Se...* (If), que talvez pareçam caretíssimos aos olhos de hoje e lembrem a antessala da disciplina de Moral e Cívica. É inegável, contudo, que entre os poemas de Kipling, mesmo aqueles que estão sendo esquecidos, *Se* fará parte de qualquer antologia que se preze:

Se és capaz de manter a tua calma quando todo o mundo ao teu redor já a perdeu e te culpa; de crer em ti quando estão todos duvidando, e para esses no entanto achar uma desculpa; se és capaz de, entre a plebe, não te corromperes e, entre reis, não perder a naturalidade (...), Tua é a terra com tudo o que existe no mundo e o que mais (grande final, comentário meu) –, tu serás um homem, ó meu filho!

Salvo essas pescadas no fundo da memória RK, é bom que se diga, já era em 1927, duas décadas com o Nobel nas costas, uma figura exponencial do mundo culto, em particular da literatura (mas

não só dela) e isso quando a Inglaterra ainda mantinha a fama de maior potência colonial do mundo.

Dois recortes são necessários quando se analisa um caso desses: o do início do século passado e o do início do presente.

Recorte um: Kipling era um conservador, porém isso não o desmerece. A época era de conservadorismo e basta dizer que seu mais constante tradutor no Brasil foi Monteiro Lobato, também um apaixonado defensor dos valores da pátria, da família etc. Neste contexto, parece claro que Kipling encarnou a voz do império britânico perante o mundo, naturalmente justificando todos os seus atos de dominação e prepotência, transmitindo os mais elevados valores de patriotismo e paternalismo. Em resumo, na virada dos séculos 19/20, um cronista da melhor tradução do estilo inglês de governo, de povo e de cultura.

Um exemplo desta visão, que causou impacto quando publicado em 1899, é seu poema *O Fardo do Homem Branco* (*The white man's burden*), uma apologia da missão civilizadora de que estavam imbuídos os ingleses em particular e os europeus e americanos em geral. Segundo seus versos, a dominação do mundo era um fardo que os homens brancos, poderosos e superiores, tinham que assumir, evidentemente sem perguntar se os dominados concordariam. É o que os Estados Unidos (leia-se Bush) fazem hoje, o que prova, mais uma vez, que a história vai e volta e nunca termina.

A tudo isso aí desse recorte um se dá o nome de colonialismo.

O que trouxe e o que buscava Kipling no Brasil?

Em primeiro lugar, bananas, mas também vitó..., alto lá, já sinto o leitor, estupefato, questionando-me. Bananas?

Sim, bananas, se possível em grandes cachos, daqueles amarelos de doer, macias e suculentas (em Santos, na Serra do Mar), e também vitórias-régias (no Rio, no Jardim Botânico), cobras de rabos sibilantes (em São Paulo, Butantã), café de verdade (os que ele

conhecia eram pura beberagem), estradas de ferro (pela São Paulo Railway, *of course*, com parada e olhos curiosos em Paranapiacaba) e, *finalmente*, como produzir e transmitir energia elétrica, primeiro do pé de uma serra (em Cubatão) até uma verdadeira metrópole, muitos pés acima e, depois aqui (cá pra nós), *mas não menos importante*, em Piracicaba, onde terminou seu périplo brasileiro de 30 dias e veio conhecer... , já chegamos lá. Enfim, o que trouxe o escritor ao Brasil foi a aventura de testemunhar o progresso e conhecer simbolismos de uma América que apenas imaginava em livros. Alguns sonhos de viagem, alguns até de infância, como conhecer frutas e plantas exóticas.

Mínuciosamente preparada, a vinda de RK serviu para divulgação marqueteira de sua obra mas também, coerentemente, se ajusta ao espírito esboçado do visitante. Uma espiada de quem estava por cima, no apogeu da fama, nos trópicos.

Decerto sua inclinação às novidades teve influência de sua primeira ocupação, ainda adolescente, como jornalista e repórter na Índia. Mas o impacto da 1ª Guerra Mundial e a morte de John, seu único filho homem, em 1915, transformaram Kipling em um andarilho do mundo. Viajou por todo os Estados Unidos - da costa do Atlântico ao Pacífico -, Japão e África.

No Brasil o forte da viagem foram as visitas à lugares em que o progresso enchia os olhos e 1927 era “o momento” pois começava o governo de Washington Luís e seu lema - “Governar é abrir estradas” - refletia este espírito evolutivo.

E Piracicaba? Como entrou no roteiro?

Bem, depois da usina de Cubatão e toda a maravilhosa concepção de engenharia ali vista, e talvez para dar a Kipling uma idéia de que São Paulo, o Estado, era muito maior que a capital e também tinha seus idealistas, os anfitriões do escritor, entre os quais figura ainda uma ilustre personalidade, Alexander Mackenzie, o diretor da Light que foi um dos pioneiros da eletrificação do Brasil, incluíram Pira no roteiro. A comitiva veio para conhecer uma parte da obra de um destes idealistas, talvez o maior de todos, Luiz de Queiroz, especialmente a casa de força idealizada com o objetivo principal de abastecer de energia sua fábrica de tecidos, 34 anos antes.

Naturalmente, o Palacete Boyes foi o local escolhido para hospedar o grupo e... parêntese, colchetes e aspas. O palacete sempre foi a cereja do bolo da fábrica de tecidos: quem em seu tempo detivesse a posse da fábrica levava de brinde o chantilly. Foram cinco seus proprietários: 1) nosso idealista mor, Luiz de Queiroz, que projetou e construiu a mansão para sua esposa, mas ficou pouco tempo ali; 2) Manoel Buarque de Macedo, empresário que, entre outros feitos, fundou o Jornal de Piracicaba, mas também teve curta permanência e não deixou marcas; 3) Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda, Ministro de Estado e depois Senador por São Paulo, este sim transformando a morada em forte presença na cidade e principal arquiteto de sua vida social no início do século passado, reunindo a aristocracia brasileira e internacional (!) à elite nativa, tanto que o espaço, antes chamado Palacete Queiroz, passou a ser apelidado de Palacete Miranda ou, também, de Villa Arethusina, uma homenagem a sua esposa Arethusia; 4) a família Boyes, de origem inglesa, que pela longevidade no local – sobretudo na posse da fábrica –, acabou se tornando um epíteto do lugar e 5) o empresário do ramo da educação Arnold Fioravante, que assumiu e restaurou por completo a cereja (porém não o bolo).

Fechando o parêntese, os colchetes e as aspas, o Palacete foi o local escolhido para hospedar o grupo porque havia naquele adorável pedaço da cidade uma longa tradição de bem receber, palco de hóspedes notáveis e espaço com a mais fina e impactante referência de Piracicaba. Uma verdadeira embaixada não-oficial.

Testemunha disso é um livro para registro dos visitantes, com mensagens e devaneios que refletem uma vida social inimaginável hoje, a partir mesmo da abertura do tomo, escrita por seu próprio criador, o Senador Miranda, em 1906: “Encaro a fortuna como um instrumento de trabalho e não como um doce conforto de uma vida calma e despreocupada. É ela para mim um meio e não um fim”.

Artistas (Joaquim Dutra), políticos (Washington Luís, então Secretário de Justiça, 20 anos antes de se tornar Presidente), intelectuais (Paul Doumer, que chegaria à Presidência da França) e muitas outras personalidades registraram seus momentos de repouso *naquelas margens plácidas...*

Em 1927 o palacete já estava em sua quarta geração de proprietários - os Boyes -, e no livro-documento Kipling deixou um testemunho enigmático: “A hospitalidade do Norte, outra vez.”

O que desejava dizer o poeta com esta mensagem? Uma alusão à fidalguia inglesa da hospedagem (ah, esses colonialistas...)? Uma comparação de hábitos refinados e superiores - o Norte -, com terra subdesenvolvida, onde imaginava o inóspito? Uma hipótese que *O Fardo do Homem Branco* pode induzir, porém prefiro divagar.

É o recorte dois, final, deste tempo que vivemos hoje.

Piracicaba não é a mesma que Kipling observou em 1927. O palacete não mais está aberto para qualquer visitante. A casa de força projetada por Luiz de Queiroz virou museu. A fábrica de tecidos, coitada, sucumbiu aos tempos e encerrou melancolicamente as atividades.

O Brasil ainda guarda alguma coisa: o carnaval, certamente hoje sem nenhum pudor, a vitória-régia e as bananeiras que encantaram o escritor com seus cachos e folhagens e, mais ainda, traços culturais arraigados como o jogo do bicho e a corrupção (sim! a corrupção), devidamente anotados nos escritos da viagem. Mas, de acordo com a apresentação destas memórias, o que Kipling viu, sentiu e registrou vale muito, principalmente como termo de comparação entre o que fomos e o que somos, ou entre o que éramos no século passado e deixamos de ser no presente. E ainda, completo eu, o que poderíamos ser.

Rudyard Kipling morreu em 1936, aos 71, apenas nove anos depois de estar entre nós em um simples fim de semana.

Notas

1. Kipling deixou suas impressões sobre o Brasil em um livro - *Cenas Brasileiras* (no original, *Brazilian Sketches*, Editora Melhoramentos, 1940).
2. Outro Prêmio Nobel (de 1929), Thomas Mann, também teve uma relação com a cidade, neste caso, indireta: seu avô materno morou por alguns anos aqui. Mas a história deste outro velho senhor ficará para uma próxima ocasião.

Agradecimentos muito especiais ao Dr. Arnold Fioravante, Renato Ferrante e IHGP.

Este ensaio, adaptado para a presente revista, faz parte de um dos capítulos de *A Passagem da Cidade - Uma Piracicaba que poderia ter sido*, no prelo.

HOSPEDES ILLUSTRES

Devem chegar hoje, provavelmente, a esta cidade, o illustre poeta inglez sir Rudyard Kipling e sua exma. esposa, acompanhados de outras pessoas acatadas, e entre ellas, Sir Alexandro Mackenzie, director da Light and Power, do Rio de Janeiro e São Paulo e exma. esposa e Mr. Eric Johnson, superintendente da S. Paulo Railway e sua exma. esposa.

O distincto poeta inglez que nos visitará é uma das mais altas personalidades intellectuaes de seu paiz, ovacionado no mundo todo e possuidor de uma bagagem litteraria extraordinaria e vasta.

Ainda ha pouco teve uma verdadeira consagração no meio intellectual do Rio de Janeiro e, igualmente, no de São Paulo.

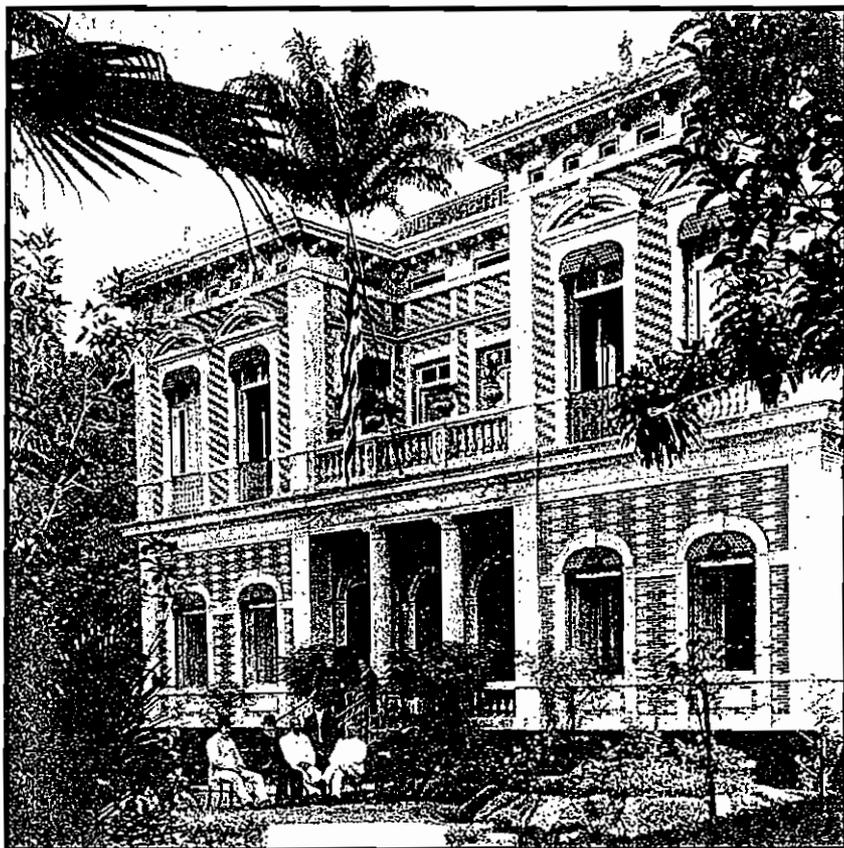
Sir Mackenzie e Mr. Johnson tambem são, como veem os leitores, pessoas de real destaque nas espheras da industria e commercio do paiz.

Os illustres visitantes, que pretendem conhecer Piracicaba no quo ella tem de mais pitoresco e attraente, são hospedes do sr. Herbert Boyes, no palacete «Arathusina».



O poeta e escritor Rudyard Kipling, vencedor do Prêmio Nobel de Literatura de 1907. Autor de uma obra variada, Kipling adquiriu notoriedade principalmente pelos contos e histórias que escreveu para crianças. Seu livro mais conhecido é "The Jungle Book" (O Livro da Selva), de 1894.

Nota publicada na primeira página do Jornal de Piracicaba de 11 de março de 1927, uma sexta feira, noticiando a chegada à cidade de Sir Rudyard Kipling.



O Palacete Boyes em 1911, quando era conhecido como Villa Arethusina: uma verdadeira embaixada não oficial de Piracicaba. - Acervo Juarez Borges

Mar. 13. 1927

Rudyard Kipling :-
 : "The hospitality of the North, again" :-

"The hospitality of the North, again": enigmática mensagem deixada por Kipling no livro de registro de visitas do Palacete Boyes.



Prudente de Moraes O Início da História

Hugo Pedro Carradore*

Resumo: A chegada de Prudente de Moraes a Piracicaba. Família – A Cidade, desenvolvimento e Personalidades do seu tempo.

Palavras Chaves: Família – Cidade – Personalidades

Prudente José de Moraes Barros nasceu a 04 de outubro de 1841, em um sítio, a vinte quilômetros de Itu, propriedade de seu pai, o tropeiro José Marcelino de Barros.

Muito cedo perdeu o pai. A tragédia é narrada por Silveira Peixoto:

“... vai José Marcelino de Barros pela estrada poeirenta, ao passo tardo da besta que cavalga, atrás dos cargueiros da sua tropa”.

A colina histórica do Ipiranga desenha-se pouco além, quando sucede o imprevisto. Rápido e brutal, a cena tem o seu desfecho em poucos instantes: atacado por um escravo, nem consegue José Marcelino defender-se. Baqueia, estrebucha...

* Historiador e ex-Presidente do IHGP.

*Fica uma poça de sangue, na poeira da estrada*¹.

*Ao lado da mãe, dona Catarina Maria de Moraes e dos irmãos*², aos três anos de idade, Prudente José ouviu a notícia — seu pai não voltaria mais. Fora assassinado nos campos do Ipiranga próximo ao moinho.

A mãe tratou com desvelo da educação do menino, ensinando-lhe as primeiras letras e forjando-lhe o caráter.

Dona Catarina Maria casou-se em segundas núpcias com o major José Gomes Carneiro, passando a família a residir na cidade de Itu. Nessa época, Prudente José era um rapagote com quatorze anos, alto, magro, cabeleira farta, olhos verdes e um tanto arredio. Tinha como passatempo, não os folguedos da molecada, mas sim, a leitura.

O jovem ingressa no colégio que Manuel Estanislau Delgado mal acabada de fundar. Porém, o estabelecimento não durou muito, no final do ano de 1856 teve que fechar as portas.

Em abril do ano seguinte, Prudente parte para São Paulo onde é matriculado no Colégio de João Carlos da Fonseca, preparando-se para ingressar na Faculdade de Direito. Foram seus professores: José Vieira Couto Magalhães e João Batista Cortinham Laxe.

*Em 1859, matricula-se na Faculdade de Direito, fazendo, concomitantemente um curso de Filosofia. Nessa época, o diretor da Faculdade do Largo São Francisco era o Conselheiro Padre Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, que também fez parte de nossa história. Um dos mais ricos proprietários de terra da região, fundador do Engenho Monte Alegre. Foi vigário da Matriz de Santo Antônio em 1804*³.

Nas lides acadêmicas teve como colegas figuras que iriam destacar-se na vida nacional: Manuel Ferraz de Campos Salles, Francisco Rangel Pestana, Bernardino de Campos Júnior, Francisco Quirino dos Santos e Paulo Eiró, entre outros.

*Comprando seus familiares uma propriedade rural em Vila Nova da Constituição*⁴, lá fixaram residência. As férias,

Prudente passava com a família no seu novo lar, encantando-se com a nova terra e cultivando amizades.

Metódico, organizado e meticoloso, vivendo modestamente com uma restrita mesada, enviada pelo padrasto, ele não se entrega às patuscadas estudantis.

Durante sua permanência nos bancos acadêmicos, o jovem estudou com denodado afincio, lendo tudo que lhe caía às mãos, na sua ânsia de saber.

Os seus dotes e a sua inteligência foram às causas que fez com que conquistasse a simpatia e a admiração dos seus colegas e mestres.

No final do curso, no último ano, sua timidez foi vencida por uma jovem, uma flor cheia de graça, bela e ativa. Por amor, num momento de ventura descansou no seu regaço, e caminho ao sopro da aventura...

Desse amor, nasceu uma criança...

Piracicaba nos tempos de Prudente de Moraes

Se Prudente de Moraes foi importante para Piracicaba, Piracicaba foi igualmente importante para Prudente de Moraes...

A família de Prudente de Moraes transferiu-se de Itu para Piracicaba em 1858. O jovem Prudente vinha à Piracicaba durante as suas férias.

Augusto Emílio Zaluar, viajando pela província de São Paulo esteve em Constituição (Piracicaba) entre 1860 e 1861, posteriormente escreveu suas impressões sobre esta estadia:

“Atualmente este município conta para cima de 20.000 almas. A sua produção de café e de açúcar regula, termo médio, em cento e cinqüenta mil arrobas. É preciso notar que a cultura do café é aqui de data muito recente, pois ainda há muito pouco

tempo os piracicabanos se entregavam exclusivamente ao cultivo da cana, que com esta inovação tem consideravelmente diminuído. Assim mesmo ainda haverá no município uns cinqüenta engenhos de açúcar”.

“Os edificios públicos, como já disse, são aqui de mesquinha aparência. Para fazer-se uma idéia, basta saber que em uma mesma casa, mal construída e arruinada, em frente da matriz, reúne a Câmara Municipal as suas sessões, funciona o júri, dão as devidas autoridades suas audiências, e trabalha escola pública de primeiras letras do sexo masculino! Note-se, porém, que isto é no pavimento superior, pois o térreo se distribui em uma prisão para homens, outra para mulheres, e uma para mulheres, e uma espécie de saguão com tarimba para a guarda. As prisões não tem o asseio conveniente nem oferecem a segurança precisa; além do que, avulta o inconveniente de conservarem-se reunidos ou simplesmente indicados com os condenados, e os presos de condição livre com os escravos. (No local onde está o monumento aos mortos de 1932 é que se erguia este edificio).

”A reparação deste edificio, sua exclusiva destinação para cadeia, e a construção de outro em que funcionassem a Câmara, o júri, as audiências e a escola, é uma das necessidades urgentes do município, de cuja satisfação resultaria, por um lado, o melhoramento na condição dos presos, mais facilidade para a execução do principio constitucional sobre a classificação das prisões, e mais comodidade e segurança para o serviço; e, por outro lado, a regularidade das justiças e da escola, que atualmente, pela falta de cômodos, se embarcam, recaindo o maior prejuizo sobre a escola, que entra em férias obrigadas sempre que funciona o tribunal do júri.

“A matriz da cidade da Constituição é singela e regular, mas já tem pouca capacidade para o número dos fiéis que assistem aos atos religiosos.

“Começada de longa data, só em 1844 é que se terminou como atualmente está.

“A capela da Boa Morte, ainda em construção, está colocada em um alto que domina toda a cidade

e donde se goza de uma vista pitoresca, e é devida a iniciativa, aos esforços e a vontade robusta de um desses homens raros que a Providência quase sempre escolhe entre o povo para lhe confiar a santa realização de seus desígnios.

“O Sr. Miguel Arcanjo Benício Dutra, cuja inteligência e infatigável amor ao trabalho o tornaram um dos beneméritos do lugar, foi quem, em 1851, fundou esta irmandade e deu principio à edificação da capela a 5 de abril de 1853, até esta se cobrir de telhas; nas viu-se então forçado a interromper o trabalho, que só em 1855 continuou sem embaraço até hoje. No 1º de setembro referido ano foi trasladada a imagem da matriz para a sua igreja com a maior pompa de que há memória nesta cidade. A capela é construída toda de arcadas, o que junta à comodidade a elegância de obra. Além da capela-mor, tem à direita a de Nossa Senhora da Assunção, e à esquerda a de Santa Rita. O cemitério da irmandade é proporcionado ao seu fim, e com tanto asseio, que ali se fazem os enterros de quase todas as pessoas que falecem no lugar.

“O corpo da igreja está muito adiantado e deve ser rematado por uma cúpula no centro.

“Miguel Arcanjo Benício Dutra consta-me que começara esta obra tendo por único cabedal a quantia de cinco patacas. Arquiteto, pintor, entalhador, músico, conhecedor, enfim, de todas as artes, é um verdadeiro proteu do trabalho, e assim tem conseguido dotar a cidade da Constituição de um templo digno do culto católico e de uma irmandade pia que tão importante serviços tem prestado aos seus irmãos.

“Na casa de morada deste ilustre cidadão há uma sala onde seu dono tem reunido, em uma espécie de museu, grande cópia de objetos raros e curiosos. Ao lado de magníficas cristalizações e grande número de amostras

mineralógicas encontram-se pinturas, desenhos, armas e utensílios dos indígenas, preciosidades numismáticas, peles de serpentes, ossadas de animais, e finalmente os elementos desordenados de um mundo em miniatura!

“Miguel Arcanjo Benício Dutra é filho de Itu e só veio estabelecer-se em Piracicaba em 1844. Pobre, mas honesto e honrado, vê-lo-eis, na sua infatigável atividade, percorrer as ruas da cidade no modesto traje de um homem popular, sem outro distintivo que o recomende aos seus concidadãos mais do que a sua fisionomia franca e olhar desassombrado.

“Se ainda não há em Piracicaba um edifício próprio para casa de misericórdia, existe já a irmandade fundada desde 25 de dezembro de 1854, cujo compromisso foi aprovado a 10 de dezembro de 1855. segundo me consta, brevemente se tenciona dar começo a uma casa apropriada a este caridoso fim, para o que existe já em caixa a soma de 19:949\$. No entanto, desde 7 de julho de 1856 principiou esta corporação a prestar socorros aos pobres e enfermos, ora em suas próprias casas, ora em um prédio alugado com este intuito, e desta forma se tem tratado até esta época para cima de cento e sessenta doentes.

“O fundador desta pia corporação foi o Sr. José Pinto de Almeida, que, auxiliado pelas pessoas mais influentes e caridosas do lugar, conseguiu dar-lhe o desenvolvimento e estabelecê-la no pé em que hoje se acha.

“Diversas e importantes estradas cortam este município.

“A de S. Paulo a Cuiabá passa por esta cidade e sobe depois a margem do rio S. Lourenço, dirigindo-se daqui a Araraquara, por onde segue o correio de Paranaíba. Além dos troncos principais de Campinas e Itu, que são por onde se faz a importação e exportação de

gêneros para o porto de Santos, existem muitas outras que comunicam este centro com os municípios circunvizinhos, e uma infinidade de caminhos vicinais para os sítios que ficam fora destas artérias.

“Pela comunicação fluvial é freqüentada esta povoação pelos Sertanistas, que vem de Paranaíba, os de Miranda, Botucatu, Jaú, Lençóis, os quais trazem aqui seus gêneros e exportam sal.

“A única fazenda que visitei neste município foi a de Monte Alegre.

“O título corresponde a beleza e amenidade do sítio, que é excessivamente pitoresco e agradável. A casa fica perto da margem do rio Piracicaba, sobre uma colina suave e rodeada pelas vastas plantações de cana, que são quase a única cultura desta lavoura, visto apenas existirem aí poucos pés de café. Uma horta e pomar magníficos, bem construídas e cômodas senzalas, ordem, método e disciplina, é o que recomenda a propriedade agrícola à observação do viajante, que encontra, nela uma das melhores e mais produtivas do município.

“A instrução pública é representada aqui por duas escolas de ensino primário do sexo masculino, uma freqüentada por cento e quatorze, outra por sessenta e dois alunos; além destas, há uma particular, com quatorze alunos.

“A escola pública primaria do sexo feminino é freqüentada por quarenta e duas educandas, e uma particular, do mesmo sexo, por dezoito meninas.

“Tive ocasião de visitar a escola que funciona na cadeia, e maravilhou-me a ordem, o método e o adiantamento dos alunos, lecionados pelo Sr. professor público José Romão Leite Prestes. Este senhor, pela sua assiduidade, habilitações e prática do ensino, tem sabido granjear as simpatias e o respeito não só dos discípulos,

como em geral de todos os chefes de família. No entanto o governo deixa as crianças educarem-se na mesma casa onde se punem os criminosos e se guardam os malfeitores! Que espetáculo para a infância!

“O comércio de Piracicaba tem ganho algum incremento com o estabelecimento da recente colônia militar de Itapura, visto que passam por aqui todos os que se dirigem aquele destino.

“A indústria só existe representada aqui por uma fábrica de cal, situada na margem do rio Corumbataí, e que supre esta cidade.

“O cemitério público está no centro da povoação e é insignificante.

“O teatro é pequeno e mal construído, e nada oferece ao curioso”⁵.

Depois de formado na Faculdade de Direito em São Paulo (1863), Piracicaba tornou-se a razão da vida social, profissional e política de Prudente José de Moraes Barros.

Aqui ele encontrou os caminhos que o levariam à Presidência da República Brasileira, aqui ele encontrou amigos ilustres que muitas vezes o conduziram às trilhas que o levaram à imortalidade. Foram seus contemporâneos e concidadãos figuras aqui mui ilustres, que também deram a sua contribuição para que a cidade se transformasse na terceira metrópole da Província após a capital (São Paulo, Santos, Campinas e Piracicaba).

Desse grande desenvolvimento que sofreu a cidade, foram os seus co-participantes figuras que tiveram os seus nomes gravados a ouro nas paginas da nossa história:

Seu irmão, Manuel de Moraes Barros, que as suas expensas construiu o segundo Grupo Escolar de Piracicaba (Escola Estadual de Primeiro Grau Moraes Barros);

Luís Vicente de Souza Queiroz, empresário responsável pela construção e instalação da fábrica de tecidos Dona Francisca (13 de outubro de 1873), cuja força motriz era fornecida peãs águas do rio Piracicaba. Em 1880 ele construiu junto ao rio Piracicaba o majestoso palacete que deu à sua esposa como presente de casamento. Em 1892 transfere sua residência para a Fazenda São João da Montanha, para acompanhar e administrar a construção da escola dos seus sonhos “Escola Agrícola”, que não pode ver realizado, pois a abertura das matrículas deu-se em 1º de maio de 1901, três anos após sua morte;

Miguel Arcanjo Benício Dutra, arquiteto e pintor responsável pela criação da Irmandade, da Igreja e do Cemitério da Boa Morte, bem como da Capela do Passo do Senhor do Horto e outras obras de arte espalhadas pelo estado;

Padre Francisco Galvão Paes de Barros, benemérito e santo pastor responsável pela introdução da Sociedade São Vicente de Paulo, mediante concessão diretamente da França e co-participante da fundação de inúmeras sociedades beneficentes, tais como a Santa Casa de Misericórdia;

Em 1885 Prudente de Moraes vivenciou com o engenheiro José Pereira Rebouças, autor e construtor da Ponte da Ituana, chamada ponte nova;

João Frick e Carlos Zanota, responsáveis pelo abastecimento de água encanada a população da cidade (1886);

Brasílio Machado Neto, responsável pelo cognome “Noiva da Colina”, eminente júris consulto que começou a sua carreira de promotor em Piracicaba, talentoso poeta, que em 1º de janeiro de 1886 publicou na “Gazeta de Piracicaba” o Poema Noiva da Colina;

*“Sacode os ombros nus, ó Noiva da Colina,
que a luz da madrugada encheu o largo céu,
e arranca-te das mãos o manto da neblina
que ondula sobre o rio, enorme e solto véu ...”*

José Ferraz de Almeida Júnior, o criador do realismo brasileiro, que em 1890 pintou o retrato daquele que iria se tornar o primeiro presidente civil da república.

Prudente de Moraes foi indiscutivelmente um dos esteios para que Piracicaba, no apagar do século possuísse um desenvolvimento extraordinário, marcado pela sua população de 11.260 habitantes na cidade e no município 25.374 habitantes.

Assim foi:

Já em 13 de janeiro de 1874, era lançado às águas o vapor “Explorador”, o primeiro da Companhia de Navegação Paulista. Assim, teve início a navegação comercial pelo rio Piracicaba, motivo de júbilo para a Câmara e para a população, numa época em que os meios de transportes eram os lombo de burros, as carroças e os carros de boi.

Neste ano de 1874, no dia 29 de dezembro, o lar de Prudente de Moraes encontra-se em festa, nasce o dr. Prudente de Moraes Filho. Jurista dos mais eminentes, ocupou elevados cargos na magistratura brasileira, foi secretário particular de Prudente, quando Presidente da República. Deixou inúmeros livros sobre direito. Faleceu em Piracicaba em 2 de maio de 1943.

No dia 29 de julho de 1875, é deferido pela Câmara um requerimento da Companhia de Navegação que *“desejava conservar uns restos da ponte velha sobre o rio Piracicaba, junto a margem esquerda do rio, fazendo frente à rua Direita (hoje Moraes Barros), com o objetivo se estabelecer uma espécie de desembarcadouro para os vapores”*. Por esse documento podemos constatar que o rio era navegável até o Largo dos Pescadores.

Diversos eram os portos localizados no município: o Porto João Alfredo, importante pelo seu comercio, os do Limoeiro, Samambaia e Paredão Vermelho, todos no rio Piracicaba, e Baguary, no rio Tietê. A navegação fluvial, para a qual muito se prestou o rio

Piracicaba, era explorada por diversas empresas particulares e pela Estrada de Ferro Sorocabana.

O sonho da eterna navegabilidade do rio Piracicaba, findou-se com os desvios das águas para abastecer as cidades vizinhas dos rios da bacia, com as indústrias se estabelecendo ao lado das margens, com o represamento do rio Atibaia e a entrada em funcionamento da Barragem de Salto Grande, nos idos de 1950, a navegação pelo rio Piracicaba já era letra morta. O golpe final foi a entrada em funcionamento do Sistema Cantareira, roubando um terço de suas águas para abastecer a Grande São Paulo.

Através da Companhia Ituana, em 22 de setembro de 1878, a família Imperial chegou a Piracicaba, hospedando-se na residência do dr. Estevão de Souza Rezende. Por solicitação de D. Pedro II a augusta comitiva, encantada com a paisagem ribeirinha, realizou uma excursão pelo rio Piracicaba através de canoa, até o Canal Torto, onde tomou o vapor da Companhia Fluvial Paulista, chegando até um lugar chamado Limoeiro. A família Imperial no dia 24 retornou a São Paulo.

Em 1881, no dia 19 de janeiro o dr. Estevão Ribeiro de Souza Rezende, Barão de Rezende, com a capital de rs 400:000\$000, funda a Empresa do Engenho Central. Os maquinários foram encomendados na França e em novembro deste mesmo ano chegavam a Piracicaba, sendo montados sob a direção do dr. André Partureaux.

O Jornal do Povo, no seu "Almanaque de 1894" publica⁶:

"A nossa cidade, que actualmente se acha no auge de seu progresso material e moral, está situada á margem esquerda do rio Piracicaba, a 200 kilometros ao noroeste da Capital (S. Paulo). Sua população é de 15 mil habitantes, em cujo número figuram os Portuguezes, Italianos, Allemães, Hespanhóes, norte-Americanos, Ingleses, etc.

“Como é natural predominam os brasileiros, em sua grande maioria descendentes de portugueses. Piracicaba é, após S. Paulo, Santos e Campinas, a cidade mais importante do Estado.

“Há em Piracicaba 3 Igrejas que são: a Matriz, a de S. Benedicto e a da Bôa Morte. Actualmente estão construindo um novo templo, a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, obra que não se concluirá com menos de 400:000\$000.

“Um engenho central, uma fabrica de tecidos de algodão de diferentes cores, uma fabrica de curtume, uma de sabão, três de cerveja, eis o progresso fabril e têxtil de Piracicaba.

“Seu theatro é regular, não tem a cidade biblioteca; seu commercio é activissimo, pois conta Piracicaba 1 banco, 1 casa de desconto, 1 mercado, 15 lojas de fazendas, 4 de ferragens, 2 de armarinhos, 2 casas especiaes de louças, vidros, etc., 1 de calçado, 2 de chapéus, 5 depositos de gêneros do paiz e estrangeiros, 4 phar-macias, 2 ourivesarias, cerca de 300 tabernas, 3 hoteis, 4 restaurantes, e todos fazem muito negocio. Estabelecimentos de caridade existem dois – a Santa Casa de Misericordia e o Lazareto dos morpheticos, ambos custeados pelo povo. Há também a Conferencia de S. V. de Paula, arrimo de muitas famílias pobres da cidade.

“O valor total da exportação de Piracicaba calcula-se em 12 mil contos.

“A cidade tem 2 sociedades de dansas, 3 collegios – o da Assumpção, o Collegio Rosa e o Piracicabano ; possui diversas escolas e dois jornaes, A Gazeta de Piracicaba e o Jornal do Povo, sendo este editado diariamente e aquelle duas vezes por semana.

“Sobre a índole dos piracicabanos, eis o que disse um altivo escriptor:

— *Não possui esta cidade minas de ouro e diamantes como outras de outras zonas do Brazil. A natureza, contudo, está cheia de compensações. Ella poz uma mina de ouro no coração dos filhos de Piracicaba*".
(sic)

Falando de Prudente, o Almanaque de Piracicaba para o ano de 1900⁷, assim retrata:

"Dr. Prudente José de Moraes Barros"

"Aqui vive em Piracicaba o illustre estadista cujo nome e retrato honram sobremaneira às paginas do Almanak.

"O Dr. Prudente de Moraes, que nos ufanamos de conhecer mais como excellente cidadão piracicabano e chefe da família exemplar, do que como homem politico e presidente da república (para cuja analyse falhamos inteiramente a competencia), reside á Rua Santo Antonio, n. 6, numa casa de apparencia sóbria, como sóbrio é o caráter de S. Ex.

"não vão nestas linhas intuitos partidários, pró ou contras as vistas de S. Ex. nas diversas phases da nossa história republicana. Apenas queremos surpreender e honrar o primeiro ex-presidente civil da república brasileira, conterrâneo nosso que na sua casa, como há bem pouco no Cattete, symbolisa a simplicidade de costumes, a lhanexa de tracto e a mais acrysolada despretenção, verdadeiras avis raras nestes tempos calamitosos de politicismo, de nullocracia e antipatriotismo.

"Vimol-o caminho da capital brasileira qual um christo antes offrendo as aguras da cruz.

"Presenceámos o miserável attentado do Arsenal de Guerra, onde Sua Ex. mostrou-se acima do medo

que sempre lhe emprestou esse jacobismo acostumado a couces de armas e patas de cavallo.

“Vimol-o aclamado por 20 mil pessoas no dia em que dava-se á sepultura o corpo glorificado do marechal Bittencourt, seu salvador e salvador da honra do exercito brasileiro.

“Vimol-o aqui chegar encannecido, aluquebrado por quatro longos annos de luctas e perigos incessantes...

“Mas dentro daquelle organismo delicado está o espirito lúcido, o coração bem formado, o patriota que ao Brazil republicano ensinou como se cumpre a lei dentro da mesma lei.

“A sua recepção nesta cidade esteve ao nível da cultura de nosso povo e dos méritos pessoaes de S. Ex.

“Saudando o illustre cidadão, o Almanak brada á plena alma e pulmões:

“Viva o Dr. Prudente de Moraes!”

C. B.⁸ (sic)

Quase um ano dez meses antes de sua morte, Prudente de Moraes escreve ao seu filho Antônio de Moraes Barros:

Piracicaba, 8 de Fev° de 1901.

“Antonio.

*“Respondo á vossa carta do 5 do corrente.
Piracicaba é uma das cidades mais importantes
do interior do Estado por sua população,
lavoura, commercio e industria -; actualmente
a sua vida econômica sente-se atrophiada
pela crise geral que opprime todo o nosso
paiz -. O foro de Piracicaba nunca teve
grande movimento, nem mesmo durante
os períodos de mais prosperidade -: agora
recente-se dos effeitos da crise econômica
que affige a todos os municípios. – Piracicaba
tem actualmente 10 advogados, numero bem
superior aos serviços que correm pelo foro -;
d’esses a maior parte faz bem pouco pelo
exercício da profissão.
são estas as informações que podés transmittir
ao vosso amigo -; cuja carta devolvo. –
Cá na terra não há novidades.
A Lolóta (9) está cada vez mais satisfeita
com o piano.
Vossa Mai irmãs estão boas e vos
mandam lembranças.
“De Nhozinho (10) não tenho notícias
recentes, mas creio que vae bem..
Adeos: um abraço do*

Papai e amigo –

Prudente de Moraes” – (sic)

Notas

1. Silveira Peixoto em "A Tormenta que Prudente de Moraes venceu", pg. 11.
2. Do casamento de Catarina Maria de Moraes com José Marcelino de Barros nasceram os filhos Frederico José, Fernando José, Joaquim José, Manuel, Cândida e Prudente José.
3. Segundo F. Nady Filho "Os Vigários de Piracicaba" – Almanaque de Piracicaba, 1955: "Em substituição ao padre Joaquim Manuel Fiúza, é nomeado vigário de Piracicaba o padre Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, natural de Itu, o qual tomou posse do cargo em julho de 1804, exercendo-o até 1832".
4. No dia 28 de julho de 1822: Portaria do desembargador João Medeiros Gomes, corregedor da Comarca de Itu, convocando os interessados para o ato de elevação da freguesia de Santo Antônio de Piracicaba à Vila, com a denominação de Vila Nova da Constituição, no dia 04 de Agosto deste mesmo ano. O que não aconteceu, pelo que parece, por causa do litígio com a família dos herdeiros do Sargento Mor Carlos Bartolomeu de Aruda, na demarcação do rossio, o que se verificou no dia 10 de Agosto, em homenagem a Constituição Portuguesa.
5. Augusto Emílio Zaluar – "Peregrinação pela Província de São Paulo" (1860-1861) – Livraria Martins Editora – volume III da Biblioteca Histórica Paulista, publicado no Almanaque de Piracicaba 1955, organizado por Hélio M. Krahenbühl.
6. Do Almanak do "Jornal do Povo", de 1894, publicado em "Piracicaba Documentário", Mário Neme, 1936.
7. Transcrito do "Almanak de Piracicaba para o ano de 1900" – Typ. Henries Irmãos, São Paulo, SP. 1899.
8. O nome das iniciais "C.B." não foi possível identificar.
9. Lolóta era Carlota, filha de Prudente de Moraes.
10. Nhozinho era Prudente José de Moraes Filho.

O Espaço Urbano Piracicabano: Os "Brownfields" no Bairro da Paulista

João Luis Franchi*

Resumo: O espaço geográfico é o objeto de estudo da Geografia e dentro de suas inúmeras características, surge a questão dos grandes espaços urbanos abandonados, semi-abandonados ou que perderam suas funções ao longo do tempo devido a mudanças provocadas pela sucessão dos ciclos econômicos. Surgem, então, os "brownfields", e que neste estudo, analisaremos a questão de áreas abandonadas, semi-aproveitadas ou recentemente revitalizadas no bairro da Paulista, em Piracicaba, particularmente, a área da Estação da Paulista.

Palavras-chaves: Espaço urbano; Geografia urbana; "Brownfields".

I – Definições de "brownfields"

Termo oriundo da língua inglesa, ainda sem similar na língua materna do Brasil, surgiu nos Estados Unidos. Os estudos no Brasil sobre os "brownfields", particularmente no Estado de São Paulo,

* Geógrafo

tem na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) de Rio Claro/SP, um centro irradiador, com áreas de estudos denominadas de “Grupo de Análise Territorial com Suporte de Geotecnologia”, sendo que adotaram a seguinte definição para o termo: arcaibouço físico-territorial abandonado, contaminado ou não, de uma atividade sócio-econômica relevante em um determinado período de tempo, porém, passível de refuncionalização (PEREIRA, 2003).

Também pode ser definido de maneira mais ampla, entendendo-o como formas específicas, como objetos presentes na configuração espacial de um determinado lugar que não correspondem à lógica atual de estruturação do território, não cumprindo a função para a qual foram destinados para a sua edificação.

Segundo Pereira (2003), a interpretação de ciclos econômicos como responsáveis pela criação daquelas estruturas abandonadas está condizente com as definições ora apresentadas, uma vez que foram ciclos que determinaram a atividade econômica marcante na maior parte do País, em períodos que podem ser reconhecidos até mesmo na dinâmica atual de estruturação do território.

II – As origens da Estação e do bairro da Paulista

As origens do bairro piracicabano da Paulista remontam a própria chegada do ramal ferroviário, com a doação da área feita pelo sr. João Conceição. Outros fatores de desenvolvimento do bairro foram a desapropriação de terras da atual Chácara Nazareth e a chegada de imigrantes, como os japoneses, daí, o nome de Praça Takaki, uma das principais praças do bairro.

Eis os relatos em 01 de agosto de 1922, por ocasião das festividades de inauguração e chegada do primeiro trem da Paulista:

“De certo, Piracicaba assistiu trás ante-ontem a maior festa de quantas se têm aqui realizado. Quando chegou a pla-

taforma da estação o primeiro trem da paulista, conduzindo o representante do presidente do estado e sua comitiva, a alma do povo desta terra representada bem na metade da sua população, aguardava-o recebendo-o com os mais delirantes aplausos. Era bem a chegada do seu mais alto ideal que os piracicabanos tinham ido esperar. Dir-se-ia que vinte anos de esperanças e de permanente aspiração, representada por uma massa popular avaliada em 10.000 almas, irrompiam, soberba e delirantemente numa onda irrefreável de entusiasmo. Quando chegou o trem, o povo rompeu em vivas e palmas prolongadas. Se não dizemos que o entusiasmo, a alegria excederam à nossa expectativa é porque nenhuma expectativa se podia fazer das festas inaugurais do grande acontecimento, porque todos estavam tomados do mesmo júbilo ressentindo na alma as mesmas emoções... Às 15:30 horas, de sábado, partiu desta cidade conduzindo uma comissão de vereadores, composta dos srs. Odilon Ribeiro Nogueira, dr. Felippe W. Cabral de Vasconcellos e Cap. Ricardo Pinto César, representantes da imprensa e algumas exmas. Famílias. Depois de uma excelente viagem de 34 minutos chegou o trem a Santa Bárbara. A estação de Santa Bárbara, que se achava artisticamente enfeitada, começava se encher de gente que ia assistir a chegada do especial marcada para as 16:40 horas. Ao aproximar a hora marcada, chegou o sr. Diretor do grupo daquela cidade e professores com todas as crianças do seu estabelecimento de ensino, que formaram perto da plataforma. Em breve a estação de Santa Bárbara se enchia de populares. Às 16:40 chegou o especial de São Paulo. A parada do trem, a filarmônica "União Barbarense" tocou o Hino Nacional ovacionando o povo em calorosos vivas ao sr. Presidente do Estado, ao sr. Secretario de Agricultura e a Companhia Paulista. Quando foi possível se fazer silencio, ouviu-se o sr. Prof. Antonio de Arruda ribeiro, diretor do grupo escolar da cidade, quem em nome do diretório político e do povo de Santa Bárbara, saudou o Presidente do Estado, representado na pessoa do digno secretario de S. Excia. Em seguida saudou o emissário do governo do Estado uma aluna, que lhe ofereceu um buquê de flores em nome do esta-

belecimento de ensino de que faz parte. Por ultimo falou s. excia. agradecendo as manifestações ao Governo do Estado representado em sua pessoa. As 19:25, precisamente, ouviu-se na Estação da Paulista em Piracicaba, o primeiro apito do trem inaugural. Poucos minutos depois debaixo da mais delirante ovação, entrou o especial na plataforma. Foi indescritível o entusiasmo. A grande multidão, que se aglomerava no largo desde as 17 horas, toda, aplaudia com mais intenso entusiasmo. Uma das bandas de musica tocou o Hino Nacional. Estava inaugurada a Paulista” (Jornal de Piracicaba, 01/08/1922).

Segundo Carradore (1991), a Estação e o armazém foram construídos por empreitada do construtor Domingos Borelli, sendo que as vinte casas onde iriam residir os ferroviários, construídas por Felício Bertoldi. Entre Santa Bárbara d'Oeste e Piracicaba foram construídas três estações intermediárias: Caiubi, Tupi e Taquaral.

III – Os “brownfields” no tradicional bairro da Paulista

O espaço geográfico apresenta as marcas deixadas pelo tempo, numa sucessão de ações do homem que vão modificando a paisagem do bairro, da cidade, da região, do País. Os casos dos “brownfields” representam um desafio ao desenvolvimento e ao planejamento. Muitas cidades discutem qual a destinação adequada para antigos prédios industriais, comerciais e de serviços que no passado tiveram relevância na economia, mas que atualmente, estando abandonados ou sub-utilizados, podendo dificultar o desenvolvimento (HUMMEL, 2006).

Segundo Sanchez apud Hummel (2006), ao não mais servir, os aparelhos e objetos são jogados fora, as instalações desmontadas as obras demolidas. Em certas circunstâncias, porém, alguns poucos aparelhos e objetos são guardados em museus, arquivos, institutos ou bibliotecas, alguns edifícios preservados e algumas instalações mantidas. Assim velhas minas subterrâneas tornam-se atrações turísticas, velhos

edifícios são transformados em centros culturais e antigas residências tornam-se hotéis ou agências bancárias. Mas tudo isso são exceções, a maior parte dos velhos objetos vão para o lixo, os velhos edifícios são demolidos, as instalações desfeitas e o entulho é jogado fora.

Em Piracicaba, especificamente no tradicional bairro da Paulista, selecionamos três exemplos clássicos de “brownfields”, que marcaram o território e deram formas ao lugar com suas antigas funções e que hoje começam a despontar para novas funções: a área da antiga estação ferroviária, as antigas instalações da Codistil e da indústria metalúrgica Alvarco.

Formando uma enorme área quase contígua, esses “brown-fields” marcam o bairro com sua história que é até recente, a partir da década de 20 do século XX.

O primeiro exemplo – e mais marcante, é a área da antiga Estação da Paulista, inaugurada tardiamente em 1922. Com a crise e o desmantelamento de toda infra-estrutura ferroviária brasileira ocorrido a partir da década de 60, a Paulista perdeu suas funções, deixando de os trens percorrerem seus trilhos, na década de 90. A partir daí, sua função principal foi perdida. Somente no ano passado, o poder público municipal transformou aquele “brownfield” numa interessante área de lazer, cultura, convivência e esporte, além da transformação de grande área em estacionamento.

Os grandes galpões da antiga Codistil (próximo a Rua da Glória) e da Alvarco (próximo as ruas João Conceição e do Rosário), ainda aguardam novas funções, pois, com a mudanças das instalações das indústrias para os distritos industriais, as grandes áreas construídas que ficaram esperam novas atividades, cabendo também neste caso, a intervenção do poder público para o direcionamento a ser tomado.

Segundo Pereira (2003), a idéia de propor novos usos para essas grandes áreas não devem levar em conta apenas os interesses comerciais – muitas vezes meramente especulativos, que converte o espaço e o território em simples mercadoria.

A cidade carece de áreas verdes, de espaços de convivência e de inclusão digital, inclusive, sendo os “brownfields”, ótimas opções na busca de funções menos nocivas e impactantes.

De acordo com Hummel (2006), modernidade e tradição são temas que aparecem em conflito dentro das discussões sobre a refuncionalização dos “brownfields”. O retorno da atividade aos antigos prédios industriais (ou estruturas como a Estação da Paulista) é um anseio da comunidade, uma iniciativa para ajudar a promover o desenvolvimento nos municípios. Mas quando esse desenvolvimento é acompanhado pela descaracterização do prédio surge o conflito com os anseios das pessoas...A refuncionalização é uma das iniciativas na busca do desenvolvimento das comunidades, na medida que permite a volta da geração de renda ou a solução dos problemas trazidos pelo abandono das áreas, incluindo os problemas sociais e os vazios na paisagem da cidade.

No caso do Estação da Paulista, o problema do abandono da enorme área durante anos foi parcialmente solucionado, cabendo a sociedade analisar com o tempo, se a refuncionalização atingiu os seus objetivos. Eis algumas características novas que surgiram como as modificações naquele local:

- preservação do prédio principal da Estação, exemplo de arquitetura típica das Estações ferroviárias paulistas;
- área cultural, com propósitos de inclusão digital aos moradores do bairro;
- área de esporte e lazer, com espaço para caminhadas, cicloviarias e parque infantil;
- área de convivência da terceira idade;
- fim da sensação de vazio e abandono da antiga paisagem;
- melhora na iluminação e circulação das pessoas pelo local;
- melhora na fluidez do trânsito e estacionamento amplo.

No caso específico das antigas instalações industriais, apesar do caráter particular, o poder público deve também intervir para que esses espaços, hoje abandonados ou precariamente utilizados, possam reverter a paisagem da região, e no conjunto com a antiga estação, possam levar um dinamismo maior ao bairro.

Conclusão

No caso do presente estudo, vimos que dois fatores importantes levaram a modificações nas funções de antigas atividades no bairro da Paulista. No caso da Estação ferroviária, a opção do País pelo transporte rodoviário - em detrimento ao ferroviário, causou em muitos municípios brasileiros, a aparição de gigantescos “brownfields”, com a desativação de estações e ramais, e o sucateamento quase que completo do parque ferroviário brasileiro.

No caso dos galpões industriais, com o crescimento da cidade e a expansão dos distritos industriais e a conseqüente migração de grandes complexos industriais para novas áreas, grandes construções ficaram semi-abandonadas, causando transtornos para o bairro, aguardando novas refuncionalizações.

A paisagem urbana é dinâmica e reflete as ações do passado que vão se acumulando através dos tempos - são as chamadas rugosidades que tão bem expressou o geógrafo Milton Santos.

Quanto mais cedo o poder público e a comunidade se mobilizarem para a questão do destino dos “brownfields”, mais benefícios receberão, pois, a paisagem urbana se modifica com a ação antrópica e espera ações concretas e rápidas.

Bibliografia

- CARRADORE, Hugo Pedro. Estação da Paulista Piracicaba-SP: elementos históricos para o processo de tombamento. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, ano I, no. 1, dezembro/1991, pp. 9-14.
- HUMMEL, Carla Patrícia. “Brownfields” e atores sociais no município de Rio Claro (SP): memórias e refuncionalizações”. Dissertação de Mestrado. UNESP/IGCE, Rio Claro, 2006.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA. Companhia Paulista de Estradas de Ferro – Resumo de Jornais da época – Gazeta de Piracicaba 01/08/1922.

PEREIRA, Evelyn Andréa Arruda Pereira. “Os brownfields no município de Piracicaba/SP: a inércia do território e os ciclos econômicos”. Monografia, UNESP/IGCE, Rio Claro/SP, 2003.

O Ping Pong e o Tênis de Mesa em Piracicaba

José Antônio Bueno de Camargo*

Ping Pong ou tênis de Mesa

São a mesma coisa? Se não são, quais os detalhes que os diferenciam?

Uma coisa que nem todos sabem é que a distinção entre Ping Pong e Tênis de Mesa foi compulsoriamente estabelecida pelo então diretor da Gazeta Esportiva, Miguel Munhoz, também presidente da Federação Paulista de Tênis de Mesa. E o dirigente explicava assim a sua visão o assunto: “Lampião a gás é coisa do passado e nós vivemos em plena era atômica”.

O que se entendia da idéia de Miguel Munhoz era que o Ping Pong no Brasil(1) possuía características retrógradas, sem regras universais, tendo em cada cidade ou região uma regra diferenciada, tornando praticamente impossível uma resposta uniforme e harmoniosa em torneios de amplitude mais ampla, como interestaduais. Isso tudo, em contraste com o Tênis de Mesa, que é o mesmo praticado na Inglaterra como no Japão.

* Jornalista e membro do IHGP.

A estratégia de Miguel Munhoz foi provocar uma diferenciação por meio das denominações. A partir daí, Ping Pong e Tênis de Mesa passaram a ser duas coisas distintas, no Brasil. No resto do mundo, em quase toda a parte, O Ping Pong é apenas uma outra forma de designar-se o Tênis de Mesa.

E como Miguel Munhoz agia para forçar a mudança? Simplesmente, como diretor daquele que era reconhecidamente o maior jornal de esportes do continente, eliminou o termo Ping Pong das colunas do grande jornal, A Gazeta Esportiva, da Fundação Gaspar Líbero. Quando as notícias, geralmente as vindas do interior do Estado, falando de confrontos e torneios de Ping Pong, eram denominadas como sendo Tênis de Mesa. Exemplo, a notícia sobre o jogo entre Flor do Bosque e Concórdia saía assim: "Por 200 a 187 o Flor do Bosque, de Piracicaba, derrotou o Concórdia, de Campinas. A partida de Tênis de Mesa foi disputada em Piracicaba, no último dia 23. O Flor do Bosque jogou com Lalo, Mateus, Nenê, Leonel e Marinho. O próximo encontro entre os mesa-tênisistas será em Campinas, em data a ser confirmada". O irônico disso é que todo o mundo sabe que no Tênis de Mesa não existe contagem centenária, que é própria do Ping Pong.

Sobre a introdução oficial do Tênis de Mesa em Piracicaba, no ano de 1954, com a exibição do campeão paulista Clube Atlético Fazenda Estadual na Noiva da Colina frente à equipe da S.R. Palmeiras tem um capítulo especial neste trabalho, destacando o Dr. Antonio Carlos Neder, o Lalo como era carinhosamente conhecido pelos familiares, amigos e esportistas, e que foi uma das colunas mestras do esporte que estamos tratando.

E também temos um capítulo especial sobre o piracicabano Francisco Eduardo Bueno de Camargo, que conquistou o respeito internacional mais do que como jogador, mas como técnico e empresário.

Em Piracicaba

Ao pesquisador não faltaram fôlego e disposição para tentar marcar os primórdios do Ping Pong em Piracicaba. Mas, cedo con-

cluímos pela impossibilidade de tal façanha. Acontece que o Ping Pong aparece documentado desde a década de 20, pela imprensa local. Como a notícia que transcrevemos a seguir, publicada no diário da Manhã, editado por Ernani Braga.

Santista 200 x Carioca 174 – No jogo realizado domingo (03/03/28), na sede do Palestra Itália entre os times Carioca, formado por elementos daquele clube e Santista, por elementos do São João, saiu vencedora esta pela contagem de 200 a 174. Hoje, na sede do João jogarão novamente os mesmos times, que estarão assim organizados: Santista Gonzáles, Perches, Nondas, Perenci e Basolini. Carioca: - Cardoso, Fabris, Zeno, Odilon e Zanin.

O segundo jogo, contudo, jamais seria realizado, no confronto entre XV e São João, uma vez que a derrota do XV na sede do São João ocorreu em uma mesa de dimensões menores. E a turma do São João nas se arriscou a enfrentar o XV em mês de dimensões grandes.

Contudo, sabe-se que o Ping Pong era largamente conhecido e praticado em Piracicaba pelo menos desde a primeira década do século XX. E a sua proliferação devia ser grande parte exatamente ao fato de não possuir regras fixas, que pudessem dificultar a sua implantação. Bastava que houvesse uma mesa retangular, de tamanho razoável, e demarcada ao meio com uma redinha, raquetes de qualquer tipo e bolinhas de celulóide. E, é claro, jogadores para ocuparem os dois lados da mesa. A contagem poderia ir a 100 ou 200, conforme a disposição dos jogadores.

E, dentro dessa situação, procurou-se estabelecer umas regulamentação mínima para as disputas. Por força da popularidade do Ping Pong, seja como recreação, seja como esporte, foram incontáveis os núcleos dessa modalidade através dos anos, que apareceram e ou desapareceram. Acredito que além dos lembrados aqui tenham sido no mínimo o dobro ou o triplo:

Esperança (formada pelos irmãos, João, Jairo – Dr. Jairo Ribeiro de Mattos e Paulo Ribeiro de Mattos).

Estrela Dalva (departamento criado no clube por Lalo, com Mário Tomaziello, Waibo Celes, João Leonel e outros; técnico Au-

gusto Negri, Jacaré), sediada na antiga sede partidária da UDN, União Democrática Nacional, e tendo na parte térrea o Bar Comercial, dos irmãos Lescovar, onde hoje se ergue o edifício Brasil.

Marianos da Catedral, servindo-se de uma mesa na sala de reuniões de algumas congregações da Catedral de Santo Antônio, localizada onde hoje está o Edifício Manacá, na Rua Boa Morte, com as instalações da Rádio Educadora.

Pinguim – levando o nome do Bar Pinguim, da família Schmidt, localizava-se na esquina das Ruas Santa Cruz e 13 de Maio.

- Flor do Bosque, apontado como o mais antigo clube de Ping Pong em atividade no País (sobre o qual temos um capítulo especial).

Sucrerie (que tinha o esquadrão tetra-campeão da cidade, formado pelos irmãos e primos Ducatti – Tito, Lolica, Ferrinho, Lourenço e Pedrinho).

- C. A. Piracicabano
- Clube Coronel Barbosa
- C.C.R. Cristóvão Colombo
- Grêmio Copersucar
- Associação dos Funcionários Públicos Municipais de Piracicaba
- Clube de Campo de Piracicaba
- S. R. Palmeiras
- S. B. 13 de Maio
- Associação Sheknah
- Telesp Clube
- Piracicaba Baseball Clube
- Clube dos Bancários
- Marianos da Catedral
- Marianos da Igreja dos Frades
- Círculo Operário da Catedral
- Sociedade Italiana de Mútuo Socorro
- XV de Novembro
- Grêmio Normalista
- Grêmio da Mause
- A.A. Banco do Brasil.

Sociedade Recreativa Palmeiras

O Clube pioneiro do Tênis de Mesa em Piracicaba, a Sociedade Recreativa Palmeiras, teve uma brilhante passagem no cenário esportivo de Piracicaba, tendo acumulado títulos importantes, no período de apenas um ano após o início das suas atividades: São eles:

Campeão do Torneio início individual IV Centenário

Campeão do Interior, invicto, do ano 1954.

Campeão do Torneio início IV Centenário

Campeão do Torneio 1º aniversário 1955

Campeão do Torneio Individual de Liga Piracicabana de Tênis de Mesa

Campeão de Equipes da LPTM

Vice Campeão do interior 1955

Liga Piracicabana – I e II

Em sua edição de oito (8) de dezembro de 1988, o Jornal de Piracicaba publicava a notícia da fundação da Liga Piracicabana de Tênis de Mesa, segundo versão (a primeira Liga, fundada em fevereiro de 1988 estava desativada). Dessa notícia, extraímos:

A reunião na S.R. Palmeiras realizada sábado, foi conduzida pelo técnico Francisco Eduardo Bueno de Camargo, o Fran, com a participação dos seguintes representantes de clubes e associações: Valmir A. Fonseca, André Luiz R. Siqueira, José Maria Donatti – Telesp Clube; Gerson Rodrigues – Clube Atlético Piracicaba; Paulo César Moreto – Sociedade Recreativa Palmeiras; Oliveiro Majollo e Fábio Paes - Indústria de Papéis Simão; Isael João Pereira e Paulo Leandro Barbosa – Grêmio Copersucar; Osley Paes Almeida – Clube de Campo de Piracicaba; José Antonio Bueno de Camargo – Clube Coronel Barbosa.

Diretoria – Por aclamação foi conduzido à presidência José A. B. Camargo, com os demais cargos assim distribuídos: vice-presidente, Gerson Rodrigues (CAP); 1º e 2º secretários, Oliveiro Majollo

(IPS; IPP) Osley Paes Almeida (CCP); e 1º e 2º tesoureiros, André Luiz Siqueira (Telesp Clube), Paulo Leandro Barbosa (Grêmio Copersucar); Diretor técnico, Paulo César Moreto (S.R. Palmeiras). A vice-presidência da Liga Piracicaba foi exercida com muita efetividade por largo período de tempo, pelo mesa-tênista reverendo Erasmo Prestes de Souza, presidente da Shekinah.

A Primeira Liga

Antes dessa Liga, Piracicaba teve a sua primeira entidade, fundada em 1955, em reunião realizada para esse fim e que teve a presença dos seguintes: Basílio Ninjelski, Rafic Arbex, José Coury Massu, Nadir Pouza, Antônio Pascuzzi, Ernesto Stolf, Antonio Carlos Neder, Roberto Bandeira. Eles representavam S.R. Palmeiras, Clube dos Bancários, Unidos Clube, Tênis Clube e C. Estudantes.

Para a presidência da Diretoria foi eleito Ernesto Stolf e para a vice-presidência Mário Tomaziello. Antônio Carlos Neder ficou com o 1º secretário e Rafic Arbex na 2ª secretaria.

A reunião foi realizada na sede do Clube dos Bancários, que seria também a sede provisória da LPTM.

Dr. Antônio Carlos Neder (Lalo)

O Dr. Antônio Carlos Neder sempre foi um baluarte do esporte praticado na mesa como campo de jogo, tanto na época do Ping Pong como na do Tênis de Mesa. Para a implantação do Tênis de Mesa, Lalo, como era também conhecido o esportista Neder, foi obrigado a contrariar o posicionamento de velhos companheiros e amigos favoráveis à prevalência do Ping Pong sobre o Tênis de Mesa.

No Ping Pong, era sempre o elemento que providenciava mesa, bolinha, área para jogos e que alimentava os contatos com

imprensa para a promoção dos jogos. No Tênis de Mesa foi quem bateu o martelo para a abertura a modalidade e quem obteve do comerciante Pedro Sallum, a anuência para o clube por ele presidido, a Sociedade Recreativa Palmeiras, assumisse o pioneirismo, cedendo salão na sede social do clube.

Foi dele, ainda a iniciativa (solitária) de trazer a equipe do Clube Atlético Fazenda Estadual – “CAFÉ” – para a introdução oficial do Tênis de Mesa em Piracicaba, na noite de 23 de maio, ou seja, a equipe campeã paulista de Tênis de Mesa, integrada pelo campeão sul-americano o chileno Fernando Olazzarri e sua esposa a brasileira Corina, campeã sul-americana.

Na ocasião, a Gazeta Esportiva publicava entrevista concedida por Neder ao próprio diretor daquele jornal, Miguel Munhoz, também presidente da Federação Paulista de Tênis de Mesa. A matéria saiu ocupando meia página, ao lado da notícia que anunciava “Hoje o prélio inaugural do Tênis de Mesa em Piracicaba”.

E nos subtítulos: “Sociedade Recreativa Palmeiras, pioneiro da prática do verdadeiro esporte de salão em Piracicaba – Realizações e feitos do grande grêmio da Noiva da Colina e um esboço histórico feito à Gazeta Esportiva pelo entusiasta e dinâmico Antônio Carlos Neder”.

O texto dessa matéria é o que mostramos a seguir:

“Tivemos há dias o prazer de receber a visita do jovem Antônio Carlos Neder, “espinha dorsal” do Tênis de Mesa da Sociedade Recreativa Palmeiras, uma das mais belas tradições do esporte de Piracicaba. Se no interior do nosso Estado existissem mitos Antônio Carlos Neder e muitos Palmeiras, o mais popular esporte de salão do mundo seria o maior do Brasil e não teríamos que baldadamente estar dizendo à gente da hinterlândia; ou pelo menos da maioria das cidades, que lampião a querosene é coisa do passado e que nós vivemos em plena era atômica. (Chamamos a atenção dos leitores para o fato de que essa matéria da Gazeta Esportiva foi de autoria do próprio Miguel Munhoz).” Mas Carlos Neder não é desse estofo. Cercado de bons companheiros compreendeu logo que os caminhos estavam errados, procurou os certos, hoje Piracicaba representa uma das máximas potência do tênis de mesa em nosso Estado, já pos-

suindo a sua Liga e empreendendo cometimentos dos mais úteis e proveitosos à evolução dessa modalidade, como ela é legal e internacionalmente. Pois, apoiado incondicionalmente pelo S. R. Palmeiras, o popular “Lalo” como é conhecido na roda de amigos, vem sendo autêntico baluarte do tênis de mesa paulista, e como queríamos saber “tím-tim- por tím-tim”, a história da introdução do tênis de mesa no seu clube predileto, ele nos foi dizendo com minúcias de detalhes:

A S.R. Palmeiras organizou o seu departamento de tênis de mesa a oito de maio de 1954, cujos fundadores são: Pedro Sallum, Adolfo Carlos Camargo Viana, José Antônio Bueno de Camargo, José Curi Massh, José Pereira de Souza, Antônio Carlos Usberti, Valdemar F. do Nascimento, Plínio Bortoletto e eu (Neder).

No dia 22 do mesmo mês, foi inaugurada oficialmente a sua mesa internacional, assim como o Tênis de Mesa de Piracicaba, tendo como adversário o afamado Clube Atlético Fazenda Estadual de São Paulo. Filiou-se à Federação Paulista de Tênis de Mesa e à Confederação Brasileira de Tênis de Mesa, sendo que na ocasião esteve presente o presidente da FPTM Miguel Munhoz (...) Os jogadores que atuaram na equipe principal (no primeiro ano de atividade do Tênis de Mesa foram: Lalo, 23 vezes; Carlito, 24; José Massuh, 16; Valdo, 8, Paulista, 1; Tone e Plínio, 1 vez cada). Na equipe “B” atuaram: Plínio e Tone, 7 vezes; Valdo, 3; José Massuh, 3; Paulista e José ABC, 2. A atual diretoria de Tênis de Mesa (1955;56) da S.R. Palmeiras é a seguinte: presidente – José Pereira de Souza Filho; vice-presidente – Adolfo Carlos Camargo Viana; 1º secretário – Antônio Carlos Neder; 2º secretário – Antônio Carlos usberti; 1º tesoureiro – José Curi Massuh; 2º tesoureiro – Celso Beluco; direção técnica – José Pereira Souza Filho, Adolfo C.C. Viana e José C. Massuh. Diretor de publicidade – Antônio Carlos Neder.

Flor do Bosque

Dorival (Nenê) Beduschi, em relato feito ao jornal “O Democrata”, contou como foi o surgimento do Flor do Bosque o clube de ping pong mais antigo do Brasil, em atividade.

Estávamos no início do ano de 1942, em plena Segunda Guerra Mundial. Cenário: Rua Silva Jardim, quase esquina da rua Moraes Barros, bem ao lado do Bosque Barão de Serra Negra, onde hoje ergue-se o Estádio Municipal de Futebol. Nesse local, existia uma alfaiataria da família Beduschi, que tinha a frente voltada para a Moraes Barros e o quintal, por sinal grande, ficava na outra rua e ficava defronte ao Bosque famoso.

Foi nesse lugar, que um grupo de jovens liderados pelos irmãos Dorival e Dirceu Beduschi, fundou o Clube de ping pong Flor do Bosque. O nome caiu como uma luva.

Foram anos de glórias, com as dificuldades iniciais, naturais. O clube tornou-se famoso em todo o Brasil, como o mais velho em atividade. Conquistou um sem número de títulos importantes, como o hexacampeonato da cidade e o bi-campeonato paulista nos anos de 1991 e 1992, quando o Clube comemorava o seu cinquentenário.

Nomes famosos passaram pelo Clube, como Tuffi Dumit, Áureo Arruda, Augusto Negri, Walfirido Morreto, Paulo Farah, Carlito Vianna, Matheus Túlio, Walter Polizel, Lolico Ducatti, Lourenço Ducatti, José Lescovar, José ABC, Antônio Carlos usberti, Wilson Sallum, Wahibo Selles, aquele que é outro ícone do Flor do Bosque, Antônio Carlos Neder.

Por ocasião do cinquentenário do Flor do Bosque o elenco contava com Paulo Moreto, os irmãos Nenê e Bebeto, Manuel Moraes, João Leonel, Antônio Petição Caselato, Gilberto Leitão, Lalo Neder, Leônidas de Almeida, Roberto Scapalcio. Paulo Afonso, Claudiney Beduschi, Basílio Ninjelsky e outros.

Representando Piracicaba a, como eleição da cidade, o Flor do Bosque conquistou títulos regionais e estaduais.

Cinco minutos de Silencio

Em Santa Bárbara d' Oeste, a equipe de ping pong de Piracicaba e a equipe barbarensense estavam prontas para iniciar o confronto

amistoso, que o direto do clube da casa tornou a palavra para prestar homenagem póstuma a outro diretor, falecido há poucos dias. E pediu que se observasse “cinco minutos de silêncio”.

Em meio à ansiedade e tensão pela partida prestes a iniciar, os jogadores das duas equipes sentiam aqueles cinco minutos como uma eternidade. Com dois minutos passados, o capitão da equipe piracicabana Antônio Carlos Neder não conseguiu se conter por mais tempo e dirigiu-se ao tal diretor, que mantinha nas mãos um relógio para cronometrar: “Por favor, não podemos reduzi um pouco desses cinco minutos?”.

Dorival (Nenê) Beduschi

Dorival Beduschi foi destaque durante várias décadas no ping pong de Piracicaba. Já próximo dos setenta anos, quando seria de se esperar pela aposentadoria da sua raquete, Nenê, como era mais conhecido, entrou galhardamente na fase do tênis de mesa com o mesmo destaque de sempre.

Quando ainda na fase do ping pong, foram memoráveis as disputas de pontos entre Nenê pelo Flor do Bosque, e Wahibo ou Marinho Tomaziello, do Estrela Dalva. É porque se tratava de três jogadores de defesa radical. Tais confrontos consumiam 10 a 20 minutos cada ponto. E as partidas, equilibradas, se estendiam por horas a fio.

Pedro Sallum

Pedro Sallum, comerciante na área centro do comércio piracicabano, à Rua Governador Pedro de Toledo, era um aficionado singular do então “esporte da bolinha branca”. Na época do ping pong, embora não fosse praticamente, acompanhava os principais jogos do campeonato da cidade e torcia pelas vitórias do lalo (Antônio Carlos Neder). Houve ocasiões em que os ânimos se radicaliza-

vam entre as torcidas. Ele, então, juntava torcedores de futebol do “Palmeirinha” da Cidade Alta, torcedores esses que não demonstravam a menor afinidade com o ping pong mas compareciam tangidos por Pedro Sallum em troca de lanche e cervejada.

Ele era presidente da Sociedade Recreativa Palmeiras e foi quem autorizou os dissidentes do ping pong do Flor do Bosque a utilizar uma sala do clube com o Tênis de Mesa. Com isso, inscreveu seu nome como um patrono e baluarte do mesa-tênismo piracicabano, pioneiro do Tênis de Mesa de Piracicaba.

Zuco: uma tragédia

Seu nome: Vladir Ducatti, Zuco, como era conhecido nos círculos mais próximos, filho do prof. Ivo Ducatti (2) participando de um treino de ping pong, ao lado de veteranos praticantes desse esporte sofreu um acidente que lhe custaria a vida.

Aconteceu numa noite do já longiuo 1989, no Clube de Campo de Piracicaba. Ao tentar uma “cortada”, esbarrou numa cadeira que deslizou com o seu peso e foi varar uma parede envidraçada no segundo pavimento e que dava fundo para um piso localizado na altura do pavimento térreo, cerca de cinco metros abaixo.

Embora fosse prontamente socorrido, Zuco não resistiu aos ferimentos e veio a falecer pouco depois.

O trágico acontecimento provocou grande consternação na cidade e mais profundamente entre os seus companheiros de esporte. Entre estes, de tal forma o abalo, que o grupo de veteranos jamais tornou coragem para voltar a treinar naquele local, tendo sempre diante dos olhos aquela tragédia que ceifou a vida do ainda jovem Vladir Ducatti.

(2) O prof. Ivo Ducatti, já falecido, fora um dos integrantes da poderosa equipe da A.A. Sucrerie, que foi tetra-campeão da cidade integrada por Ivo e seu irmão Domingos e os primos Tito, Lolico e Ferrinho.

Reverendo

O Reverendo Erasmo Prestes de Souza, religioso da Congregações Pentecostais, quando da época da segunda Liga Piracicaba de Tênis de Mesa a ser criada em Piracicaba constitui-se em um grande incentivador do Tênis de Mesa. Ele manteve em atividade uma poderosa equipe que levava o nome de sua Gráfica e Editora Shekinah e foi ainda um dedicado dirigente da Liga. O Reverendo, como era mais comum, então chamado, participava dos campeonatos como jogador, ao lado do filho Bobby, o Erasmo Prestes de Souza Filho.

Uma raquete revolucionária

Um fato conforma plenamente o entendimento de que Piracicaba tem dado através dos tempos mostras da sua vocação para a prática e o espírito de progresso no jogo da bolinha sobre a mesa. Foi no campeonato da cidade, meados da década de 50. Enquanto todos jogavam usando raquetes de madeira ou de madeiras revestida de borracha de pino, Piracicaba deu início ao uso de raquetes revestidas de espuma de borracha.

Quem primeiro compareceu ao jogo com essa novidade foi Henque Hanser, conhecido como Quique, defensor do Clube dos Bancários. Fez furor com tal raquete, porque a mesma não produzia sons e sim incríveis efeitos, jamais conseguidos com outros processos. Em vez daquilo que os ouvidos estavam acostumados ouvir (poloc – poloc) ouvia-se apenas o som do toque da bolinha na mesa. Na sequência, Lalo Neder, no Flor do Bosque realizava uma aprofundada pesquisa para obter a receita ideal da fabulosa raquete. E conseguiu, realmente. Com a diferença de que o Clube dos Bancários o Quique era o único a dominar a nova raquete, mas, no Flor do Bosque era praticamente todo o elenco a adotar a espuma de borracha, tomando ainda mais imbatível a famosa equipe de Ping Pong piracicaba. Mas, para chegar a esse resultado, Lalo Neder percorrerá fábricas de estofados e as fábricas do produto de es-

puma de borracha. Cansativas experiências foram então realizadas em sessões de treinamento para encontrar a espessura adequada e o tipo de espuma mais apropriado. A inovação propagou-se e perdurou até a fase do mesa-tênismo, quando a CBTM e a FPTM vetaram o uso da espuma de latex, até extinguir-se totalmente. Contudo as raquetes passaram a utilizar vários tipos de revestimentos. Inclusive um que é dos mais comuns até hoje, em que a borracha esponjosa constitui uma camada intermediária entre as madeiras e a camada externa de látex, de pino ou não. O que vale admitir que a revolução piracicabana no equipamento de Tênis de Mesa permanece até hoje, sem que muita gente se dê conta disso.

Creio que esse episódio tenha sido um dos mais importantes capítulos da história do Ping Pong e do Tênis de Mesa de Piracicaba.

João Beoso

Um nome que tornou quase lendário no Ping Pong de Piracicaba. Tudo porque João Beoso, integrante da equipe dos Bancários, encerrou o último ponto da partida com o Flor do Bosque, decisiva para o campeonato da cidade, de uma forma ousada e desmoralizante: simplesmente trocou a raquete de mãos. Ele, que era destro, passou a raquete para a mão esquerda e mandou uma violenta e indefensável cortada contra a mesa adversária.

Embora isso tenha acontecido na primeira metade do século passado, o lance permanece na memória dos antigo aficionados do Ping Pong até nossos dias.

Prof. Paulo César Bueno de Camargo

Paulo César Bueno de Camargo é o caçula de nove irmãos, cujo primogênito é o Fran (Francisco Eduardo Bueno de Camargo). Nasceu no dia 8 de março de 1972. É casado com Regiane Godoy, tendo o casal o filho Murilo César.

Entre outras conquistas contam-se títulos de campeão estadual adulto por Minas Gerais e Santa Catarina, respectivamente. Possui currículo muito rico na sua vida esportiva de praticamente de Tênis de Mesa, como atleta e como técnico. Preparado pelo irmão Fran, muito cedo integrou a Seleção Brasileira e campeonatos Sul-Americanos e Latino-Americanos, nas categorias Infantil e Juvenil, sagrando-se campeão em ambas as categorias. É Professor de Educação Física, formado na Universidade Metodista de Piracicaba.

Começou a carreira de técnico em Poços de Caldas, dando seqüência na Fran TT e Clube de Campo de Piracicaba. Posteriormente, na CNEC de Capivari, inicialmente como técnico e jogador de tênis de mesa, passou pouco tempo depois ao cargo de Coordenador de Esportes da Faculdade, tendo sob sua responsabilidade as modalidades de Tênis de Mesa, Ginástica Olímpica, Basquetebol, Voleibol e Futsal.

Francisco Eduardo Bueno de Camargo (Fran)

Naturalidade: Piracicaba;SP

Data Nascimento: 06/01/57

Tem oito irmãos: Carlos ABC, Marta Beatriz, Alexandre ABC, José Dante, gêmeos Arnaldo;Gilson ABC, Rita de Cássia, Paulo César ficou este técnico de Tênis de Mesa e Professor de Educação Física, possuindo títulos de campeão sul-americano nas categorias, mirim, infantil e juvenil), É casa com Doraci Rosolem Bueno de Camargo e o casal tem os filhos: Francine (Concluinte de Educação Física), Fabiane e Francisco Júnior.

Potência Internacional

Assim como não se poderia historiar o Tênis de Mesa sem começar pelo Ping Pong que o precedeu em Piracicaba, considero impossível

historiar o Tênis de Mesa nesta cidade sem dar o justo destaque ao técnico e empresário mesatenista Francisco Eduardo Bueno de Camargo.

Difícil acreditar – e certamente mais difícil entender – como esse piracicabano conseguiu inserir o nome da sua cidade natal no mapa mundi esportivo, na modalidade de Tênis de Mesa. O presente trabalho pode contribuir para que a incredulidade ou dificuldade sejam suprimidas, dando-se as exatas proporções do valor das conquistas do piracicabano Francisco Eduardo Bueno de Camargo, o conhecido Fran, que tiveram o condão de produzir o processo que hoje faz Piracicaba figurar, através da Fran TT (Fran Tabefe Tênis Training Center) como sede representante da Federação internacional de Tênis de Mesa (International Table Tennis Federaci3n) para toda a Am3rica Latina; Centro Nacional de treinamento do Projeto Ol3mpico brasileiro, entre outras distinç3es. O pr3prio Fran, pessoalmente, como t3cnico de Tênis de Mesa, 3 requisitado e credenciado pela Solidariedade Ol3mpica Internacional, para ministrar cursos, semin3rios e assessorias ao Tênis de Mesa dos pa3ses latino americanos.

Al3m disso, no setor empresarial, a Fran TT 3 concession3ria exclusiva de duas ind3strias alem3es de materiais esportivo especializado em t3nis de mesa, a Donic e a Tibhar.

Segundo o protocolo firmado com a ITTF para sediar a entidade na Am3rica Latina, a Fran TT recebe ininterruptamente grupos de atletas, t3cnicos e dirigentes de pa3ses latino americanos por curto e longo per3odo, inclusive, atletas que fazem est3gio participando de competiç3es regionais.

Patrim3nio

Sob a legenda “N3s acreditamos no Tênis de Mesa Brasileiro”, para dar suporte material ao desenvolvimento t3cnico a que se prop3s, a Fran TT decidiu construir um grande e moderno centro de treinamento de alto rendimento, em amplo terreno localizado nas Rua Joana d Arc, 865, no Jardim Monumento, aqui em Piracicaba.

Ousado cometimento que foi concretizado graças à associação de Francisco Eduardo Bueno de Camargo com o empresário esportista Josué Massanao Otsuka, que também já vinha de uma profícua atuação nos esportes, tendo o seu nome ligado principalmente à natação do E.C. Pinheiros, de São Paulo, e posteriormente ao Tênis de Mesa de Descalvado.

O centro de treinamento, exclusivo para Tênis de mesa e sem similar no Brasil e na América Latina, cujo patrimônio (em 2002) tem o valor estimado de R\$ 1.000.000,00, ocupa uma área de 1.800m², sendo 1.200 m² de área construída, com ginásio para Tênis de Mesa, robô lançador de bolas e iluminação de 1.250 lux, piso importado emborrachado especial que só é usado em Mundiais e Jogos Olímpicos; alojamentos com ar condicionado (sendo dois alojamentos com suítes e quatro coletivos – capacidade para 60 pessoas); vestiários, estacionamento privativo para 10 carros, sala de aulas com capacidade para 50 pessoas (possuindo projetor digital eletrônico, TV 29 polegadas, Retro-Projetor e Vídeo-Cassete); refeitório e lanchonete; loja e escritório administrativo.

Quando exercia as funções de coordenador técnico do Tênis de Mesa do Clube de Campo de Piracicaba, outros tentaram derrubá-lo com a esperança de ocupar o seu lugar ou de livrarem de vez com a incômoda situação de ver o seu sucesso. Fran saiu e passou a viver de assessorias e das suas clínicas que atraíam mesa-tenistas de praticamente todos os Estados da Federação. Montou uma equipe na Associação Desportiva UNIMEP e continuou a colecionar títulos e mais títulos.

Pouco tempo depois, conseguiu instalar um centro de treinamento em parceria com a Prefeitura do Município na primeira gestão de Machado, secretário José Carlos Hebling. Quando houve a mudança de governo na administração municipal, o centro de treinamento foi despejado pela Prefeitura a toque de caixa, sob a alegação de que o proprietário venderia o imóvel. Significativo é o fato de que mesmo depois do despejo, a Prefeitura ficou pagando o aluguel por quase um ano até o vencimento do contrato.

Fran dedicou-se então a atividade patrocinada pelo órgão do Comitê Olímpico Internacional sob o título de Solidariedade Olímpica.

pica, através da qual ministra clínicas e cursos em vários estados brasileiros e em diversos países das Américas do Sul e Central.

Concomitantemente, Francisco Eduardo Bueno de Camargo passou a estrutura seu grande sonho de construir um ginásio exclusivo para o tênis de mesa. Trouxe como sócio, no empreendimento, o amigo e esportista, Josué Otsuka, que completou 50% do capital necessário. Agora, como resultado de se defender dos percalços opostos por terceiros através da retirada dos locais para desenvolver as suas atividades mesa-tênicas Fran criou o seu espaço próprio, que hoje é elogiado como o mais avançado projeto e sem similar no Brasil e na América Latina.

Reconhecido por seu brilhante trabalho na área técnica e no desenvolvimento o Tênis de Mesa brasileiro (ele ajudou a formar mais de 1000 treinadores, sendo que aproximadamente 400 estão trabalhando como profissionais no Tênis de Mesa), Fran continuou seu trabalho de expandir os horizontes do Tênis de Mesa criando uma franquia da sua empresa a Fran TT. A Fran TT chega hoje (2002) em vários países da América Latina: México, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, República Dominicana, Porto Rico, Peru e Panamá, além estar conquistando paulatinamente representações em inúmeros Estados brasileiros.

Convênios com a Fran TT

O Centro de Treinamento da Fran TT tem algumas ligações importantes dentro do Tênis de Mesa brasileiro e Internacional:

- A Fran TT é a sede Continental para a América Latina da Federação Internacional de Tênis de Mesa para promover, Cursos, Treinamentos e Estágios Técnicos com os mesatenistas latinos. Todo ano a Fran training recebe dirigentes, técnicos e jogadores de todas as partes da América Latina que buscam Piracicaba para aperfeiçoamento técnico.

- A Fran TT é a sede do Projeto Olímpico Brasileiro. Parceria realizada em 2002 envolvendo Comitê Olímpico Brasileiro,

Confederação Brasileira de tênis de Mesa, Prefeitura Municipal de Piracicaba e Universidade Metodista de Piracicaba garantiu a Fran TT e a Piracicaba a sede do mais importante projeto do Tênis de Mesa brasileiro: o seu Projeto Olímpico.

Principais Títulos

Francisco Eduardo Bueno de Camargo possui vasta experiência internacional. A sua atividade como técnico da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa ou por iniciativa pessoal sempre na área do TM, levou-o a conhecer mais de sessenta países de todos os continentes. um dos técnicos da seleção brasileira nos mundais: 1987 – Índia; 1985 - Alemanha; 1987 – Japão; 1993 - Suécia; 1995 - China; 1997 – Inglaterra; 1998 – Holanda; 20002 – Malásia. Na Olimpíada de Atlanta em 1996 e na Olimpíada de Sydney em 2000, nos /Estados Unidos e Austrália respectivamente. Jogos Pan-Americanos: 1991 - Cuba; 1995 – Argentina; 1999 - Canadá. Como técnico e como coordenador das seleções brasileiras conquistou os seguintes títulos de campeão para o Brasil (na verdade, todos os títulos possíveis): Mirim, Infantil, Juvenil e Adulto, Individual e Dupla, Masculinos e Femininos (títulos Paulistas, Brasileiros, Sul Americanos e Latino Americanos). Em 1987;88, foi campeão Sul Americano de

Clubes, de torneios disputados no Brasil e no Peru (respectivamente).

Perfil de campeão

Fran sempre demonstrou forte vocação para o esporte em geral. Nos jogos infantis, em 1968, competiu em várias modalidades atléticas, vencendo os 50 e 100 metros rasos, revezamento 4 x 50 metros e 4 x 100 metros, salto em extensão, além de basquetebol e voleibol. Fran jogou e foi capitão da equipe Dente de Leite de Fu-

tebol do E.C. XV de Novembro e da equipe do oratório Domingos Sávio. L. de 1972 a 1976 jogo novamente pelo infanto-juvenil do XV de Novembro. Em 1975 / 76 foi campeão do interior no Basquetebol e vice-campeão estadual. Foi também em 1978 que levou o então mirim Washington Spolidori à conquista do título latino americano, no México.

A Maior série invicta

Foi em 1979 que Fran conquistou para Piracicaba, com a equipe de Tênis de Mesa o título que seria o início da maior série invicta nos Jogos Regionais, série que seria interrompida somente no ano de 2002, nos Jogos realizados em Pirassununga.

O sucesso de Fran no Tênis de Mesa não caiu do céu. Foi o fruto de uma luta honrosa e heróica em que Fran contrariou inimigos gratuitos e superou a todos os obstáculos que se lhe opuseram na tentativa de truncar o seu progresso no esporte e que se dedicou de corpo e alma.

Curioso notar que a cada vez que houve tentativa de prejudicá-lo, Fran superou galhardamente as perdas geradas quase sempre pela inveja e interesses contrariados.

- A Fran TT também é a responsável pela organização e proporções de todos os eventos da Liga Paulista de Tênis de Mesa. A Liga Paulista de /tênis de Mesa conta atualmente com mais de 5000 mesatenistas afiliados.

- A Fran TT virou Franquia de sucesso é o conhecimento da Fran TT extrapolaram tanto que virou uma marca e uma franquia internacional. Os métodos de treinamento, os métodos de implantação do Tênis de Mesa, a forma que a Fran TT desenvolve suas atividades transformaram em uma marca que hoje está presente em vários Estados e cidades brasileiras, além de estar presente em países como: Porto Rico, Honduras, Costa Rica, México República Dominicana e Colômbia.

Josué Massanao Otsuka

Começou as suas atividades esportivas em 1956, em São Paulo, com a prática de Natação. Foi em 1958, já no Clube Piratinin-ga, que se iniciou na prática do Tênis de Mesa. Em 1965 foi técnico de Natação no Colégio Rio Branco, conquistando o campeonato da cidade de São Paulo. No ano de 1965, cursando a faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP.SP, ministrou treinamentos nas modalidades de Voleibol, Basquetebol, Futsal, Xadrez e Tênis de Mesa. Contratado em 1974 pelo Jundu, de Descalvado, como químico para manter todo o setor de controle de qualidade de controle de produção, laboratórios Físico e Químico. Um ano depois assumiu o cargo e funções de Diretor Esportivo do Jundu. Em 1976 preocupava-se como o aprimoramento técnico de Tênis de mesa, quando procurou o Fran, então técnico do Clube de Campo de Piracicaba. Implantou o Tênis de Mesa. Em 1989, com Descalvado, participou da 1ª Clínica Fran, a partir daí, participando de todas as Clínicas anualmente realizadas por Fran, em Piracicaba.

Para aprimorar a sua técnica, foi com o Fran até a Europa, em 1992, onde se joga o tênis de mesa de uma maneira ocidental, já que todos os seus alunos de Descalvado eram brasileiros. Esse aprimoramento foi do estilo clássico.

A partir de 1994 já ficava em Piracicaba pelo menos dois dias por semana, principalmente, pelo fato de ter sido montada a firma Fran TT .Training Artigos Esportivos Ltda.

Estabeleceu-se em Piracicaba a partir de 1997, trabalhando para a construção do atual Centro de Treinamento Latino Americano, contando com o ginásio para 10 meses importadas, piso especial importado, iluminação ideal para Tênis de mesa local para a administração e vendas de material de tênis de mesa através de representação exclusivas das marcas DONIC e TIBHAR, local para refeitório, vestiários e sanitários, sala de reuniões e palestras para 50 pessoas, alojamentos, lavanderia, pátio de estacionamento.

A Fran TT, sempre teve como objetivo o aprimoramento técnico do tênis de mesa, ou seja, preparar técnicos e atletas para

competir de igual para igual internacionalmente. Objetivo este que estamos atingindo com nosso técnico Males Martins (coordenador técnico das seções adultas e menores), Cerce Mi mura (técnico da seleção feminina), Thiago Monteiro (atleta principal brasileiro atuando no exterior e representante nos Jogos Pan-americanos), a mariana Nonaka (atleta apesar de seus 16 anos vai representar o Brasil no Pan), assim como o brabo anjos.

Além das atividades de ponta, como o Projeto Olímpico, onde participam atletas selecionados do Brasil todo para morarem e treinarem em Piracicaba abriga os esportes de base, onde possui escolinha de tênis de mesa e saindo para toda Piracicaba divulgar o esporte, seja nos bairros e centros comunitários, seja nas escolas e clubes.

Josué Massano Otsuka é Diretor técnico da federação Paulista de Tênis de Mesa e presidente da Liga Paulista de Tênis de Mesa, com sede em Piracicaba.

História do Tênis de Mesa Brasileiro: Ontem, Hoje e Amanhã

(Versão da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa)

Ontem

No Brasil, os iniciantes da prática do esporte eram turistas ingleses que mais ou menos em 1905, começaram a implantá-lo no país.

Pode-se fixar o ano de 1912 como início das atividades organizadas do tênis de Mesa no país, pois até então este era praticado somente em casas particulares em clubes. Naquele ano foi disputado o primeiro campeonato por equipe na cidade de São Paulo, sagrando-se vencedor o Vitória Ideal Clube.

até 1942 o esporte seguiu com altos e baixos no país, quando atletas cariocas representados por de Vicente, Neves.Ferreira, e paulistas representados por Bologna, Nunes.Silva, aprovaram a tradução

das regras e assinaram convênios que levaram à oficialização do Tênis de Mesa. (Confederação Brasileira de Desporto).

Em 1947, graça ao esforço de Vicenzi, o Brasil participou do 3º Campeonato Sul-Americano e, a partir de então, a participação do Tênis de Mesa brasileiro nos Mundiais vem intensificando o intercâmbio Internacional, tão indispensável para o nosso progresso.

Hoje

Atualmente, através da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa, este esporte está organizado em todos os estados do Brasil, que congregam mais de 20.000 atletas.

O Tênis de Mesa brasileiro é detentor de uma longa hegemonia na América do Sul e na América Latina, sendo o único esporte que possui o incrível registro de quatro vitórias consecutivas – tetracampeão – em competições por equipe nos Jogos Pan-Americanos.

O atleta de maior destaque do Brasil no momento é Hugo Hoyama, que possui 10 medalhas, sendo 7 de ouro na história dos Jogos Pan-Americanos. Teve uma fantástica atuação nos Jogos Olímpicos de Atlanta, quando eliminou o campeão mundial Jorgen Persson (Suécia) e ficou entre os 16 melhores.

Outro atleta com uma espetacular performance foi Cláudio Kanó. Recordista de todos os esportes em número de medalhas conquistadas em jogos Pan-Americanos (12 ao todo, sendo 7 de ouro, Cláudio faleceu em um trágico acidente de motocicleta em 1996, sendo que até hoje o esporte se ressente de sua categoria e carisma.

A atual e dinâmica administração da Confederação Brasileira de tênis de Mesa iniciou seus trabalhos em 20 de janeiro de 1986, então sob a presidência de Dr. Alaor Gaspar Pinto Azevedo. Posteriormente assumiu Ivan Passos Vinhas que manteve todas as linhas administrativas enquanto esteve na Presidência por 4 anos. Em 1996 Dr. Alaor voltou a dirigir a entidade, tendo sido reeleito por aclamação em 2000.

A CBTM já organizou mais de 400 eventos nacionais e internacionais, com destaque para o Mundialito (Brazilian Open Championships), em sua décima terceira edição, além de mais de 300 cursos nas áreas de arbitragem, administração e técnicas de jogo.

Com o primordial apoio financeiro proveniente dos Bingos e do Ministério do Esporte e Turismo, a Confederação Brasileira de Tênis de Mesa tem tido a oportunidade de realizar concentrações mensais e estágios internacionais das Seleções Brasileiras das diversas categorias, oferecendo aos nossos atletas uma preparação e um treinamento de alto nível.

Amanhã

Nossa meta principal é a conquista de grandes resultados nos Jogos Pan-americanos de 2003 e 2007 e nos Jogos Olímpicos de 2004 e 2008. Para tanto, estamos ampliando o número de cursos e competições em todo o território brasileiro, e introduzindo os mesmos sistemas de disputas usados em todo o mundo. Tudo isso acompanhado de uma importante e pioneira pesquisa na área de informação de eventos, além de uma profícua aproximação com a rede CENESP do Ministério do Esporte e Turismo. Convênios estão sendo estabelecidos com a Universidade estadual de Pernambuco, com o CEMAFE-SP, com a Faculdade de Educação Física de Tupã e com a ULBRA-Palmas, tudo isto para aliar a parte científica à técnica como único caminho para o pleno desenvolvimento do potencial de nossos inúmeros talentos.

Temos ainda a preocupação de unir o esporte ao turismo, oferecendo aos atletas e seus familiares a oportunidade de conhecer as belas cidades do nosso país cuidando, para tanto, de conseguir facilidades para todos em termos de hotéis, alimentação e passagens, não esquecendo de massificar a divulgação dos eventos junto à mídia.

Outro importante objetivo será a instalação de mesas de concreto em praças públicas que propiciarão a organização de maratonas populares, divulgando e massificando o Tênis de Mesa por todo o Brasil.

Também está em nossos planos a introdução do nosso esporte nas escolas de primeiro e segundo graus, assim como a expansão do nosso esporte nos currículos das Escolas de Educação Física das grandes universidades, situação que já ocorre na UNIMEP, em Piracicaba, São Paulo, e na UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais.

A Confederação Brasileira de tênis de Mesa possui, também, filмотeca e biblioteca especializada e encontra-se em plena campanha para atingir a casa dos cinquenta mil filiados ao mesmo tempo em que se esforça para colocar o Tênis de Mesa nas empresas.

Bibliografia de João Ferraz de Toledo (João Mó)

João Zardetto de Toledo*

Ao iniciar a história da vida do citricultor piracicabano João Ferraz de Toledo, mais conhecido como “João Mó”, é necessário esclarecer que esta denominação é uma corruptela da expressão “Mor”, pelo fato de dois ancestrais familiares terem exercido o cargo de “Capitão Mor”, (Magistrado Supremo em Primeira Instância) na Vila da Constituição antiga denominação de Piracicaba.

Também se deve realçar que a vocação agrícola da Família foi iniciada pelo Capitão Mor da Guarda Nacional João José da Silva, casado com Ana Maria de Toledo e seu filho Manoel de Toledo e Silva, também Capitão Mor. Ambos foram Presidentes em seguida um ao outro, da primeira e segunda Câmara Municipal da Vila Nova da Constituição antiga denominação de Piracicaba por volta de 1823-1840.

Pai e filho possuíam propriedade agrícola no Bairro Serra Negra onde cultivavam café, cana, chá, tinham engenho para produção de açúcar e aguardente, eram denominados engenheiros. Na propriedade trabalhavam dezenas de escravos que foram libertados antes de 13 maio de 1888, como fizeram as famílias de Luiz de Queiroz e Prudente de Moraes.

* Engenheiro Agrônomo (aposentado).

As informações aqui relatadas foram pesquisadas por historiadores piracicabanos e constam nas publicações do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba.

Francisco Antônio de Toledo Silva (Nhonhô Mó) casado com Gertrudes Ferraz de Toledo, pais de João Ferraz de Toledo, João Mó, eram proprietários da Fazenda Aparecida situada próxima ao lugarejo "Bate Pau", Distrito Limeira. Hoje este antigo bairro constitui o Município de Iracemópolis.

A fazenda que anteriormente chamava-se Boa Esperança, tinha área de 114 alqueires, terra boa com matas, lavoura nova de café e cana destinada à fabricação de aguardente, com engenho próprio.

Devido a uma forte geada ocorrida em setembro de 1918, as lavouras de café e cana foram inteiramente sacrificadas, o mesmo acontecendo em extensas zonas do Estado de São Paulo. Após a geada o café foi decepado para provocar nova brotação.

O fazendeiro já idoso preocupado com a educação dos filhos resolveu vender a fazenda e mudar para Piracicaba.

A família Ometto que possuía uma pequena propriedade no bairro da Água Santa comprou a Fazenda Aparecida. Os Ometto constituíam uma família numerosa e trabalhadora. Foram bem sucedidos e compraram no decorrer dos anos, mais terras. Ampliaram a lavoura de cana e construíram no local a Usina Iracema, a primeira grande indústria da família.

João Ferraz de Toledo, João Mo, nasceu em 16 de março de 1889 na fazenda do avô no bairro de Serra Negra em Piracicaba. Estudou no Colégio São Luiz em Itu, frequentou a ESLAQ (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz), onde foi matriculado em 1910, mas não completou o curso.

Era casado com Rachel Zardetto de Toledo, italiana de Treviso, que chegou ao Brasil com oito meses. O casal teve doze filhos. Ele faleceu em 11 de fevereiro de 1948.

Após a venda da Fazenda Aparecida, João Mo adquiriu com seu irmão Otávio, a Fazenda Bom Jesus em Charqueada onde iniciou a lavoura de café.

Em 1924 constituiu a firma Toledo Savelli que se dedicava à compra, benefício e exportação do produto. Esta empresa foi extinta em consequência de quebra da Bolsa de New York que atingiu a economia mundial.

Em 1926 iniciou a formação da Fazenda Modelo "Citricultura Nova Califórnia" com área de 54 alqueires no Bairro do Guamium, estrada antiga de Limeira e atual Rio Claro.

Iniciou o plantio de laranjas com banana intercalada, até a formação da lavoura de citrus e sua produção inicial.

A formação de pomar de laranjas era com mudas enxertadas com borbulhas de matrizes da variedade "*Washington Navel*" que Dr. Navarro de Andrade trouxe da Califórnia para ESALQ. Formou pomares de laranja cravo, *Washington Navel*, Grapfruit diversas, limão galego, siciliano, limão doce, laranjas Perola, Selecta, Hamilin, Pirali-ma, etc. A Sabará, laranja sanguínea era muito procurada. Nos anos de 1938 e 1939, já possuía pomar com limão Thaiti.

Foi um dos pioneiros nas instalações de viveiros para produção de mudas cítricas, e fornecedor das borbulhas da Baianinha-Piracicaba, conhecimentos adquiridos através da ESALQ e do setor de citricultura do Instituto Agrônomo de Campinas. Tinha relacionamento constante com Dr. Santos Neto, Dr. Silvio Moreira, Dr. Flávio Beltrame, Dr. Otávio Galli e outros agrônomos deste setor. Dr. Navarro de Andrade, Sra. Therezinha de Barros, ex-prefeita de Limeira e Edmundo Hufenbacker mantinham matrizes de Baianinha em seus pomares, porém a propriedade com maior número de matrizes era a "*Nova Califórnia*".

Na ocasião da colheita estavam presentes três a quatro técnicos de Agronomia que faziam à classificação das frutas através de equipamento apropriado. Após estes levantamentos as árvores matrizes eram identificadas para a retirada de borbulhas. O tipo ideal para exposições, era uma fruta redondinha, casca lisa, sem umbigo, embaladas em caixas de exportação com 220 unidades. Essa melhor fruta era para exportação e ficou conhecida como "Baianinha-Piracicaba". Em abril eram exportadas para Londres quando chegava sozinha no mercado, sem concorrência de outros produtores internacionais.

Os exportadores Edmund Van Parys, M. Pires Lopes (compradores João e Francisco Senra) e outros compravam os pomares algumas vezes na florada e outras por caixa, na colheita que era por conta deles.

Apesar do custo do frete Piracicaba-Limeira, o preço da Baianinha era sempre consideravelmente melhor. Ela não dava refugos significativos.

Nos paking-houses a fruta era colorida em estufas, pois era colhida com uma cor verde, tornava-se amarela e alaranjada. Era lavada, secada, escovada, os refugos eliminados. As classificadas eram embrulhadas em papel de seda.

O transporte ferroviário para o Porto de Santos seguia em vagão acoplado aos trens de passageiros para não haver demora entre a colheita, preparo, embalagem e entrada da fruta no frigorífico do navio.

Além de citricultor, João Mó era apaixonado por fruticultura em geral. Em seus pomares existiam jabuticabas, pereiras, macieiras, "Ohio Beauty", maçãzinha doce e amarela, Anonáceas diversas, uva, caquis diversos, cajá manga, carambola, banana, mamão, manga, itamaracá, imperial, etc.. Possuía um apiário com colméias e melgueiras tipo americano.

Quando veio a crise devido à guerra, em agosto de 1939, a propriedade possuía um pomar de abacate com 6000 plantas com 2 anos de idade, das variedades Wagner, Linda, Collison, Fuerte, Glória, etc. Produzia e vendia mudas deste espécie. Neste setor especializado havia um intercâmbio com o Sr. João Jacob da Fazenda Citra (Dierberger) de Limeira.

Juntamente com o dr. Jayme Rocha de Almeida, professor de tecnologia agrícola da "ESALQ" e posteriormente diretor instalou uma indústria de vinho de laranja "Baccho".

Acompanhou a iniciativa do sr. Luciano Guidotti, ex-prefeito de Piracicaba, que teve bastante êxito na extração do óleo de laranja muito valorizado durante a guerra.

Com a paralisação das exportações o interventor Federal de São Paulo, Agrônomo Dr. Fernando Costa, programou a saída da laranja a

granel na cidade de São Paulo com caminhões a gazogênio da Secretaria de Agricultura, distribuindo as frutas nos bairros. A laranja a granel vinha do interior e também era enviada a Curitiba em vagões de estrada de ferro destinados ao transporte de gado, forrados com capim seco.

Em 1935 formou eucalipto para a Sucrèrie, propriedade do Engenho Central, em terras na frente de sua propriedade e às margens da estrada que liga Piracicaba a Rio Claro em troca do aproveitamento da área para plantio de algodão.

Foi pioneiro em aplicação da tecnologia na agricultura. Era grande entusiasta da adubação química e orgânica. Plantava leguminosas, mucuna e feijão de porco nos pomares. Comprava palha de café para cobertura nos pomares. Recolhia lixo da cidade acumulado há vários anos. Tinha esterqueira nos currais do gado e da tropa. Comprava salitre do Chile, da firma Arthur Viana, cloreto de potássio e outros produtos de Fernando Hackradt e Teodoro Wille e outros.

Utilizava produtos da Bayer aplicados com pulverizadores motorizados com capacidade de 2000 litros, tracionados por três animais. Estes equipamentos dispunham de duas mangueiras compridas com varas e bicos aspersores nas extremidades proporcionando aplicações de diversas ruas por passada.

Preocupava-se com a conservação do solo. Mantinha caixa cavadas no solo para retenção do excesso de água das chuvas, desviadas das estradas por curva de nível.

Além da produção de frutas, a atividade principal da propriedade era produção e venda de mudas enxertadas para a formação de outros pomares e também de borbulhas para a enxertia.

Inicialmente as mudas eram fornecidas em torrão, acondicionadas em jacazinhos de bambu. Posteriormente, para diminuir os custos, os torrões eram embalados em taboa e embarcados em vagões ferroviários destinados ao transporte de gado, que proporcionavam ventilação e proteção ao sol.

Foram também enviadas remessas por via marítima para o estado da Bahia, com mudas em raiz nua embaladas e caixas de madeiras protegidas com bagaço de cana bem curtido.

Ricardo Lunardelli em Catanduva, Mário Dedini em Piracicaba, Dr. Theodoro e Dr. Geraldo Quartim Barbosa em Itapira, formam alguns dos principais compradores destas mudas.

A venda de borbulhas era muito intensa para todas as regiões do país. Um técnico da prefeitura de Bebedouro, sr. Medeiros, em 1938 e 39, vinha constantemente buscar borbulhas para desenvolvimento da citricultura naquela região.

A Revista Citrícola naquela época sempre publicava reportagens sobre atividades da "Nova Califórnia", como produtora e negociante em vendas de mudas e borbulhas para enxertia.

A última safra de frutas exportada foi no 1º semestre de 1939. A guerra começou em agosto daquele ano e os alemães começaram a torpedear os navios que efetuavam aquele transporte.

Nesta ocasião a "Nova Califórnia" tinha em seus viveiros cerca de 450.000 mudas enxertadas, para formação de novos pomares. Praticamente não havia mercado interno para comércio das frutas, tornando inviável a exploração da propriedade. A única saída seria a sua venda, a aquisição do imóvel pela iniciativa privada era inviável na ocasião.

Nestas circunstâncias talvez fosse mais provável a continuação da produção de mudas frutíferas em geral, por um Órgão Público, aproveitando as instalações e organização existentes.

A propriedade foi inicialmente oferecida ao Ministério Agricultura, conforme ofício a seguir apresentado.

Ofício dirigido ao Ministério da Agricultura por motivo da crise originada pela segunda Guerra Mundial que iniciou em agosto de 1939.

"João Ferraz de Toledo., brasileiro, proprietário da fazenda citrícola "Nova Califórnia", localizada em Piracicaba, vem, muito respeitosamente, solicitar a atenção de V. Excia. para as razões que passa a expor:

1. *Dedicando-se há muitos, à fruticultura, notadamente no ramo da citricultura, conseguiu organizar a propriedade nos moldes técnicos mais recomendáveis, dando-lhe feição quase exclusiva de*

estação modelo, onde pudesse, acompanhar os trabalhos desenvolvidos todos quantos se interessassem pelas modernas práticas citricolas.

2. *Assim trabalhando, grande número de árvores, quase milhar, a fim de servirem de matrizes fornecedoras de borbulhas para enxertia, matizes essas, como verificaram os técnicos oficiais, que satisfaziam todos os requisitos exigidos para essa finalidade.*

3. *O seu esforço pertinaç, a observação atenta e cuidadosa na seleção continuada durante 16 anos da variedade Washington Navel, deu como resultado um tipo novo, pequeno, isento de umbigo, forma esférica apresentando todas as qualidades intrínsecas que tanto recomendam à variedade inicial a que denominou "Baianinha Piracicaba".*

4. *A fixidez dos caracteres do tipo então conseguido foi constatada durante quatro colheitas consecutivas, pelos técnicos do Instituto Agrônomo de Campinas que verificaram ainda que a sua produção atingiu 86% nos padrões exportáveis, porcentagem nunca atingida nem mesmo pela variedade "Pêra".*

5. *Não é demais lembrar que os outros tipos de laranja Baiana não conseguiram ultrapassar a média de 25% de exportação nas melhores das hipóteses.*

6. *A média de produção de laranjas por árvore de B. Piracicaba com cinco anos de idade foi em 1939 de 681 frutos. Cito esta data por ter sido a sua produção controlada pelo Instituto Agrônomo.*

7. *Graças às qualidades acima referidas, teve a grata oficialização de ser oficializada como tipo de exportação, com a mesma denominação, a sua Baianinha Piracicaba.*

8. *Quanto aos resultados financeiros eles foram os mais lisonjeiros, pois em 1939, a sua produção de 6000 árvores, calculada em 20.000 caixas, foi adquirida pelo competente técnico citrícola Dr. Carlos C. Wright pela importância de 140 contos, rendendo ainda a venda de mudas mais 80 contos de reis.*

9. *Entretanto, todo o seu esforço, a sua dedicação, o seu trabalho constante ameaçam redundar em pura perda, no sacrifício quase total de toda a sua iniciativa. De um lado a guerra fechando*

os mercados importadores, e do outro, os estabelecimentos de crédito, inclusive o Banco do Brasil, trazendo trancadas as sua carteiras para o custeio das culturas, sob a alegação de, na atual emergência, não ser exportável a laranja e não ter preços compensadores.

10. *Ora, uma situação assim afirmativa, esgotados todos os seus recursos, outra providencia não lhe restava senão recorrer ao esclarecido critério de V.Excia. certo de que sua vontade em auxiliar aqueles que verdadeiramente se dedicam aos trabalhos oficiais, saberá resolver a situação não permitindo que tombe ingloriamente quem, com tanta coragem e esforço quase sobre humano vem contribuindo para o desenvolvimento da citricultura no país.*

11. *Lembraria, por exemplo, a interferência de V.Excia. junto às repartições competentes para o fornecimento de um crédito indispensável ao custeio; a aquisição da Nova Califórnia pelo Ministério da Agricultura transformando-a em uma estação experimental; ou ainda, dada à indisponibilidade material das sugestões referidas, converte-la em campo de cooperação nos moldes adotados pelo Ministério da Agricultura.*

12. *Confiando no alto espírito de V.Excia. que vem dando a agricultura brasileira um surto de remarcado progresso, aguarda tranqüilo as vossa providências com a urgência requerida pela premência da situação e aproveita a oportunidade que se lhe oferece para apresentar a V.Excia.*

Respeitosas Saudações

Por motivos desconhecidos a aquisição do Ministério da Agricultura não se realizou, mas em seguida houve interesse da Secretaria da Agricultura de São Paulo e da ESALQ, para instalação pelo Instituto Agrônômico de Campinas, de uma Estação Experimental para produção de mudas selecionadas de cana-de-açúcar. A fazenda foi desapropriada em 1946.

Filhos de João Ferraz de Toledo (João Mó)

Engenheiros Agrônomos formados pela ESALQ.:

Edison Zardetto de Toledo – Turma de 1937

Iniciou sua carreira no Instituto Agronômico de Campinas na Seção de Fruticultura, Agrônomo Regional de Amparo, Agrônomo Regional de Jundiaí. Instalou a fruticultura “Nova Florida” da família, desenvolvendo a cultura de pêssegos, nectarinas, maçãs, caquis, uvas finas de mesa, nogueiras de Pecan, Macadamia, etc.. Foi diretor do Ceasa em São Paulo, responsável pelo planejamento da comercialização de frutas.

Odette Zardetto de Toledo – Turma de 1944

Iniciou como assistente da cadeira de Botânica na ESALQ. Ingressou no Instituto Agronômico de Campinas no setor de Viticultura, realizou cursos de Enologia em países europeus, USA e Chile. Participou da fundação do ITAL.

João Zardetto de Toledo – Turma de 1946

Iniciou carreira como Professor e diretor de Escolas Práticas de Agricultura em Jundiaí, Ribeirão Preto e Bauru, Gerente e Diretor da EMA no setor de mecanização agrícola. Sócio Diretor de empresas de Adubos e Inseticidas. Formação de Agropecuárias no Maranhão e Goiás. Assessor da Presidência da Fazenda Bodoquena no Pantanal de Mato Grosso.

Olga Zardetto de Toledo – Turma de 1953

Diretora do Colégio Técnico Agrícola Estadual em Franca. Coordenadora de Paisagismo, Horta Comunitária, produção de mudas no Horto Florestal e atividades de âmbito Municipal.

O Capitão Povoador Antônio Corrêa Barbosa

*Marcelo Meira Amaral Bogaciovas**

Resumo: Biografia de Antônio Corrêa Barbosa, capitão povoador de Piracicaba, obtida através de documentos eclesiásticos e civis. Sua vida esteve ligada à fundação, à mudança do rocio da vila e aos melhoramentos de Piracicaba.

Palavras-chaves: Piracicaba. História. Antônio Corrêa Barbosa.

Antônio Corrêa Barbosa, consoante os recenseamentos de Piracicaba, depositados no Arquivo do Estado de São Paulo, nasceu cerca de 1730. Desconhece-se, até o momento, sua naturalidade e filiação, bem como a data e o local de sua morte. Sabe-se que faleceu em meados de 1791. Casou-se, cerca de 1765, provavelmente na região de Itu ou de Porto Feliz, com Ana de Lara da Silva, nascida cerca de 1743, filha de Antônio de Aguiar da Silva e de Branca Luiza

* Historiador, mestre em História Social pela Universidade de São Paulo, membro de diversas entidades culturais do Brasil e de Portugal. Autor de Artigos de história e de genealogia, é diretor presidente da ASBRAP – Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e Piracicaba.

Flores, moradores em Itu¹. Do matrimônio nasceram, ao menos, quatro filhos, nomeados no inventário de Maria Gonçalves Martins Bonilha, mãe de Branca Luiza Flores: João Damasceno de Almeida, natural de Porto Feliz, Alexandre Barbosa de Almeida, Antônio Corrêa Barbosa, natural de Piracicaba, e Cecília Barbosa².

Durante o governo do Morgado de Mateus é que se deu a fundação de Piracicaba e surgiu a grande figura de Corrêa Barbosa. O morgado, D. Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão (1722-1798) governou a capitania de São Paulo, recém restaurada, tendo recebido carta patente em 5 de janeiro de 1765. Tomou posse, efetivamente, na cidade de São Paulo, em 7 de abril de 1766, dia de Nossa Senhora dos Prazeres (comemorado na 2ª segunda-feira após a Páscoa), conquanto já estivesse governando a capitania, a partir da vila de Santos desde 1º de julho de 1765. Em 2 de janeiro de 1775 foi passada carta patente ao seu sucessor Martim Lopes Lobo de Saldanha, a quem transmitiu o governo em 14 de junho de 1775. Foram quase dez anos de governo.

É interessante reproduzir o discurso de posse do Morgado de Mateus, verdadeiro projeto de sua administração, proferido em 7 de abril de 1766, na Câmara da Cidade de São Paulo³:

“Senhores

(...) ‘Entre os urgentes negócios que revolve a circunferência da Coroa Portuguesa fez peso na Régia consideração a decadência a que se acha reduzida esta capitania de S. Paulo porque sendo ela mãe de todas as que hoje florescem com maior grandeza como são Minas Gerais, Goiazes, Cuiabá e muitas outras que descobriram os naturais desta capitania, e tendo-as enriquecido e dotado como filhas com as imensas riquezas de seus opulentos tesouros se vê hoje reduzida a tal extremo que necessita de mendigar delas os cabedais necessários para a sua conservação, e sustento.

“Movido desta consideração foi Sua Magestade servido de me mandar com o governo desta capitania, encarregando-me de procurar por todos os modos mais eficazes de acrescentar as suas povoações, estender os confins dos seus domínios, fertilizar os campos com a agricultura, estabelecer nas terras diferentes fábricas,

idear novos comércios, preencher incógnitos sertões, descobrir o ouro das suas minas, e finalmente fortificar as suas praças, armar o seu exército, fazer observar as leis, e respeitar as Justiças."

Deve-se realçar a boa relação entre o Morgado de Mateus e o Capitão Povoador de Piracicaba. Pelo Diário de Governo do Morgado de Mateus, depreende-se que Corrêa Barbosa passava vários dias em São Paulo para receber instruções do governador⁴. Este chamava o capitão povoador Corrêa Barbosa de "Piracicaba", tal a sua identidade com a povoação que fundara.

Antônio Corrêa Barbosa foi a mão-de-ferro do Morgado de Mateus em Piracicaba, embora, no papel, aquele se reportasse ao capitão mor da vila de Itu, e este ao governador. Curiosamente, a responsabilidade pela não subordinação de Corrêa Barbosa aos capitães mores de Itu coube ao próprio Morgado de Mateus. Este dava ordens diretamente a ele, e exigia respostas prontas e diretas, também.

Corrêa Barbosa recebeu a incumbência de fundar Piracicaba e o fez. Fundou, seguindo ordens de Mateus, em 1º de agosto de 1767. Houvera sido nomeado pouco antes, em 24 de julho do mesmo ano, para o cargo de diretor e de povoador de Piracicaba, com ordem expressa de acalmar os ânimos dos seus primeiros moradores, entre os quais havia índios, vadios, dispersos e vagabundos, conforme a linguagem da época. Piracicaba era um posto avançado para atingir o forte de Iguatemi, em Mato Grosso, projeto que, depois, se mostrou equivocado. Muito certamente o maior erro da administração de Mateus.

Tempos depois foi encarregado, em 31 de julho de 1784, de fazer a mudança para o atual lugar, visto que o local anterior fora considerada inóspito e de difícil acesso. Corrêa Barbosa ainda participou da elevação de Piracicaba a freguesia, o que se deu em 21 de junho de 1774.

A mudança da nova igreja matriz, para o outro lado do rio, foi autorizada em 11 de junho de 1787, como se verifica do documento abaixo, com a petição dos moradores⁵:

*Autos de ereção de Capela de Piracicaba
aliás de Santo Antônio de Piracicaba.*

Câmara Episcopal

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e oitenta e sete aos onze dias do mês de junho do dito ano nesta Cidade de São Paulo em o Cartório da Câmara Episcopal dela onde eu Escrivão ao diante nomeado me achava aí por parte dos moradores

de Piracicaba a qual eu escrivão tomei, preparei, autuei, e aqui assentei, o que ao diante se segue de que para constar fiz este termo Nuno de Campos Bicudo e Sá Escrivão que sirvo nos impedimentos da Câmara o escrevi.

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor

Dizem os moradores da Freguesia de Santo Antônio de Piracicaba, termo da vila de Itu deste Bispado, que reconhecendo eles suplicantes ser o terreno em que a mesma foi situada incapaz pela estrutura e extensão de edificios, por mui limitado e úmido requereram e impetraram do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governador e Capitão General Francisco Cunha e Menezes a mudança da referida freguesia da parte d'além para a parte d'aquém do rio denominado Piracicaba, e sendo escolhido pelo Capitão Mor daquela vila e pelos mesmos suplicantes lugar cômodo para uma formosa e dilatada povoação nele delineou-se o arruamento da dita freguesia e porque a primeira e principal obra dela é a igreja matriz, a que os suplicantes querem agora dar princípio, e o não podem fazer sem provisão de Vossa Excelência Reverendíssima.

Para Vossa Excelência Reverendíssima se digne mandar passar Provisão para edificar-se a referida igreja aonde o Reverendo Pároco consignar, ou aquele a quem Vossa Excelência Reverendíssima for servido cometer esta eleição.

Esperando Receber Mercê

Corrêa Barbosa havia recebido carta patente de Capitão da Ordenança dos moradores da nova Povoação de Piracicaba em onze de dezembro de 1771, mandada passar na cidade de São Paulo pelo Governador da Capitania de São Paulo, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, conforme segue⁶:

Dom Luís Antônio de Sousa, etc. Faço saber gos que esta minha Carta Patente virem, que atendendo a ser preciso formar uma Companhia de Ordenança na nova Povoação de Piracicaba para melhorliar os Povos a ela congregados, e ser conveniente ao serviço de Sua Magestade prover-se o dito posto em pessoa de capacidade, préstimo, atividade e zelo e concorrerem todas estas circunstâncias na de Antônio Corrêa Barbosa por ter fundado a mesma Povoação, aumentado e conservado com sua agência e trabalho, e tendo a ser cargo mais de duzentas pessoas que tem domesticado para melhor os conservar em obediência e respeito, e esperar dele que em tudo o de que for encarregado do Real Serviço se haverá muito conforme a confiança que faço de sua pessoa. Hei por bem nomear e prover (como por esta o faço, em virtude do poder que Sua Magestade me há concedido para o fazer) ao dito Antônio Corrêa Barbosa no dito posto de Capitão da Ordenança dos moradores na nova Povoação de Piracicaba, o qual posto servirá enquanto eu o houver por bem, ou Sua Magestade (a quem deve requerer confirmação, pelo seu Conselho Ultramarino) não mandar o contrário; e não vencerá soldo algum, mas gozará de todas as honras, graças, liberdades, isenções e franquezas que em razão do mesmo determina nas suas Reais Ordens e Regimentos, de que se fará assento nas costas desta Carta Patente, e será obrigado a residir no mesmo distrito, e não o fazendo será deposto do dito posto, dando-se-lhe baixa, e prêvedendo-se em outra pessoa na forma da Resolução de Sua Magestade, de vinte e três de março de mil setecentos e dezoito. Pelo que ordeno a todos os Cabos de Guerra, Milícia, Justiça, conheça, e hajam ao dito Antônio Corrêa Barbosa por Capitão da referida companhia, e como o honrem e estimem, e aos seus subalternos e soldados dela ordeno também que em tudo lhe obedecam e cumpram suas ordens por escrito e de palavra, como devem e são obrigados no que tocar ao Real Serviço. E por firmeza de tudo lhe

mandei passar a presente por mim assinada e selada com o sinete de minhas Armas, que se cumprirá inteiramente como nela se contém, e se registrará nos livros da Secretaria deste Governo, e mais partes a que tocar, e se passou por duas vias. Dada nesta cidade de São Paulo. Pedro Martins Coimbra a fez aos onze de dezembro de mil setecentos setenta e um. Tomás Pinto da Silva Secretário do Governo a fez escrever. D. Luís Antônio de Sousa.

O Capitão Antônio Corrêa Barbosa recebeu, pelos bons serviços prestados à Coroa, uma carta de sesmaria, concedida em 25 de fevereiro de 1782⁷. Essas terras consistiam em uns campos nos sertões de Araraquara, em um rincão que acompanhava o rio Jacaré Pepira e a serra de Araraquara, inteirando-se nas sobras das mais sesmarias que daqueles campos se tem tirado, contanto que não excedesse a quantidade de três léguas.

A longa permanência de Corrêa Barbosa em Piracicaba granjeou muitos inimigos. Os párocos freqüente e invariavelmente se queixavam de sua postura autoritária. Diversos moradores prestaram queixas às autoridades de Itu, e esses reclamos ecoaram em São Paulo. As maiores críticas vieram de Vicente da Costa Taques Góes e Aranha, capitão mor de Itu. Este senhor, entretanto, também era dono de um temperamento forte, e assim bem conhecido pelos governadores de São Paulo⁸. Portanto, suas críticas deveriam chegar amortizadas no palácio do governo. Do embate entre ambos, restou-nos o curioso relato do citado capitão mor, em 8 de janeiro de 1785 sobre a personalidade de Corrêa Barbosa:

Enfim, meu Sr. Excelentíssimo, para fazer eu uma clara e distinta definição do caráter do dito capitão, figuro na respeitável presença de Vossa Excelência um índio de qualquer aldeia, porém branco de origem, muito forte, duro, animoso, agradável, ágil para a caça e pescaria, totalmente desgovernado, inútil para si e para os seus, sem regra, sem palavra, e inábil para qualquer instrução, e reforma, este é o Capitão Antonio Correa Barbosa.

Notas

1. LEME, Luiz Gonzaga da Silva. Genealogia Paulistana, São Paulo: Duprat & Cia., 1903 a 1905, 9 volumes. Volume V, p. 249.
2. LEME, Op. cit., volume VII, p. 268.
3. BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. Nos bastidores da fundação do Mosteiro da Luz. In Revista da ASBRAP nº 3, p. 125. São Paulo: Rumograf, 1996. Apud Diário de Governo do Morgado de Mateus, códice 21-4-16, 12º maço, Biblioteca Nacional [do Rio de Janeiro]. Seção de Manuscritos.
4. Diário de Governo do Morgado de Mateus, op. citado, códice 23,2,15.
5. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Autos de Ereções e Patri-mônios de Capelas, volume I, fls. 190 e 191.
6. Arquivo do Estado de São Paulo. Livro de Sesmarias, Patentes e Provi-sões, Livro 19, fls. 4 a 5. Nº de ordem: CO 367.
7. Arquivo do Estado de São Paulo. Livro 21 de Sesmarias, Patentes e Pro-visões, fls. 149.
8. Sobre as quizílias do Capitão Mor Vicente da Costa Taques Góes e Ara-nha, vide: BARBAS, Manoel Valente. A Família Aranha na vila de Itu do século XVIII e início do XIX. In Revista da ASBRAP nº 6. São Paulo: Forpaf, 1999. pp. 154-157.

Bibliografia

- BARBAS, Manoel Valente. Piracicaba: Barras de Rio, Padres e Ca-noas. In Revista da ASBRAP nº 9. São Paulo: Rumograf, 2002, pp. 39-66.
- GUERRINI, Leandro. História de Piracicaba em Quadrinhos. Pi-racicaba: Imprensa Oficial do Município de Piracicaba/Insti-tuto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 1970, 2 volumes.
- LEANDRO, Luiz. De Piracicaba para Piracicaba. Piracicaba: Ed. Jornal de Piracicaba, 1961.
- NEME, Mário. História da Fundação de Piracicaba. Piracicaba: Ed. João Mendes Fonseca, 1943.

A Guerra do Açúcar no Oeste Paulista (1842)*

Marly Therezinha Germano Perecin**

Resumo: A Revolução Liberal de 1842, devia ser um movimento sincronizado em todo o país. Na Província de São Paulo eclodiu em datas diferentes, em duas das suas regiões mais importantes, Oeste Paulista e Vale do Paraíba, mas teve desfecho rápido, sob a inopinada violência, que deixou cicatrizes indeléveis. No Parlamento brasileiro, as oposições coligadas, sob o chamado partido do Regresso, travaram as chances de novos avanços liberais mediante as famigeradas Leis do Cabresto e o fechamento da Câmara. Era um forte golpe aos políticos de armadura ideológica liberal, doutrinados sob a prevalência do Pacto social de natureza contratualista, pelo direito de resistência à qualquer violação praticada contra o mesmo, e ansiosos pelo livre comércio, pois a vigência do Tratado de 1827 que garantia a hegemonia inglesa estava prestes a esgotar-se. No Oeste Paulista, a sociedade dos agrossenhores voltados para a exportação levantou-se em armas contra tais leis e medidas consideradas espúrias, em 1842.

* Dedicado à Professora Maria Celestina Teixeira Mendes Torres USP/SM. Modelo de mestra e de historiadora.

** Professora Doutora em História, PUC - S. Paulo e USP - S. Paulo, escritora, Ex-Presidente e Vice-Presidente do IHGP, membro de inúmeras instituições culturais do País.

A estratégia de derrubar o presidente provincial, Costa Carvalho, aliado dos regressistas, tinha a finalidade de coagir o Gabinete Ministerial a derrogar as Leis do Cabresto. A rápida intervenção militar de Caxias destruiu o projeto chimango, resultou em grandes perdas políticas e na desorganização da produção agrícola. Malgrado a concessão da Anistia pelo Imperador, em 1845, o desastre marcou o ideário paulista durante o correr do século XIX, notadamente no Grande Oeste, onde viria a efervescer a propaganda republicana (1870-1873).

Palavras-Chave: Oeste Paulista - Agrossenhores - Coligação - Liberalismo - Regressismo - Carta Reformada - Leis do Cabresto - Ideologia Chimanga - Insurreição - Repressão - Anistia

I-Parte

1. Prolegômenos

O Liberalismo aculturado no Brasil durante o século XIX permaneceu em nível de consumo das elites proprietárias e de interesse dos grupos privilegiados. Na Província de São Paulo, os diversos modos de conceber os passos da doutrina liberal no econômico e no interior das relações de poder manifestas pelos grupos dominantes, tanto em nível local como regional, podem ser melhor apercebidos no Oeste Paulista, a partir da segunda década. Amadurecidos nas disputas do seu grande colégio eleitoral que tinha por base a Comarca de Itu, criada em 1811, Eleitores e Oficiais camaristas das comunidades mais importantes, consolidaram o seu prestígio numa sociedade regionalmente circunscrita, e, a partir de 1821, promoveram-se nas esferas da política provincial e nacional.

Os seus representantes eram os poderosos agrossenhores, donos de engenho e grandes proprietários rurais, como Vergueiro de Piracicaba, Paula Souza e os Paes de Barros de Itu, ou os delegados destes como Cândido José da Motta, o boticário ituano, e

outros como o padre Feijó, o cirurgião Álvares Machado de Porto Feliz, e o maior agenciador de tropas e arrematante do Registro de Sorocaba, Rafael Tobias de Aguiar. Excetuando-se Vergueiro que era ilustrado no exterior, constituíam-se de letrados da terra, liberais intuitivos e autodidatas, revelando-se na prática empresários autoritários e escravistas. Da Assembléia dos Eleitores do Oeste (19/05/1821), convocada para a composição da Junta Eleitoral de São Paulo, saíram para deputados paulistas às Coortes de Lisboa, nomes consagrados regionalmente, na política e na inteligência¹. Reunidos os dezoito Eleitores Provinciais das três Ouvidorias de São Paulo, para a escolha dos seis deputados às Coortes, três dos eleitos procediam do Oeste: Dr. Vergueiro, Paula Souza (substituído por Antônio Paes de Barros) e Pe. Feijó.

2. O Equilíbrio das Facções

Primeiro Entrevero: A Coligação Das Vilas

A montagem do Governo Provisório ou Junta Governativa de São Paulo (23/06/1821) revelou a competição entranhada das principais facções paulistas envolvidas na luta pelo poder. A começar pelo heterogêneo grupo paulistano empenhado em impor a hegemonia da capital sobre o interior, segue-se ao grupo andradista, coordenado pela forte figura do “Conselheiro e Ilustre Sábio da Nação”, José Bonifácio de Andrade e Silva, e chega-se ao grupo do Oeste, centrado em Itu, cuja maior expressão estava em Vergueiro. As tendências afins de maçons liberais, letrados da terra e ilustrados no exterior não impediam outras composições nem os radicalizava perante colonialistas e absolutistas. O grande prestígio andradino aproximou a Marinha do Oeste, com base nas postulações de um liberalismo conservador, ressalvadas as peculiaridades, de uma aliança positivada num momento de afirmação da doutrina. Foi o que prevaleceu, embora de efêmera duração.

Se havia consenso na Junta Governativa de São Paulo quanto à aceitação da realeza do Príncipe, duas facções logo se polarizaram, a andradista e a anti-andradista, que passaram a desenvolver comportamentos políticos e ideológicos próprios. Rompido o equilíbrio em favor do andradismo, estando José Bonifácio no Ministério do Príncipe Regente e Martim Francisco hegemônico na Junta de São Paulo, o Ten. Cel. Francisco Inácio de Souza Queiroz, Comandante de Armas da Junta, lançou a “bernarda” nas ruas da capital, em 23/05/1821, numa investida arrojada do anti-andradismo. Combinaram-se na ação chumbistas e absolutistas. Imediatamente, desencadeou-se a reação dos agrossenhores do antigo Oeste, aquelas elites de agroexportadores e tropeiros, que formavam as mais poderosas lideranças e agências da economia do interior paulista.

A resistência tomou corpo através do movimento da Coligação das Vilas, alinhadas as suas lideranças ao andradismo e ao Príncipe Regente. Começou na Vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba e centralizou-se na capital política do Vale Médio, Itu, através das iniciativas do seu Conselho Municipal que expediu diploma de Procurador a Paula Souza para agir perante as vilas coligadas, sendo Cândido Mota seu eventual substituto. As estradas passaram a ser guardadas, os cidadãos foram convocados ao alistamento e à formação de milícias, as vilas intimadas a enviar os seus representantes para a grande assembléia do Oeste².

Organizou-se, durante três meses, um governo paralelo dotado de oposição armada à Junta Governativa de São Paulo, com explícito apoio do Rio de Janeiro, combinação suficiente para derrotar a facção adversária. A Coligação das Vilas foi a primeira demonstração de força do Oeste, ofereceu a primeira oportunidade aos seus agrossenhores de se projetarem no ambiente político do Rio de Janeiro, quando do seu ingresso na Constituinte – a escola do Legislativo – partilhando das grandes lideranças do país no Império.

Nessa fase de pré-independência, a aliança entre o andradismo e o Oeste presente na Coligação assegurou a adesão da Província de São Paulo à Monarquia Constitucional, refreou e inibiu outras facções. Em 1823 a aliança se achava rompida, José Boni-

fácio, Vergueiro e Feijó, já realinhavam as suas facções, embora permanecessem certas afinidades que poderiam ser detectadas nas fontes e nos limites de uma política autoritária e elitista, escravista e constitucional parlamentar. Era o que lhes parecia significar a **“Liberdade bem entendida”**, segundo a expressão de José Bonifácio³. Voltarão a convergir em outras oportunidades, malgrado as pugnas pessoais e as oposições assumidas durante os episódios do 1º Reinado e Regência.

Portanto, **Liberdade (bem entendida)** não passava de linguagem metafórica e ideologizada das elites proprietárias, conquanto fosse o Liberalismo a alternativa doutrinária que se oferecia ao colonialismo no Brasil, as suas premissas básicas informando a organização de uma Monarquia Constitucional e um Estado autoritário. O que esperar de um país em processo de descolonização, onde inexistia universidade e o próprio chumbismo era contrafacional? Uma das lideranças mais fortes do Oeste, Pe. Feijó, havendo retornado ao Brasil, após a experiência das Coortes de Lisboa, recusara o Canonato da Capela Imperial, preferindo o interior caipira da Província. Falava e agia como um deles, sotaque arrastado, mãos de agricultor. Rompido com o andradismo, ocultado em Piracicaba da perseguição que lhe era promovida no próprio Oeste, também veio a fazer profissão de fé na **“liberdade bem entendida”**: **“(…) tanto amo o Governo Monárquico representativo como abomino a democracia pura e a aristocracia⁴.”**

Sempre houve diferentes modos de entender a liberdade que se oferecia. As relações de poder associadas aos setores regionais da produção propiciavam manifestações conceituais diversas, fosse na costa ou no porto, na capital ou no interior, este menos ligado ao comércio e às práticas mercantis. Nas linhas de aproximação ou de ruptura entre o andradismo e os chefes do Oeste, permearam as diferenças entre o elitismo aristocrático, o cosmopolitismo dos primeiros, e o elitismo despojado, algo rude, dos proprietários do interior, a sua visão de mundo desvinculada do espírito da Corte, o seu modo intuitivo e prático de entender a política econômica, não totalmente isento do pensamento doutri-

nário de Vergueiro, de Evaristo da Veiga e da filiação maçônica. Agrossenhores do antigo Oeste Paulista, escravistas e autoritários guardaram nas “Reflexões de Itu”, a sua principal contribuição ao projeto constitucional do Imperador e a sua concepção de liberalismo como principal instrumento ao seu ensaio político de dominação na década dos anos vinte⁵.

O destaque na análise ituana ao projeto constitucional do Imperador, cabe menos nos pontos de apoio ao “despotismo esclarecido” – chegava a ser ainda mais autoritário em questões de segurança pública e individual, admitindo a censura à imprensa (embora defendesse a liberdade da palavra) e a prisão sem culpa formada (embora condenasse a prisão arbitrária) – e, muito mais, no apego da “**liberdade bern entendida**”, conceito ideologizado sobre as conveniências do comportamento político, manifesto na preocupação de preservar o Legislativo frente ao agigantamento dos outros Poderes. Tal preocupação se manterá na linha da política chimanga do Oeste Paulista, e pode ser observada pelo cuidado em neutralizar a vitaliciedade do Senado, adjudicando mandatos mais curtos, ou, nos casos de dissolução da Câmara dos Deputados pelo Moderador, admitidos apenas em casos de necessidade de “salvação nacional”, ou adiamento da Assembléia Geral, tolerada desde que as sessões previstas para o ano se realizassem com a intenção de impedir que a nação caísse refém do Moderador e do Executivo, principalmente deste, quando mal intencionado⁶.

Com relação ao “governo econômico e municipal das cidades e das vilas”, o que transparece é a intenção de um municipalismo judiciário que o Pe. Feijó tanto defenderá no futuro. Nas “Reflexões” não se disfarçou a defesa de um governo policial, indispensável frente ao temor das insurreições de escravos e às arbitrariedades dos Capitães-mores, sistema a ser reforçado pelo Juiz de Paz, destacada figura que, no seu entendimento, devia exercer uma atribuição de absoluta necessidade. O Juiz de Paz, agente mantenedor da segurança do cidadão, particularmente da sua propriedade, será peça-chave na arquitetura do projeto liberal do Oeste⁷.

3. Os Efeitos da “Liberdade Bem Entendida” no Oeste

Quando ocorreu a primeira ruptura entre essas duas principais vertentes liberais, os agrossenhores do Oeste – incorporando a geração de políticos que vivenciou a “passagem”, as guerras da Independência, os Tratados internacionais e a Constituinte – buscaram conduzir a seu modo a política liberal, ao lado de outros grupos também saídos dos circuitos do mandonismo local, dos regionalismos provinciais e obediências maçônicas que tiveram representação parlamentar no primeiro Reinado e Regência. Converteram-se nos oficiais máximos da “liberdade bem entendida”, a manifestação autoritária das elites escravistas e seus representantes, Vergueiro, Paula Souza e Pe.Feijó.

Tornaram-se conhecidos como liberais moderados ou chimangos, reconhecendo-se que os anos trinta do século XIX foram o seu melhor momento, Consentâneos à forte dependência inglesa, às dificuldades dos produtos brasileiros do mercado, à disputa entre os principais grupos políticos nacionais para assumir o controle das relações de poder e ocupar o vazio deixado pelo Moderador. Foi quando desenvolveram o seu projeto reformista da Carta de 1824. Nesse contexto, o grupo liberal paulista do Oeste desempenhou um papel à altura da sua economia agroexportadora e da sua “civilização do açúcar”.

Parecendo, a princípio, aceitar a Carta Magna, a prática desses agrossenhores sofreu reformulação sob a Regência Trina Permanente, momento em que as reivindicações sobre um projeto reformista se tornaram fortemente insistentes da parte dos ultra-liberais. Na sua inconformação frente o colonialismo e rejeição ao anarquismo presumidamente republicano enraizaram as suas opções pela Monarquia Constitucional e Estado autoritário, fato que os fez situados entre os extremos do absolutismo restaurador e o republicanismo, este, permeado de facções anárquicas de populares e militares. Ficaram reputação como defensores da ordem sob o “status quo”.

Já, no primeiro momento regencial foram anti-federalistas no Rio de Janeiro e em São Paulo, lançando mão de recursos extra-parlamentares – a imprensa doutrinadora e uma sociedade paramaçônica

ca, a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, atuante nas províncias, diretamente sobre os Conselhos Municipais – com o intuito de respaldar as suas representações na Assembléia Geral. Na Regência Trina Permanente, essa Sociedade ensaiou enviar ao Rio de Janeiro bandos armados procedentes do Vale do Paraíba, Litoral e Oeste para acudir ao Ministro da Justiça⁸. No Oeste, a ação dessa sociedade foi ostensiva na instrumentação dos objetivos dos seus principais políticos, Pe. Feijó, Vergueiro, Paula Souza, Rafael Tobias, Álvares Machado, despertando reação e protestos contra o que os seus adversários consideravam uma interferência indevida do localismo e do provincialismo nos assuntos nacionais, numa evidente condenação **do manobristo dos liberais aristocráticos do “círculo de Itu”**⁹.

Desfeita a momentânea aproximação entre moderados e andradistas, logo após a Abdicação de Pedro I, começou a esvaziar-se, salvo no Oeste, a Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência dos segundos elementos, que eram muito fortes na capital e no litoral. Em 1831, formou-se na capital da Província, com elementos andradistas, antigos chumbistas e exaltados a Sociedade Federal, empenhada no projeto reformista constitucional federalizante, vindo a crescer rapidamente, por aliciamento de elementos de prestígio, andradistas como Antônio da Silva Prado e antigos chumbistas como o “Sapatão”, Ten. Cel. Jaime da Silva Telles investido no cargo de secretário. Penetrou com dificuldade no interior, atingindo algumas Vilas, Mogi-Mirim, Bragança, Campinas e Mogi das Cruzes¹⁰.

Duas sociedades, quase uma separação entre a capital e o interior, havendo por principal obstáculo a questão da reforma constitucional federalizante, em que as províncias pudessem ser dotadas de receita própria e do poder de legislar sobre os seus impostos, além de possuírem um sistema representativo bicameral – inspiração decorrente do modelo norte-americano, e com a qual não concordavam os moderados. Apenas em 1834, vieram a aquiescer ao projeto reformista, porém debaixo da sua visão particular, infensos à idéia de república¹¹.

A curta aliança viabilizada no interior da Sociedade Federal vinha demonstrar que caramurus e exaltados também não eram incompatíveis quanto à base autoritária e elitista do liberalismo chimango, que os mesmos haveriam de sobreviver após o desaparecimento da sociedade, em 1833, momento do avanço das lojas maçônicas na Província. Continuariam com forte expressão eleitoral na capital, e em Santos, alguma no interior, mas sofrendo sucessivas derrotas frente ao partido moderado, cujo chefe em São Paulo era o poderoso “tropeiro” Rafael Tobias de Aguiar. A sua clientela transferiu-se para o Grande Oriente, continuando na linha de oposição aos chimangos (moderados), atuantes no Grande Oriente Brasileiro¹².

A fragilidade das instituições do país comprometia a estratégia do manobristismo chimango, forte em São Paulo e débil nacionalmente. A renúncia de Feijó se insere nesse contexto¹³.

No âmbito parlamentar ocorreram as reformas constitucionais com a adesão acautelada do partido moderado, enquanto no cenário político os agrossenhores do Oeste Paulista se prepararam para a eleição do Regente Uno, ganha por Feijó, sua liderança prática contra todas as oposições – prova da proficiência de Evaristo da Veiga, dos seus grandes cabos eleitorais no país e dos interesses conjugados. Neste pleito geral passou-se a dizer que o Brasil se achou dividido entre os amigos e os inimigos do Pe. Feijó.

Não obstante, por 230 votos, os chimangos foram derrotados na capital e em algumas comunidades do interior, inclusive Constituição (Piracicaba), votos manobrados por Costa Carvalho que também disputava o pleito, e já se preparava para agenciar uma nova proposta política¹⁴. Rafael Tobias, chefe do partido moderado, Presidente na Província de São Paulo e maior cabo eleitoral de Feijó, rompeu definitivamente com Costa Carvalho, após estas eleições. Foi o apartar das águas, ruptura baseada em dissensões políticas, ressentimentos e inimizades pessoais, cultivados no interior dos círculos maçônicos – que comportavam diferentes ritos e alinhavam tendências fora do âmbito parlamentar ou do governo – e paramaçônicos. Tal disposição conduziria ao alinhamento dicotômico, que levou os chimangos ao desastre de 1842¹⁵.

Os confrontos entre o liberalismo chimango e o “liberalismo linguista” (enrustidas as oposições de liberal-democratas, chumbistas e caramurus), passaram a ter um significado de valorização da capital, que se promovia como eixo cultural-administrativo, sede da pequena “Inteligência” e do grupo dirigente – egressos da Terra e da Academia –, sobre o interior caipira. Simultaneamente, atuavam os políticos regressistas sobre o grupo manobrista de Itu (e do Oeste). Todavia, este permanecerá muito atado ao mandonismo local, à política dos camaristas no interior dos Concelhos, ao regionalismo da 3a Comarca, e, intimidado frente ao perigo das insurreições de escravos, ficará sensível aos apelos dos proprietários às rondas da Sociedade Defensora, às intervenções da Guarda Nacional e dos Juizes de Paz, conhecidos agentes controladores sobre os respectivos distritos das vilas. Localismo e regionalismo desse grupo manobrista terão força mais algum tempo no provincialismo paulista, conquanto venham a perder espaço diante do metropolitismo do Rio de Janeiro e se enfraquecerem na capital

Entre os anos de 1831 e 1834, a questão da reforma constitucional foi o principal agente da separação entre moderados e federalistas, no Rio de Janeiro e em São Paulo. A ambicionada Monarquia Federativa, projeto liberal mais avançado, foi tolhida em favor de “uma meia reforma”, promotora de certa autonomia provincial e da supressão do Conselho de Estado. Foram obstadas as reformas mais avançadas como a abolição do Poder Moderador, a institucionalização do Senado temporário e eletivo, da Câmara bienal dos deputados gerais, das Províncias dotadas de Constituição e de Poder Legislativo bicameral. A “meia reforma” obtida, pela nova formatação da Carta de 1824, através do Ato Adicional (Lei de 24/08/1834), associava-se ao Código do Processo Criminal (Lei de 29/11/1832) e à Convenção sobre o Tráfico (Dec. de 07/11/1831), a qual declarava livres os africanos introduzidos no país e impunha punições¹⁶. A experiência do Pe. Feijó como Regente Uno foi o ápice deste processo.

A década dos anos quarenta do século XIX foi decisiva para os chimangos do Oeste Paulista, marcada pelas contra-reformas conservadoras e pela ação opositora sustentada pelos situacionistas..

Apegados à “meia reforma”, viram-se entre os fogos cruzados de todos os matizes, sem poder inviabilizar os avanços do “regressismo”, que prevalecia-se dos mesmos argumentos, a principiar do urgente restabelecimento da ordem do país frente ao vazio deixado pelo Poder Moderador. Aos remédios fortes e urgentes, solicitados anteriormente pelo Regente Feijó, eram oferecidas, sob a Regência de Araújo Lima, a **Lei de Interpretação do Ato Adicional (12/05/1840)** que transferia para o centro da Monarquia o sistema judicial e policial do país, e a **Reforma do Código do Processo Criminal (03/12/1841)** que a complementava¹⁷.

A Maioridade veio a se converter num expediente extra-constitucional para a Regência, solução invocada para resgatar o princípio da chefia do Estado em mãos de um poder neutral, distante dos conflitos desestabilizantes das várias facções¹⁸. Isso feito, outro problema, não menos grave, se apresentou ao Gabinete Maiorista, qual seja, o de como resistir ao avanço do regressismo, implacável e demolidor da “meia reforma” dos liberais. Uma das suas estratégias de sobrevivência foi garantir, a qualquer preço, a vitória nas eleições de 13/10/1840, as chamadas “eleições do cacete”, que lhes haveriam de assegurar a sucessão liberal moderada no Parlamento. Não contavam que essas mesmas eleições lhes inviabilizariam a permanência no poder. O Gabinete que lhes sucedeu na oposição – o de 23 de Março de 1841 – completou a obra demolidora iniciada por Bernardo Pereira de Vasconcelos, mediante duas medidas legislativas de impacto, votadas no espaço de dez dias, as chamadas “**Leis do cabresto**”¹⁹.

Afinal, oferecia-se um Estado Policial como alternativa à anarquia brasileira agudizada pelas revoluções regenciais, particularmente, pelos Farrapos do Rio Grande do Sul. A segurança pleiteada pelo poder “saquarema” era assegurada pela anulação da “meia reforma”, seguida da anulação das “eleições do cacete”, por ato do Imperador em 01/05/1842. Para os liberais moderados (chimangos) completava-se o “garroteamento” aludido por Martim Francisco Ribeiro de Andrada, afigurando-se-lhes o retorno à tradição da velha e detestável intromissão centralista em seus domínios regionais e locais, em suas relações de poder estabelecidas²⁰.

4. Ao Fundamentos da Teórica Liberal A Questão da “Desigualdade dos Iguais” Ao Tratar-se do Individual e do Coletivo

Ao defender intransigentemente a desigualdade legítima, os teóricos recolocavam os agentes do poder no plano da igualdade, enquanto o povo se estabelecia entre os desiguais. Ao fazê-lo queriam objetivar, sem casuísmos ou retoques, que o Liberalismo era uma doutrina de dominação, incompatível com a sociedade de massa e os princípios de Rousseau.

Evaristo da Veiga, doutrinando para os liberais moderados, rejeitava in limine os princípios democráticos. “(...) **O princípio da soberania do povo, isto é, o direito igual dos indivíduos à soberania, e direito de todos os indivíduos de concorrer à soberania é radicalmente falso porque sob o pretexto de manter a igualdade legítima, ele introduz, violentamente a igualdade onde não existe e viola a desigualdade legítima**”²¹.

5. A Prática Revolucionária

“Eis que, de repente, a névoa se levanta, se esgarça...”²². Uma Revolução? – Não. “-- Um movimento, posto que irregular, justo em sua natureza”²³. --**NA VERDADE, UM FORTE ABALO!**

Planejada no interior da Sociedade dos Patriarcas Invisíveis (maçônica), para todo o Brasil, a “Revolução Liberal de 1842” devia começar por São Paulo. A tentativa fracassada de tomar o quartel da cidade pelo Major Francisco de Castro, cunhado do Cel. Rafael Tobias de Aguiar, seria o primeiro passo para a deposição de Costa Carvalho, o Presidente Provincial indesejado pelos chimangos. Ameaçado de prisão como responsável, o ex-Presidente retirou-se para o interior da Província, onde era poderoso e dispunha de parentes “mandões locais”, pressentindo que poderia oferecer resistência à maneira tradicional do Oeste Paulista, coligadas as prin-

cipais lideranças políticas das Vilas. Em Sorocaba, a sua Vila e base operacional, onde foi aclamado Presidente Interino da Província de São Paulo, logo passou ao exercício revolucionário, formando o exército dos agrossenhores, a poderosa “Coluna Libertadora” que haveria de avançar sobre a capital²⁴.

Inconformados com o “mortal Garrote” imposto pelas “Leis do Cabresto” e pela dissolução da Câmara Liberal, onde tinham maioria, os chimangos pareciam convencidos dos efeitos de um passeio simbólico, de uma “sortida” elegante de agrossenhores sobre a capital, onde em nome da sua justa indignação haveriam de depor Costa Carvalho, ato suficiente para intimidar o Rio de Janeiro a sobrestar a execução das leis e, quiçá, substituir o Ministério de 23 de Março por outro liberal. Comandantes e comandados eram chefes liberais do Oeste, engenheiros, patentes da Guarda Nacional, camaristas e os Juizes de Paz, interessados em manter os seus cargos, pois eram os “fazedores de eleição”, enfim, chimangos acompanhados dos seus “homens” e sitiantes, ligados à imensa teia das parentelas e compadrios, rurais e urbanos, formando esquadrões de voluntários, em época imprópria do corte de cana e início da safra, num momento em que se buscava a recuperação do prejuízo material de duas safras anteriormente sacrificadas por fortes geadas consecutivas²⁵.

O confronto entre as duas forças inimigas, dispostas nos arredores da capital, nunca ocorreu; os liberais foram apanhados de surpresa, em 07 de junho, na vila de São Carlos (Campinas)²⁶. A batalha de Venda Grande no sítio do Teodoro (07/06) converteu-se em epílogo de um ciclo romântico de agrossenhores, armados nobremente, à moda antiga, contra um exército vitorioso sobre os “balaios”, no Maranhão. Foi experiência suficiente para dissolver a Coluna estacionada em Pirajussara (São Paulo) e dismantelar o movimento. Rafael Tobias sentiu, diante da retirada daqueles cavalheiros, que não tinha condições de oferecer resistência em Barueri, como pretendia o Cel. Galvão, ou em Ipanema, onde tentou concentrar os remanescentes. Regressando a Sorocaba, cuidou dos papéis, consorciou-se com

Domitila de Castro, a Marquesa de Santos, e se retirou para o Sul pretendendo juntar-se aos Farrapos.

Assumiu o Pe. Feijó o exercício da Presidência Revolucionária do movimento. Tentou, através do jornal "O Paulista", manter o moral da revolução, enquanto buscava obter, junto a Caxias, um final honroso para os chimangos. Inviabilizados ambos os propósitos, e havendo o Cel. Galvão deposto as armas em Campo Largo, arredores de Sorocaba, ficava livre a entrada dos periquitos, os soldados de Caxias, à capital revolucionária, fato que ocorreu no dia imediato, 20 de junho²⁷. Feijó partiu prisioneiro rumo ao exílio no Espírito Santo, em companhia do Senador Vergueiro, enquanto Caxias estabelecido em Itu, determinava aos seus subordinados a "limpeza revolucionária" do Oeste Paulista, até Piracicaba e Limeira. Em seguida, exterminou os focos revolucionários no Vale do Paraíba e em Minas Gerais, de forma que em agosto de 1842, ao término do seu passeio contra-revolucionário, as prisões se achavam lotadas, salvando-se aqueles que se internaram nas bocas de sertão ou que, arditosamente, safaram-se da responsabilidade²⁸.

O episódio jamais foi esquecido e deitou conseqüências posteriores, como se viu na década dos anos setenta do século XIX. Os luzias mineiros e os chimangos paulistas, assim foram chamados os liberais revolucionários, constituíram a última geração dos românticos agrossenhores da cavalaria, do tropeirismo e dos engenhos, levados a um "beco sem saída" pelas próprias contradições do liberalismo moderado assumido na "meia reforma". Achavam-se preocupados com as cotações internacionais do açúcar, sentiam-se envolvidos no círculo de ferro da dependência inglesa e das tarifas preferenciais asseguradas contidas no Tratado de Comércio de 1827, que ambicionavam corrigir. Foram garroteados pelo "regressismo", e tiveram a nulificação das suas conquistas num momento em que a representação no Estado Nacional lhes parecia o pressuposto indispensável para assegurar-se no poder e ampliar as reformas²⁹. Arvorando o direito revolucionário viram-se derrotados militarmente e submetidos a punições.

6. Por que Rafael Tobias de Aguiar chefiou a Revolução de 1842?

Primeiro. O seu comprometimento com o liberalismo postulado pelo grupo do antigo Oeste Paulista transcendia o nível das oligarquias regionais, constituía-se em expressão manifesta da “Inteligência” da terra representada por letrados nativos e ilustrados no exterior, padres doutores e bacharéis de Direito. Alguma erudição e muito pragmatismo, fizeram dele um político dotado de certa visão, um pouco no estilo do tropeirismo, onde não estavam ausentes o espírito da aventura associado à valentia e à habilidade nos negócios.

Segundo. Desfrutando de enorme prestígio entre as lideranças políticas e as oligarquias de agrossenhores, superou o regionalismo do Oeste, adquirindo estatura provincial e nacional. Foi representante nos Conselhos Provinciais, foi Presidente Provincial de São Paulo (1821-1834) e deputado na Assembléia Geral do país, tornou-se o chefe do partido liberal chimango. Nada agradou mais aos agrossenhores do que o sentimento de autonomia advindo da representação no governo de São Paulo deste homem da terra com reconhecida preocupação quanto às condições materiais da Província, particularmente, quanto ao seu sistema viário, competência administrativa e manutenção rigorosa da ordem interna. Deu suficientes provas do seu apego ao Ato Adicional e ao Código do Processo Criminal, que no caso paulista consolidavam o poder dos liberais, particularmente o primeiro, considerado por ele o “instrumento que trouxera o desenvolvimento das Províncias”³⁰.

Em 1840, estando os liberais no governo, sob a Maioridade, Rafael Tobias de Aguiar foi nomeado Presidente Provincial pela segunda vez, devido a grande influência exercida pelos Andradas no Ministério. Mas a eleição de Feijó rachara antigas composições e a posse de Rafael foi mal recebida pelos conservadores e exaltados (desta vez em aliança meramente estratégica). Costa Carvalho, baiano de origem modesta, infiltrado por casamentos de conveniência nas elites agrárias paulistas tornou-se um dos principais integrantes desse grupo na capital, fazendo ver à oposição que Rafael era inimigo

dos filhos de outras províncias, aqueles chamados de “arribados”³¹. O poder saquarema sentia que a destruição dos liberais paulistas, os chimangos, passava por Rafael Tobias de Aguiar³².

A queda do Gabinete da Maioridade e a sua substituição pelo de 23 de Março trouxe a mudança dos Presidentes Provinciais, fato que não aconteceu de imediato em São Paulo. Rafael Tobias, gostava do poder e não se demitiu, recebendo o apoio de todo o grupo liberal paulista, particularmente das Câmaras Municipais, dos destacamentos da Guarda Nacional, dos Juizes de Paz e dos eleitores. O novo governo, demonstrando hesitação, não o demitiu mas Costa Carvalho, detentor dos votos da oposição, pressionava o Rio de Janeiro. Justamente, naquela fase a Monarquia estava se transformando num Estado Policial voltado contra as perigosas revoluções que irrompiam nas Províncias. Não se demitindo, Rafael Tobias acabou demitido e substituído, a princípio pelo habilidoso Miguel de Souza Mello Alvim, enquanto passavam no Legislativo as “Leis do Cabresto”, mas, em janeiro de 1842, consolidadas aquelas, o foi por Costa Carvalho, seu arqui-inimigo.

A inconformação dos liberais moderados ante as perdas políticas inflingidas pelas “Leis do Cabresto” foi enorme. Eram consentâneos os sentimentos de orgulho ferido da parte do chefe do partido em ser substituído por um “arribado” e inimigo pessoal, também rejeitado pelas três poderosas famílias liberais, Paes de Barros, Souza Queiroz e Vergueiro, incluindo suas parentelas e clientelas. Prevaleceu o regionalismo exacerbado do Oeste e da Província, onde uma oligarquia de agrossenhores, antiga e respeitada pelos próprios critérios passou a execrar Costa Carvalho por traidor.

Ingredientes explosivos foram lançados à opinião pública pelo jornal criado na capital por Rafael Tobias, O Tibiriçá, onde Costa Carvalho era satirizado como “barão da Ribeira”, com o intuito de atingir-lhe as origens modestas de filho de artesão e Mestre Carpinteiro, do bairro da Ribeira das Naus em São Salvador³³. Personalidade polêmica, Costa Carvalho, Barão de Monte Alegre, representava no momento, o avanço das antigas oposições, em fase de unificação política por influxo do regressismo, devendo tornar-se o

organizador, em São Paulo, do forte partido Conservador. Encarnava a oposição à oligarquia chimanga, esta, em processo de desgaste, após longa dominação regional, mas disposta a assumir as últimas conseqüências na defesa dos seus interesses e do seu projeto de dominação política consubstanciados na “meia reforma” obtida durante a fase regencial.

7. A Guerra do Açúcar ou Revolução Liberal de 1842

O Manifesto de Rafael Tobias de Aguiar constitui-se num registro notável das formulações políticas e ideológicas da década dos anos quarenta do século XIX na Província de São Paulo, em razão de ser representativo do liberalismo conceitual chimango e de justificar a revolução por coadjuvação da “Filosofia das Luzes”³⁴. Deve ser reconhecido como um repertório de interesses e racionalizações dos aristocratas da terra, quase o inventário de uma era, após meio século de cultura do açúcar e hegemonia dos agrossenhores do Oeste Paulista, manifesta provincialmente pelo grupo manobrista de Itu (e suas vilas coligadas) e dotada de projeção nacional através das suas principais lideranças na Assembléia Geral e no Senado. Preenche as qualificações, até o momento em que os liberais moderados se viram sujeitos ao “garroteamento de morte” (1841), ao “abalo” de 1842 que perdurou até a anistia (1843), já, em fase de desorganização da produção da sua agroindústria sucroexportadora – os anos pré e pós revolucionários. Então, se viram lançados à opção decisiva na lavoura, vivenciando a fase tensionante que precedeu à grande virada para a cafeicultura na economia paulista mesmo nas áreas da depressão periférica, a de resistência do açúcar.

Tratava-se de lideranças que haviam emergido do localismo colonial e adquirido significado regional por ocasião da Independência, que vivenciaram a organização nacional, a Abdicação e a Regência, chegando a última etapa das suas carreiras políticas em crepúsculo.

culo sombrio, com perda das posições que desfrutaram nos tempos regenciais, agravada por humilhações, exílios, prisões e seqüestro dos bens. Considerando-se o quanto o revanchismo e a fase punitiva que seguiram à repressão do movimento abalaram o moral do grupo, a defesa apaixonada de Rafael Tobias de Aguiar por sua honra e dignidade ofendidas, reforça as postulações básicas do liberalismo adotado, a partir do direito de propriedade, do pacto social e do direito de resistência ao governo, liberalismo que se apresenta como um paradigma de dominação social do grupo moderado, intrinsecamente associado ao projeto reformista que se logrou obter durante a Regência (o Código do Processo Criminal e a Carta emendada pelo Ato Adicional), indispensável para consolidar-lhe as relações de poder em níveis local, regional e nacional.

- **Teria ocorrido uma revolução de verdade?** - perguntavam os inquisidores da época. Havendo obtido do líder chimango um **“Não!”** - por resposta, seqüenciaram-lhe as justificativas. **Apenas um movimento, posto que irregular, porém justo e legal em sua natureza**, onde ele (Rafael Tobias), monarquista constitucional via-se transformado em réu por ação da vingança dos poderosos inimigos contraídos no passado. Forante a amargura de quem se julgava injustiçado e perseguido, o acusado não revelava arrependimento quanto às responsabilidades e desempenho no **“movimento”**. A bem da verdade, tinha a lamentar um único erro, o de não ter agido como exigiram as circunstâncias. **“Mea culpa”**-, em haver deixado passar a melhor oportunidade de sucesso do movimento por excesso de prudência, por não desejar abalar a ordem e a monarquia, por não querer derramar **“sangue parente”**. **Arrependimento... nenhum!** Ao demonstrar que o seu envolvimento era fruto de decisão amadurecida, frente à situação e do convencimento da justeza da resistência armada, expressa-se: **“Resolvi-me depois de maduramente refletir”**³⁵.

A defesa do réu, propriamente dita, teve por base as lições assimiladas na Academia de São Francisco, sobressaindo o jus naturalismo sacramentado nas razões e nos direitos, pelos quais o Homem é apresentado como um ser dotado de **“uma natureza moral”**

de que resultam a **espontaneidade** (entendida como **liberdade de ação** num dado contexto) e a **experiência** que o individualizam, havendo por ser portador de direitos e deveres que precedem aos governos organizados, que só foram inventados para assegurar-lhe o gozo. Essa natureza moral do homem “não se modifica no estado social com a criação do governo”, lembrando-se que a forma de governo escolhida para o Brasil fora a monarquia constitucional, justamente “**por casar mais facilmente a liberdade com a ordem**”. Ao entregar-se ao juízo da Nação, no último parágrafo do Manifesto, Rafael Tobias reforçava os argumentos quanto ao **direito de resistência, naturalmente legítimo**, configurado na Teoria Pactual de Locke nos casos em que ocorresse por parte do governo a violação do **Pacto Social**. O preceito se aplicava à situação do país, quando da anulação das reformas liberais (a Carta emendada pelo Ato Adicional e o Código do Processo Criminal)³⁶ “(...) **Eu cria, e ainda creio, que casos há em que é não só permitido aos cidadãos, como até ordenado, a resistência à autoridade, (quando) a autoridade viola às escâncaras o pacto fundamental, e não há outro meio de a obrigar a respeitar a lei**”³⁷. Prosseguindo na fundamentação teórica do movimento de 1842, detém-se nos exemplos extraídos da História: “(...) **Esta doutrina é a da Inglaterra e da França livre, é da América () e trouxe à luz do dia em nosso continente uma nação nova, que ainda hoje pulsa de vida e grandeza, os Estados Unidos**”³⁸.

A teoria liberal vinha à tona, e, com ela, os pressupostos lockeanos de governo, sociedade, propriedade e direito de resistência, transparecendo nas idéias que fundamentavam os interesses dos agrossenhores, que teciam as racionalizações dos proprietários e das elites do Oeste Paulista. Reconhecendo a importância da Revolução Francesa, **via com cautela chimanga a liberal democracia e a social democracia**, mas rejeitava o caos, a anarquia e a revolução desorganizadora da produção e da sociedade. O principal intento chimango, durante a Regência, foi buscar o progresso dentro da ordem, contentando-se com a “meia reforma”, desde que não faltasse ao seu projeto (elitista e autoritário) o reconhecimento do valor atribuído ao Saber, entendido como condição de progresso material. In-

telectuais sempre haverão de compor grupos particulares de status no interior das oligarquias paulistas. Mas era no tocante às relações de poder que a teoria de Locke, defendida por Rafael Tobias, caía como uma luva à essa sociedade de proprietários rurais cientes das suas necessidades e importância.

A **Propriedade** parece ser questão-chave. Se o Estado não confere a propriedade (embora no caso brasileiro pudesse fazê-lo), cabe-lhe reconhecê-la e protegê-la. A questão se amplia quanto às fronteiras abertas no Oeste Paulista, onde havendo grande disponibilidade de terras agricultáveis predisponha-se ao desdobramento das famílias e seus capitais em novas frentes pioneiras de lavoura. A justificação da propriedade e da expansão das novas propriedades à luz da teoria liberal embute outras questões sérias relativas à atividade produtiva na qual a força de trabalho era desempenhada por seres inferiores e escravos, ao produto final exportável, aos preços do mercado e ao Tratado Comercial de 1827, prestes a ser renovado por pressão inglesa. Neste particular, os agrossenhores do Oeste Paulista sentiam-se bastante reforçados em Adam Smith e se responsabilizavam pela riqueza da nação³⁹. Os seus interesses privados coincidiam no geral, ajustados ao progresso da nação, com aqueles partilhados pelos seus iguais, em detrimento dos desiguais. Uma vez obtidas as instituições mantenedoras dos seus interesses, revelavam-se dispostos a sustentar as relações de poder estabelecidas (Ato Adicional e Código do Pcesso). Mas, se aquelas eram violadas invocavam o direito legítimo de insurreição.

“Como pois será crime em mim, o que era glória nos outros?” pergunta Rafael Tobias no Manifesto.

A continuar a argumentação silogística do advogado em favor do réu da revolução, uma mesma verdade não podia ter colocações contraditórias, a justiça não podia estar com o erro nem a razão com os adversários (da verdade). Se não havia erro, não havia o crime imputado ao réu (político da revolução). Reassumindo a interlocução.

“Mas demos que me enganasse, do erro ao crime é grande a distância, a consciência errônea sempre merece atenção; é sempre consciência”⁴⁰.

O que o hábil advogado queria fazer sentir junto ao poder (o Imperador) é que variando os níveis de apreensão da realidade de acordo com os graus de consciência, individual e coletiva, a consciência chimanga não falseava nos pressupostos liberais que assumira na revolução. Portanto, estava isenta de culpa. Era a única saída para a situação revolucionária desencadeada pela oligarquia dos agrosenhores do Oeste Paulista, em circunstâncias tais que **dispensara o concurso do povo**, sendo-lhe interdito o recurso abominável do advogado dos réus da Revolução de 1817, Aragão e Vasconcelos. Este proferira o célebre aforisma: **“O povo não sabe lógica”** conquanto numa revolução todos agem como se estivessem em estado natural, portanto isentos de culpa. Em São Paulo, **Rafael Tobias assumia conscientemente as suas responsabilidades liberais, o erro e o crime não estavam com ele**, mas como não havia certeza da absolvição do réu, sempre apelava-se para paternal bondade do Imperador: **“(conquanto) eu não me possa ser criminoso, tendo obrado de boa fé”**⁴¹. Justificava-se pela fé chimanga.

Semelhante foi a defesa do segundo maior réu da revolução, e único condenado pelo Senado, o Pe. Feijó. Falando em defesa própria, perante os seus pares, tentou convencer que não houve uma revolução em São Paulo, apenas uma sedição, que não fora o cabeça, que não tinha culpa, embora houvesse assumido o exercício da Vice-Presidência do movimento. Mas como Rafael Tobias, assumia as responsabilidades da participação e da adesão consciente, alegando os seus compromissos teóricos com a “liberdade bem entendida” e com doutrina de Locke, a idéia central do Pacto e o direito de resistência. **“(...) se uma nação é tal que vê submissa a violação de suas instituições é ela indigna de ser nação livre (...) que não é só direito, mas sim dever de todos que prezam os foros e dignidade de cidadãos livres opor-se às infrações da constituição de seu país, por todos os meios que lhe facultam a constituição e as leis, como também, faltando estes, por todos os outros que lhe restem”**⁴². Prevalencia a fé chimanga.

Excetuando-se as defesas de Rafael Tobias de Aguiar e do Pe. Diogo Antônio Feijó, as dos outros réus, que foram mantidos em

cárceres paulistas, consta dos autos dos processos da Relação de São Paulo. Via de regra, baseiam-se em três argumentos, a coação popular exercida sobre os camaristas, as atitudes coatoras de alguns sobre as autoridades e o entusiasmo popular que inviabilizavam qualquer resistência, arrastando para uma ação coletiva. Referem-se à participação do povo instigando, coagindo, quebrando as resistências das elites **“(...) impossível era que qualquer autoridade resistir pudesse ao ímpeto da multidão, da massa”⁴³**.

Pela primeira vez eram citados o povo, a multidão, a massa (sic). Pretextava-se submeter à Justiça a mesma argumentação do advogado da revolução pernambucana de 1817, Aragão e Vasconcelos: **“se o povo não sabe lógica, havendo uma revolução (ação coletiva), age como se estivesse em estado de natureza, portanto não tem culpa”**. O recurso mais contraditório que se ouviu na defesa da maioria dos réus da revolução liberal de 1842, após admitir-se a culpa de poucos, foi lançar a responsabilidade da mesma sobre o Povo num movimento em que este ficou de fora. Parecia esquecido que na Coluna Libertadora e em Venda Grande, os agrosenhores conduziram outros afins, guardas nacionais, camaristas, juizes de paz, embora não houvesse mais que 2000 indivíduos em operação, talvez menos de 2% da população da Província⁴⁴.

A percepção da realidade era pouco interpretativa naquela fase, não fazia sentir que as oligarquias do Oeste Paulista provinham de uma civilização agrária sucroexportadora, que esgotara os seus limites de sobrevivência política no “mortal garrote” imposto pela oposição aos chimangos; ou que jamais compuseram um governo revolucionário de colegiado, onde outras forças se representassem, inclusive as camadas populares (embora reconhecendo que estas eram sujeitas ao manobrismo das elites), numa tentativa de ajustamento das relações de poder aos níveis da sociedade que representavam. Fracassou-lhes o projeto. Aliviada nos tribunais a intenção culposa dos réus políticos por remeter-se a maior parcela da responsabilidade ao 3º Estado, que assim passava a principal agente revolucionário, a estratégia da defesa aplicava, em seguida, o argumento em favor do bom caráter pessoal do acusado, mediante a apresentação de certi-

ficados expedidos por amigos influentes ou aparentados no partido adversário. Salvava-se uma situação em que a lealdade ao Imperador e a fidelidade ao regime jamais foram postas em dúvida, coadunando-se com o seu perfil aristocrático⁴⁵.

No documento da Anistia (Dec. 14/03/1844), a paternal graça de S. Majestade relegava ao perpétuo silêncio os processos-crime. Na exposição de motivos a intenção era de apaziguar os ânimos, embora a revolução fosse enquadrada na categoria de crime político, a sua natureza pôde ser amenizada em virtude da intenção original – os chimangos paulistas eram monarquistas –, e do erro subsequente⁴⁶. Re-colocava a proposta do pacto social junto aos derrotados chimangos, sob as benesses do Imperador que lhes oferecia anistia, enquanto consolidava a posição dos conservadores no cenário político nacional.

Neste estado de espírito, D. Pedro II empreendeu a visita ao Oeste Paulista, em 1846. Orgulhos feridos pareceram ceder aos efeitos emolientes da heráldica magistratura que partilhava a mais farta concessão de honrarias e comendas, que jamais se viu, aos representantes do poder local. Refreava-se a intenção revolucionária latente, em termos de revolta e paixão. Minimizavam-se os seus efeitos dolosos, predispondo-se ao perdão e à graça de S. Majestade. O culto e simpático Imperador se dispunha a oferecer acordos pessoais de amizade aos apossenhados, como ocorreu com os poderosos Paes de Barros, possibilitando-se o desejado isolamento dos Concelhos Municipais e o subsequente esvaziamento do prestígio de vários chefes chimangos radicais, como o Pe. Feijó. Não obstante, certa reabilitação de fachada aos antigos liberais mais sensíveis ao poder apenas postergou a maturidade liberal do Oeste Paulista para a década dos anos setenta do século XIX. A memória de Venda Grande e os ressentimentos guardados, sempre presentes, se farão manifestos quando os descendentes dos velhos chimangos receberem o apelo republicano, entre 1870 e 1873. O exemplo foi dado pelo jovem estudante de Medicina, Cesário Motta, neto do chefe chimango Cândido José da Motta, o seu Candinho da Botica, que compareceu, ao lado do pai, à Convenção Republicana de Itu (1873), perfilando-se entre os republicanos históricos.

Notas

- 1 Observamos que os mais votados formam: Dr. Vergueiro, Rafael Tobias de Aguiar, o grande tropeiro, Pe. Diogo Antônio Feijó, Francisco de Paula Souza, Antônio Paes de Barros e Ten. Cel. José de Almeida Leme, este, empresário de tropas e minerador em Apiaí. Tratava-se de proprietários de terras e senhores de escravos, inclusive Pe. Feijó. Todos eram respeitáveis a grossenhores.
- 2 "(...) As Vilas do Vale do Paraíba aderiram também a essa confederação, sendo a primeira Guaratinguetá". Estas adesões representavam a força do andradismo no Vale. Cf. Augustin Wernet. O Processo da Independência em São Paulo. In Carlos G. Mota. 1822. Dimensões, op.cit., p.352.
Sobre a Coligação das Vilas confira-se: José Aleixo Irmão. Rafael Tobias de Aguiar o Homem, o Político. Sorocaba, FUA, 1992, p.43-49, 102-103. Francisco Nardy Fo. A Cidade de Itu. ed. Salesianas, 1923, vol. I p.102.
- 3 Na frase de José Bonifácio, os separatistas dividiam-se em quatro categorias: os absolutistas ou corcundas, os republicanos ou insensatos, os federalistas ou "bispos sem Papa", porque desejavam que cada província se comportasse como uma nação à parte, e os monárquico-constitucionais, defensores de uma "liberdade bem entendida". Já, os "pés de chumbo" eram anti-separatistas. Cf. Fala da Sessão de 15/07/1823, pouco antes da destituição do Ministro. In José Aleixo Irmão, op. cit., p. 124.
- 4 REPRESENTAÇÃO AO IMPERADOR, redigida em Piracicaba, em 1823, no refúgio concedido por Vergueiro no Engenho Monte Alegre. Cf. Eugênio Egas. Diogo Feijó (Estudo). São Paulo, Typ. Levi, 1912, p.36/40.
- 5 "As Reflexões" ou análise apresentadas pela Câmara Municipal de Itu ao Projeto Constitucional do Imperador foram ato de obediência ao Decreto de 13/11/1823, em que S. Majestade manifestava o desejo de conhecer a opinião dos seus súditos. Entre 18 e 30 de fevereiro, a Câmara delegou poderes a uma Comissão nomeada entre a "Inteligência" da terra para estudar o projeto e apresentar sugestões. Era constituída de dez nomes, os mais expressivos, embora Paula Souza se abstinhasse de participar. Quem defende a influência inegável de Vergueiro, só poderá percebê-la através de Feijó a quem se atribui a maior soma da responsabilidade sobre as idéias expostas. Porém, havia a considerar a presença de dois sacerdotes bacharéis coimbrãos, Pe. José Galvão de Barros França e Pe. Francisco Leite Ribeiro, além dos dois letrados da terra, Pe. Diogo Antônio Feijó e Pe. João Paulo Xavier, este muito conhecido pela sua humanidade e posturas camaristas em favor dos escravos. Os leigos, excetuando Cândido

José da Motta, o boticário camarista, eram agrossenhores de prestígio, Fernando Dias Paes Leme, Antônio Pacheco da Fonseca, João de Almeida Prado e José Rodrigues do Amaral Mello. Cf. Francisco Nardy Fo., *A Cidade de Itu*, 2º vol., p.119.

6 Foi muito curiosa a resposta da Câmara Ituana ao ofício da Câmara do Rio de Janeiro, num momento em que esta alegava a necessidade de se jurar o projeto constitucional do Imperador sem grandes análises, a exemplo do que faziam todas as congêneres do país, tal a pressa que assaltava os liberais na demanda do Pacto Social. A resposta foi das mais interessantes, uma vez que os ituanos discordavam da tal “pressa”, em razão da necessidade de se analisar o projeto, postergando-se um juramento que só viria como resultados de algumas indispensáveis alterações no original proposto. A prevalente idéia lockeana do Pacto, só se legitimaria no atendimento à dinâmica da própria sociedade, razão pela qual antecipar o juramento do povo seria o mesmo que coartá-lo em seus sagrados direitos, particularmente, em sua “honra de livre cidadania”. Cf. Francisco Nardy Fo. *Idem.*, p. 150-165. A pressa que lhes parecia inconstitucional era ardilosamente desmontada nas análises do Título IV - Do Poder Legislativo e do Título V - Do Imperador. Cf. Francisco Nardy Fo., *Idem.*, p.114-117.

7 Título VII , Capítulo II do Projeto Constitucional. *Idem.*, p.118.

8 Cf Augustin Wernet. *Sociedades Políticas (1831-1832)*. S. Paulo, CULTRIX, 1978, p. 105/106.

9 Em virtude desse aludido manobrismo receberam a crítica dos exaltados do Rio de Janeiro e de São Paulo, que se considerando progressistas e reformistas, acusavam-nos de falsos aristocratas, anglo-maniacos e retrógrados. “(...) Os liberais moderados paulistas eram tratados na imprensa de oposição do Rio de Janeiro por “representantes da maldita e reles aristocracia brasileira”, representantes da “baixa oligarquia oclocrática que quer grimpar na Província de São Paulo e em todo o Império”. É o que se observa nos excertos de *ã Nova Luz Brasileira*, nº 147, do Rio de Janeiro. Cf. Augustin Wernet, *op.cit.*, p.56.

No Rio de Janeiro, tiveram contra si as várias tendências exaltadas; em São Paulo, o federalismo monárquico republicano, que repeliam com base na argumentação de que a imaturidade do país impedia que se tocasse na Carta Outorgada. “(...) O Brasil ainda não está em circunstâncias de ser república. Isso seria querer que não haja mais lei nem governo. A Constituição que nos rege, reformados alguns artigos, ainda é hoje a tábua da nossa salvação. Cidadãos estrangeiros. Descansai no recinto de vossas casas. Continuai vosso comércio, continuai respeitando as leis, e, contai seguras as vossas vidas e vossas propriedades. A lei vos protege, O Paulista vos defende. Os paulistas são amigos de todo o mundo, menos

- dos inimigos da liberdade e da ordem.” O Paulista era redigido por Antônio Mariano de Azevedo Marques, membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Defensora e o texto que transcrevemos consta do nº 1, editado em 26/09/1831. Cf. Augustin Wernet, op. cit. p.66.
- 10 Cf. Augustin Wernet, op. cit. , p. 117/118.
- 11 O “Novo Farol Paulistano” reportou-se à mudança de comportamento político dos chimangos paulistas em favor das reformas constitucionais. Quando no período turbulento dos motins no Rio de Janeiro em que “(...) a ordem se via por todos os lados ameaçada (...) era mister ligar a idéia de ordem com a de melhoramento. O pensamento foi melhorar pela ordem, ordenar pelo melhoramento. Quem realizou esse pensamento? Foi o partido moderado”. A seguir, remontando ao momento da adesão ao projeto reformista: “(...) A anarquia tinha desaparecido com o exército, com a criação da Guarda Nacional (...) Restava a reforma”. Cf. Augustin Wernet, op. cit., p.69.
- 12 O Grande Oriente Brasileiro, fechado em 1822, teve continuação através de duas Obediências distintas, criadas no Rio de Janeiro, o Grande Oriente Brasileiro ou Grande Oriente do Passeio, fundado em 1830 e instalado em 1831, havendo por Grão-Mestre e fundador a Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e o Grande Oriente do Brasil, que foi fundado pouco depois, sob a égide do andradismo, havendo por Grão-Mestre a José Bonifácio de Andrada e Silva. Ambas as Obediências se consideravam legítimas sucessoras do Grande Oriente Brasileiro e competiam entre si. Na Província de São Paulo, o Grande Oriente Brasileiro antecipou-se na obra de instalação das Lojas. A primeira do interior foi a “Inteligência” de Porto Feliz e na capital a “Amizade”, ambas de 1832. Nesta, o Pe. Feijó teve a sua iniciação maçônica. Foi a Loja que reuniu a “Inteligência” da época, modelar às que lhe sucederam em Bragança, São Carlos, Itu, Santos e capital. O Grande Oriente do Brasil instalou preferentemente, as suas Lojas no Vale do Paraíba e no litoral. O grupo maçônico do Grande Oriente Brasileiro ou do Passeio era dotado de grande coesão e forte representação parlamentar, contando com a Imprensa doutrinadora de Evaristo da Veiga e as lideranças regionais projetadas nacionalmente, na Assembléia Geral do Rio de Janeiro, Vergueiro, Pe.Fejó, Paula Souza; na capital da Província, o chefe do partido era Rafael Tobias de Aguiar. Cf. José Castellani. História do Grande Oriente de São Paulo. Brasília, Grande Oriente do Brasil, 1994, p. 17-39.
- 13 Durante a Regência Trina Permanente (1831/34), Pe.Fejó, como Ministro da Justiça, por treze meses enfrentou os grupos de liberais exaltados e os restauradores, nas ondas de motins de 1831 e 1832, no Rio de Janeiro e nas províncias. O debate encamiçado com as oposições reforçou-lhe o prestígio político, embora a demanda contra os Andradas pela destituição

do tutor, viesse a custar-lhe o cargo. Todavia, selou o destino de José Bonifácio. O desdém de Martim Francisco Ribeiro de Andrade, representante dos “bem nascidos”, da elite enobrecida na ilustração europeia e detentora de antigos méritos, contra os manobristas caipiras do Oeste e seus aliados na Assembléia Geral, transparecia na oratória fugitante contra Feijó: “(...) paus de laranjeira de ontem, transformados em aristocratas de pata grossa, e alguns de unha afiada”. Cf. Novelli Jr. Feijó, um Paulista Velho. Rio de Janeiro, ed.GRD, 1963, p.155.

- 14 Esses 230 votos eram justamente daqueles que deviam formar, em São Paulo, o partido Conservador. Cf. Alfredo Ellis Júnior. Feijó e a Primeira Metade do Século XIX. 2a ed. São Paulo, ed.Nacional, 1980, p.207.
- 15 A Academia de Direito seria o “celeiro da Maçonaria Paulista”, de onde os bacharéis saídos dos círculos locais e provinciais se projetavam regional e nacionalmente. Para os moderados, prestou-se à resistência contra a reação monárquica conservadora que acentuando-se, desde 1837, desembocou na “malograda revolta liberal de 1842”. Cf. José Castellani, op.cit., p.20.
- 16 O Ato Adicional, longe de solucionar, acarretou os mais graves problemas, acentuando o hibridismo da Carta ao manter uma descentralização parcial no plano das províncias e chocar-se com o centrismo dos Poderes e próprio municipalismo judiciário contido no Código do Processo Criminal. Acentuada a instabilidade política do país, as oposições generalizadas apontavam contra os chimangos e a sua principal liderança, Pe.Feijó. Cf. João Camilo de Oliveira Torres. A Democracia Coroada. Teoria Política do Império do Brasil. Petrópolis, Ed.Vozes, 1964, p. 440-444. Feijó era acusado de “anglo-maníaco”, golpista – como Ministro da Justiça – e de refratário ao jogo parlamentar, como Regente.
- 17 Sob a Regência Una de Feijó instalou-se séria competição entre liberais moderados maçônicos, em favor do governo parlamentar. O líder do “regressismo”, Bernardo de Vasconcelos, e seu continuador Honório Hermeto Carneiro Leão, asseguraram o poder aos conservadores, durante a Regência de Araújo Lima. A Revolução Parlamentar de junho de 1840, viabilizou-se por momentâneo congraçamento entre as alas políticas representadas no Grande Oriente Brasileiro e Grande Oriente do Brasil, união tênue que logo se desfez. Em 1841, época turbulenta das contra-reformas conservadoras, às quais se prende a Revolução Liberal de 1842 (Chimangos), era Grão-Mestre no Grande Oriente do Brasil, Francisco de Paula Holanda Cavalcanti, sendo segundo Grão-Mestre Clemente Pereira. O partido “holandês” de oposição ao Pe.Feijó tinha as suas bases no Grande Oriente do Brasil, de onde partiam os confrontos entre moderados e conservadores nos anos de embates compreendidos em 1835-1850. Cf. José Castellani, op. cit., p.37.

- 18 João Camilo de Oliveira Torres, op. cit., p. 235.
- 19 Leis da “reforma”, Leis “opressoras” ou Leis do “Cabresto”. A Lei de 23/11/1841, resgatava o Conselho de Estado, composto por doze membros com funções vitalícias, além de poderem participar os ministros de Estado, significando um reingresso na detestada política dos bastidores. A Lei de 03/12/1841 liquidava com o pretendido municipalismo judiciário, sob pretexto de que este estimulava os despotismos locais a se eternizarem no poder, graças a disposição de uma polícia civil e uma magistratura de encomenda; a médio e longo prazo, liquidava as pretensões dos moderados, via eleitoral, uma vez que as magistraturas eletivas de decisiva participação nesse processo, o Juiz de Paz e o Juiz Municipal tinham as suas funções esvaziadas para o Delegado e o Sub-delegado, nomeados do centro e em dependência com o Chefe de Polícia. Cf. Aluísio de Almeida. *A Revolução Liberal de 1842*. R.J. ed. José Olympio, p.39.
- 20 Em março de 1842, a voz de Martim Francisco Ribeiro de Andrada se fez ouvir na Assembléia Legislativa de São Paulo, ao proferir exaltada condenação às medidas do “regresso”: “(...) as duas alcunhadas Leis das reformas do Código do Processo e do Conselho de Estado, que deram o garrote de morte à Constituição do Império, à Monarquia, e às liberdades públicas, e ameaçavam submergir o Brasil em abismo insondável de desgraças”. Cf. José Aleixo Irmão. *Rafael Tobias de Aguiar, o Homem, o Político*. Sorocaba, FUA, 1992, p.291.
- 21 Cf. *O Independente*, nº 64, ed. de 14/03/1832. In Augustin Wernet, op. cit., p.67.
- 22 Aluísio de Almeida. *A Revolução Liberal de 1842* op. cit., p.111.
- 23 In Aluísio de Almeida. *O Apaixonado Manifesto de Rafael Tobias*. RAM XXXVI (CLXXXV), 1973. p.142.
- 24 O Comando Geral coube ao a Major Francisco Galvão de Barros França, militar ituano egresso das guerras do Prata; os sub-comandos eram repartidos entre os chefes dos grupos locais que foram se agregando ao corpo principal do exército revolucionário, segundo as localidades de origem, dentro do espírito de cavalaria, tropeirístico e romântico. Trezentos homens vinham de Itapetininga, ao comando do Ten. Cel. Paulino Aguirre, tio de Rafael Tobias; duzentos ituanos seguiam ao Cel. Galvão. Os sorocabanos seguiam ao Ten. Cel. José Joaquim de Lacerda, Presidente da Câmara Municipal, enquanto outros grupos menores eram saídos do Oeste. De Porto Feliz, eram comandados pelo Sargento-mor José Rodrigues Leite, o Zuza; de Piracicaba, pelo Ten. Afonso Agostinho Gentil; de Capivari, pelo Capitão Boaventura do Amaral. As Freguesias também participaram: Indaiatuba, Agua-Choca (Monte-mor) e Pirapora (Tietê).
- 25 “(...) caipiras habituados a comparecer às festas cívicas e religiosas da Guarda, com aviso dos oficiais, não discutiam a ordem, obedeciam sem

saber para quê”. Observamos que esse exército “brancallionne” dos agrossenhores tinha fraquíssimo poder de combate, mormente quando comparado aos periquitos de Caxias, armados e treinados à moderna “(...) armas para a infantaria e a cavalaria de todo calibre, antigas e modernas, espingardas, bacamartes, trabucos, garruchas, espadas, lanças, facões”. Cf. Aluísio de Almeida, op. cit., p.85/86.

- 26 Quando a “Coluna” chegou a São Paulo, em 34 de maio, após onze dias de marcha e composição, a ponte do rio Pinheiros se achava bloqueada pelo Marechal de Campo e Barão de Caxias, cujos “periquitos” do Batalhão nº 12 de Caçadores haviam subido a Serra do Mar em marcha forçada, paralisando-se a estratégia de tomada da capital e a deposição de Costa Carvalho. Os periquitos se achavam sob o comando do Ten. Cel. Vicente do Amorim Bezerra, reforçado pelos “legalistas” da cidade e pela cavalaria do Pe. Ramalho de Mogi-Mirim. Os chimangos do Oeste, achavam-se concentrados em Venda Grande, no antigo Engenho da Lagoa com a intenção de “libertar” Campinas, caída em poder dos “corcundas”, quando receberam o seu batismo de fogo, sujeitando-se ao mais penoso sacrifício com baixas, prisão, perseguição e humilhações. Cf. Aluísio de Almeida, op. cit., p.109 e seg. .
- 27 No último número de “O Paulista”, editado em Sorocaba: “(...) Paulistas! Chegou o momento de mostrardes se sois homens ou vis covardes! Ou se dirá – ainda há paulistas – ou os paulistas de hoje valem menos que as mulheres! Coragem paulistas! Mostrai-vos como livres e não como escravos!. Cf. Aluísio de Almeida. A Revolução Liberal de 1842, op.cit., p. 116/117.
- 28 A respeito da Revolução Liberal de 1842 em São Paulo, Cf. Aluísio de Almeida. A revolução Liberal de 1842. RJ. José Oympio, 1944 e História de Sorocaba. S.P., ed. Cupolo, 1969. /João Baptista de Moraes. Revolução de 1842 (Memória) RHIGSP, 1908, Vol. XII./ Jolumá Brito. Combate de Venda Grande. S.P. Separata da R.A.S.P. CXLV/ José Aleixo Irmão. Rafael Tobias de Aguiar o Homem, o Político. FUA, Sorocaba, 1992. Marly T. G. Perecin. Candeias em Espelho D’Água. S.P. Loyola, 1990. Nelson Camponez de Oliveira. Chimangos Piracicabanos de 1842. De Piracicaba para Piracicaba. Subsídios para a História da Cidade. Piracicaba, ed. Jornal de Piracicaba, 1961.
- 29 Liberdade de comércio (ou livre jogo das forças econômicas no mercado internacional), se tornaria o postulado básico do pensamento econômico a ser priorizado nas novas relações de poder que se definiram após as eleições de 1840, mas “a dissolução prévia da Câmara tendia também a evitar ao Governo as discussões sobre o melindroso assunto”. Aluísio de Almeida, op. cit. , p. 45.

O protesto anti-mercantilista dizia respeito aos privilégios alfandegários que a Inglaterra desfrutava no Brasil, desde D. João VI e que se pretendia prorrogar, como de fato ocorreu. Cf. Aluísio de Almeida. História de Sorocaba. Sorocaba. Ed. IHGGS, 1969, p.330.

- 30 O discurso, proferido em 02/02/1835, por ocasião da posse da primeira Assembléia Provincial de São Paulo sintetiza essa preocupação:“(…) porquanto sem meio fácil e barato de transporte (...) o agricultor (virá) a abandonar sua fábrica com perda de utensílios, deslocação de capitais (...) sempre em prejuízo da prosperidade pública”. Cf. José Aleixo Irmão, op.cit., p. 229/230.
- 31 José da Costa Carvalho era o polêmico Ouvidor baiano, cujo envolvimento pessoal por casamentos nos vínculos familiares de duas antigas genealogias paulistas, associado à mudança de comportamento político e de partido, tanto agitou os meios chimangos. O casamento mal sucedido com Da. Genebra Paes de Barros, viúva do Brigadeiro Luís Antônio e o distrato da sociedade do extinto com Vergueiro, rompia com o fabuloso espólio, desagradava aos herdeiros da família Souza Queiroz e ao próprio sócio. Por morte de Da. Genebra, Costa Carvalho herdou bens valiosos, entre eles, o Engenho Monte Alegre em Piracicaba, levando fortuna para o segundo casamento. Costa Carvalho, que já fora bernardista e depois, ultra-liberal, quando do primeiro casamento, aderiu ao liberalismo moderado do Oeste (grupo dos Paes de Barros) e ao círculo manobrista ituano, até que, rompido com este, avançou com as oposições, disputando a Regência Una com Feijó, prejudicando-lhe a eleição, momento em que rompeu com Rafael Tobias, chefe do Partido Liberal na Província. A derrota de Feijó em São Paulo por 230 votos manobrados por Costa Carvalho atingiu seriamente os liberais e foi o ponto de partida da dicotomização entre os chimangos e regressistas, movidos de mútuos ressentimentos e ódios pessoais. Tornou-se em 1842, o primeiro Presidente conservador da Província de São Paulo.
- 32 A aversão aos arribados, aos filhos de outras províncias era denunciada pela oposição. Cf. José Aleixo Irmão, op. cit., p.263.
- 33 Trata-se da Carta do Caboclo Tibiriçá ao Fidalgo da Ribeira, na edição de 04/05/1842. Noutra edição, em 21/04/ o jornal publicara os versinhos: “Os Paulistas São cativo,/ São cativo dos Bahiano,/ Que delles pode dispô? Como Sinhô Soberano” Cf. Geraldo Bonadio. Agonia do Projeto Liberal. O Jornal O Tibiriçá e a revolução de 1842, p. 03.
- 34 A defesa de Rafael Tobias de Aguiar, réu de crime político e tido por “cabeça da revolução de 1842”, objetivo do Manifesto, é produto acadêmico, da lavra do Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, bacharel do curso de Direito da Academia do Largo de São Francisco, homem de confiança e secretário particular, companheiro da prática revolucionária em 1842,

solidário no desastre, e, após a morte de Rafael Tobias, foi tornado o seu sucessor na chefia do partido na Província de São Paulo. O documento guarda a amostra do liberalismo acadêmico em sua fase inicial, quando se buscava a formação de uma elite intelectual nativa para compor os quadros burocráticos do país, para o gerenciamento dos negócios públicos e para embasar a nova classe dirigente, através dos profissionais da advocacia. Dadas as condições de origem e formação dos grupos dominantes, quase todo o bacharel, liberal desde o berço, constituía-se num representante da sociedade agrário-escravista. Sérgio Adorno (1988) em seu estudo sobre o singular bacharelismo de São Paulo, demonstra a poderosa influência do liberalismo aceito pelas elites, desde a Independência, transferido para o interior da Academia de São Francisco e com ele a tradição do jus-naturalismo prevalecente até o último quartel do século XIX. Evolui nesse contexto, mas sem deixar de assimilar as influências provenientes de outras fontes filosóficas européias, do direito eclesiástico e da doutrina do clero, virtualizando-se um ecletismo teórico-doutrinário que associava as contribuições de Locke, Rousseau, economistas clássicos, filósofos ecléticos (principalmente do primeiro), à afirmação dos sagrados direitos de ordem providencial, de formação cristã, como na tradição acadêmica de Coimbra, de que viria resultar um “tipo particular de bacharel”, novo sujeito intelectual interagente com a sociedade agro-exportadora. Cf. Sérgio Adorno. *Os Aprendizes do Poder. O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. R.J. Paz e Terra, 1988, p. 97.

- 35 In Aluísio de Almeida. *O Apaixonado Manifesto de Rafael Tobias*. RAM XXXVI (CLXXXV), Separata, 1973.
- 36 O conceito de poder antropológico de pacto social em Locke reconhece a inteligência superior do Homem ao formulá-lo, não abdica os seus direitos em favor do governo civil, ao contrário, reserva parte dos direitos que passam a ser reconhecidos pelo “contrato social”. Decorre que o governo civilmente constituído não pode violar o pacto contratualista, sob pena de a sociedade reassumir a sua soberania original, através da resistência e da força, reserva-lhe o direito de sublevação ou sedição, movimento ao qual Rafael Tobias emprestou um conteúdo de natureza moral. Trata-se da fundamentação teórica da “guerra do açúcar”.
- 37 Manifesto de Rafael Tobias de Aguiar. Cf. Aluísio de Almeida, op. cit. p.144.
- 38 *Ibidem*.
- 39 A propriedade era compreendida sob conceito antropológico individualista, em que o Homem vivendo em estado natural, segundo os caracteres biológicos comuns, apresenta uma igualdade que no estado coletivo se sujeita à caracterização discriminatória facultando destacar a singularidade dos iguais, mais bem sucedidos, resultando no estado de natureza numa

sociedade dividida, onde o grupo privilegiado dos “iguais” estabelece as relações de dominância. Cf. Maria Helena Capelato, *Oa Arautos do Liberalismo*. Imprensa Pauluista 1920-1945. p.23. Com relação ao uso da terra, desenvolve-se o direito de propriedade como naturalmente adquirido, uma vez que o homem, pondo-se na natureza (atividade produtiva) faz jus a recolher como seu e como recompensa o produto. Cf. Mosca, p.192. Como os estados de natureza se prolongam na sociedade civilmente constituída, nesta, o direito do homem pela propriedade passa a ser considerado natural. Outros direitos também são transferidos quando nasce a sociedade civil a partir do suposto pacto, sempre estabelecido em benefício dos iguais”. “(...) a teoria da igualdade contém os elementos que alicerçam a teoria da desigualdade (...) a afirmação da sociedade igualitária é imprescindível para fundamentar a sociedade desigual”. Resulta que não pode haver incoerência ou ambigüidade no fato de se desenvolver no Brasil um liberalismo de que é portadora uma sociedade escravista. O liberalismo consiste numa teoria de dominação social, portanto, discriminatório, autoritário, implacável para os que se acham fora do grupo dominante. Cf. Maria Helena Capelato, op. cit., p.74, nota 70.

40 Manifesto de Rafael Tobias de Aguiar. Cf. Aluísio de Almeida, op. cit. p.144.

41 *Ibidem*.

42 A defesa de Feijó perante o Senado em 12/01/1843. “Eu declaro ao Senado e à Nação...” Cf. Novelli Jr., op.cit, p.306. A legalidade ou a ausência de culpa se fundamentavam na base teórico-doutrinária do Liberalismo, nascido no século da Luzes.

43 Cf. Aluísio de Almeida, op. cit., p.200.

44 A sociedade presente na revolução é aquela dos senhores da terra, uma aristocracia constituída de famílias orgulhosas de suas genealogias (“os descendentes de Amador Bueno”, o Aclamado Rei dos Paulistas, a que se refere o Manifesto), politicamente antagonizada com Costa Carvalho e outros “arribados” que lhe disputavam o poder, adversa às oposições coligadas após o regressismo triunfante que lhe travou as chances mediante as “Leis do Cabresto” e o fechamento da Câmara, onde os moderados tinham a maioria garantida pelas “eleições do cacete”. Vinha armada com algumas idéias aceitas nas revoluções liberais, o pacto contratualista e o direito de resistência, de antiga tradição no ocidente, tinha as suas lideranças naturais em chefes oligarcas que vivenciaram a desintegração do sistema colonial português, a Independência e o período regencial. Entre os participantes havia representantes da antiga ilustração no exterior (Vergueiro, Pe. Galvão), letrados da terra (Pe.Feijó, Rafael Tobias) aos quais vieram juntar-se os bacharéis da Academia, a nova geração de polí-

- ticos liberais. Defesa das conquistas liberais moderadas sob a Regência e aversão aos baianos, são as expressões ideológicas recorrentes.
- 45 Serve de exemplo o tribunal do júri a que foi levado o ituano Manuel Martins de Mello, o Manequinho Arruda, que em razão de “haver sido levado pelos acontecimentos”, recebeu alvará de soltura, como tantos outros, antes da Anistia! Cf. Aluísio de Almeida, op. cit., p.200.
- 46 “(...) os motivos menos diretamente pessoais, as causas de alucinação mais fortes que as paixões menos impuras” Cf. Aluísio de Almeida, op. cit., p.257.

Observamos que a Bibliografia Geral estará acompanhando a segunda parte do trabalho no próximo número da Revista.

Piracicaba e seu Compromisso Histórico

*Myria Machado Botelho**

A Tradição

Piracicaba possui invejável tradição. Poucas cidades podem orgulhar-se de uma história tão rica e de um passado povoado de nomes ilustres que irradiaram talento, formação e cultura pelo país.

O município que ostentou um dos mais altos graus de cultura do Estado era materialmente pobre no primeiro terço do século XX. E nessa era de pobreza, havia aqui uma constante ebulição intelectual e artística que projetou grandes nomes como Sud Menucci para a liderança do professorado paulista e a elevação do ensino: Léo Vaz, para a literatura e o jornalismo; Tales Castanho de Andrade para a literatura infantil; Marcelino Ritter para a redação de um dos maiores jornais do mundo, “O Estado de São Paulo”; Lourenço Filho para as reformas do ensino em outros estados; Moacyr do Amaral Santos para o Supremo Tribunal Federal; Mario Neme para a direção do Museu Paulista e a Pesquisa Histórica; Salvador de Toledo Pizza para os congressos internacionais ligados à ciência; Fabiano Lozano para a música; Vizioli para a defesa dos canaviais. Era a Piracicaba

* Professora, escritora e membro do IHGP.

dos escritores, das musas e dos poetas, dos compositores e oradores, de Lagreca, de João Silveira Mello, de Pedro Krahebul, de Pedro Crem, Antônio Pinto, Osório de Souza, David Antunes, Erotides de Campos, Família Dutra e tantos outros.

Filhos da terra e adotivos, todos sentiam o ambiente, a alma da cidade, uma alma diferente que influenciava a sensibilidade e estimulava a pesquisa intelectual. Cultuava-se a beleza, a ciência e a arte, uma influência tão marcante que despertava no forasteiro o desejo de integração, ao ponto de transformar suas convicções.

O Progresso

Após essa efervescência cultural que durou longo tempo, surgiu a industrialização e, com ela, a riqueza. E, como toda cidade de porte médio para grande, vítima inclusive da má política de administradores medíocres, sobreveio aqui os problemas recorrentes como o crescimento desordenado, a deterioração do ensino, a marginalidade, a poluição e a violência, cão ponto do sacrifício da qualidade de vida da população.

Todas as cidades médias deveriam ter seus limites de expansão, respeitadas suas condições de infra-estrutura, de que o preço do desenvolvimento, relativo e questionável, não seja extremamente angustiante e não se repitam os erros cometidos pelas metrópoles. Em recente entrevista concedida ao "Estado", o arquiteto Jonas Rabinovitch, Coordenador de Desenvolvimento Urbano da Organização das Nações Unidas (ONU), e conhecido como reconstrutor de cidades arrasadas pelas guerras e catástrofes naturais, enfatiza que é preciso encontrar soluções e idéias que realmente podem representar algo para melhorar a vida das pessoas. O arquiteto trabalhou em Curitiba, de 1980 a 1992 ao lado do prefeito Jaime Lerner, e sabemos dos resultados urbanísticos logrados na capital do Paraná. Dali para a ONU foi um passo. Suas experiências em projetos de reconstrução de áreas faveladas de Bangladesh,

do Quênia, Mianmar, Maldivas, Timor Leste e Cabul, levaram-no a conclusões interessantes sobre as cidades. “Não adianta ter bilhões de dólares se não existem projetos técnicos competentes para usar o dinheiro. Nosso papel é ouvir os governos, ver as prioridades e organizar como o dinheiro é usado(...)”.

Pois bem, felizmente este não é o caso de Piracicaba, embora se deva pensar com seriedade nos valores de tradição, de cultura e de história que constituem seu arcabouço e suas raízes. A reconstrução neste setor também necessita de políticas públicas empenhadas numa obra conjuntural mais abrangente e unificada entre os municípios, em que as cidades trabalhem em cooperação. Exemplos? A criação de um maior número de bibliotecas, o intercâmbio cultural e educacional entre as escolas, uma troca maior de experiências no setor artístico e histórico. Falta aos administradores e políticos uma visão estratégica das cidades, uma combinação de compostos diferentes que tenha em vista, ao lado da solução de outros problemas como transporte e saneamento, incentivos financeiros maiores nas obras de descentralização, focando inclusive, com maior determinação a saúde e a educação, uma das formas mais eficazes de se combater a violência. É um trabalho meio invisível que pode não render votos, porém necessário a todo administrador que pretenda obter dividendos em seu trabalho e ser guinado à condição de bom estrategista e estadista.

Prudente de Moraes começou sua vida política aqui em Piracicaba, como vereador, sem recebe nenhum salário. E consta nos anais históricos que nunca a cidade esteve tão limpa e organizada.

O Compromisso

Temos conosco cidadãos competentes, bons empreendedores e ótimos especialistas. Está faltando, contudo, maior abrangência quanto às questões não somente pontuais, mas também aquelas que estão requerendo um enfoque mais idealista, amparados no precioso

legado que recebemos de toda essa plêiade ilustre que nos precedeu. Homens e mulheres que polemizaram e lutaram, atentos aos problemas de sua terra e a enobreceram com sua contribuição e seu trabalho digno.

Neste legado de valores que continuam vivos e sempre constituirão um patrimônio único e inestimável, descansam nossas esperanças. Patrimônio sobre o qual deveria ser lavrado o compromisso sagrado de respeito e continuidade!

Erudição, Gênio, Brilho e Audácia: Mário Neme

Samuel Pfromm Netto*

O principal significado da palavra erudição é grande saber, em extensão e em profundidade. Obtido graças a uma vida de estudos e de leituras, notadamente de textos históricos. “Scholar”, na língua inglesa. Erudito, Mário Neme impôs-se no mundo cultural do século passado como autêntico poço sem fundo do saber. Nas conferências, nas ações, nos escritos, doava a todos, generosamente, os frutos da sua inteligência e dos seus conhecimentos. Doava-os a quem quer que desejasse beber nas águas límpidas de sua cultura enciclopédica.

Mário Neme é meu patrono, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Escrevi sobre ele nos meus livros “Piracicaba de outros tempos” (2001) e “Pena, escudo e lança” (2003). Encantam-me e comovem-me as múltiplas facetas desse gigante piracicabano, que abriu os olhos para o mundo no nebuloso 1912 do Brasil “belle époque” sob o comando do Marechal Hermes da Fonseca, quando São Paulo começava a ser governado por Rodrigues Alves, presidente do nosso Estado pela terceira vez. Em 1912 Lázaro Lo-

* Professor da USP (aposentado), psicólogo, pedagogo e historiador, membro do IHGP e da Academia de História.

zано editou seu “Solfejo para as escolas”. O “Jornal de Piracicaba” tornou-se propriedade de João Franco, Pedro Krähenbühl e Manoel Prates. Um rapazote talentoso e de olhos sonhadores, chamado Eugênio Luiz Losso, partiu com seus 14 anos de idade para Nápoles, a fim de estudar pintura com grandes mestres italianos.

São precisas as informações sobre o nascimento do filho de um modesto casal, Abdo Neme e Missera Miguel Neme. Informações que corrigem os dados errados que se encontram no “Dicionário de autores paulistas” (1954) de Correia de Melo, no dicionário de Menezes (1978) e na enciclopédia de literatura brasileira de Coutinho e Galante de Souza (1990). Nasceu no dia 2 de maio de 1912, às 14 horas, na casa dos pais, à rua Alferes José Caetano, nº 112. Seu pai figura no livro de Salum (2003) sobre o centenário da Sociedade Beneficente Sírío Libanesa de Piracicaba, na relação “in memoriam” dos associados desta e como 1º secretário da diretoria do jubileu de prata (1927) da entidade.

A acidentada e surpreendente história escolar de Mário Neme começou no Grupo Escolar Moraes Barros, por volta de 1919-20. Não foi além do terceiro ano primário. Estudou, depois, no Ateneu Piracicabano. Na Escola de Comércio Moraes Barros. Na Escola de Comércio Cristóvão Colombo, dos professores Pedro Zanin e Adolpho de Carvalho. Por fim, na ESALQ, onde foi bedel. Sem concluir os cursos em nenhuma delas. Irrequieto, impaciente, abandonava-os, de modo geral, após o primeiro meio ano de estudos. Para ganhar a vida, passou a trabalhar como guarda-livros. Em 1931 submeteu-se a exames no Ginásio Municipal de Limeira, a fim de obter o título de guarda-livros prático. Foi aprovado. Mas deixou de retirar a certidão que o qualificava para esse mister... Desde esses tempos, enveredara pelos caminhos do jornalismo, começando em 1927 na “Gazeta de Piracicaba”, então de propriedade de um campineiro, Cristóvão Donatz (1891-1937). Sob o pseudônimo “Dr. Salim”, misturava política com patacoadas humorísticas, numa coluna que se intitulava “Piparotadas”. Correia de Melo (op. cit.) conta-nos que o Neme mocinho criou ou colaborou em vários periódicos de literatura e humorismo, que não foram além dos primeiros números.

A efervescência política dos anos trinta abriu-lhe as portas para trabalhar como redator. Um diário piracicabano fundado por Fernando Aloisi, "O Momento", convidou-o para ser seu redator e depois, secretário. Surgido em fins de 1930, o jornal apresentava-se como "diário independente", mas na verdade era órgão do Partido Democrático em Piracicaba – um partido surgido em 1926 na residência do Conselheiro Antônio da Silva Prado em São Paulo, em reunião de que participaram os piracicabanos Francisco Antônio de Almeida Morato, Paulo de Moraes Barros, Prudente de Moraes Neto. Estavam associados ao novo jornal Jacó Diehl Netto e Moacir Amaral dos Santos. "O Momento", segundo Alvim (1998), era um diário "antigetulista, violento, combativo, cruel". Dois anos após o seu lançamento, foi fechado, por razões políticas.

Inquieto, sem perspectivas animadoras naquela Piracicaba pacata (e reprimida) dos tempos do getulismo, Mário Neme percebeu que seu futuro estava no jornalismo da Paulicéia. Conterrâneos seus, como Sud Mennucci, Breno e Pedro Ferraz do Amaral, Leo Vaz (de Capivari, mas formado na Escola Complementar piracicabana) e Marcelino Ritter tinham já ganho na capital do Estado a fama de "grupo intelectual da Noiva da Colina", turma aguerrida e criativa de jornalistas que faziam parte das redações dos principais diários – "O Estado de S. Paulo", "Correio Paulistano", "Folha da Noite", "Correio de S. Paulo", "Diário Nacional" e outros. É bem possível que se deva à ajuda de um desses conterrâneos (ou a vários deles) a oportunidade que o moço de dezoito anos buscava na imprensa paulistana. Mudou-se para a capital em 1936 e passou a trabalhar na redação do "Correio de S. Paulo". Os caraminguás ganhos na imprensa, entretanto, eram insuficientes para mantê-lo. Virou, mexeu, até que conseguiu uma nomeação para o cargo de escriturário na Câmara Municipal. Em meio à confusão do golpe de Estado de Getúlio em 1937, o escriturário descobriu uma brecha na Divisão de Documentação Histórica e Social da Prefeitura. Contando já com amigos nas rodas da cultura e da política bandeirantes, obteve requisição para passar a trabalhar na Divisão de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura da Prefeitura.

A capital que acolheu Mário Neme transformava-se. O majestoso Edifício Martinelli (1922-29), o Mercado Central (1933), inauguração da USP (1935), abertura inicial do túnel Nove de Julho, Estádio do Pacaembu (1935-38), novo viaduto do Chá (1936), expansão urbana e industrial significativa, expansão dos negócios, profissionalização do futebol, comércio próspero, bairros elegantes... No centro da cidade, nas palavras de Caldas (1995), “convergiam pessoas de todas as partes e níveis socioeconômicos. Era o local da cidade em que tudo acontecia. Cruzavam-se pelas ruas do centro engraxates, executivos, camelôs, donas-de-casa, boêmios, bancários, desempregados, ateus, religiosos, compradores, vendedores, funcionários públicos, estudantes, burocratas... No centro acontecia, diariamente, o barulho, a agitação de uma grande metrópole que estava surgindo” (p. 103). Cita Frederico Branco, que em 1993 assim caracterizou o centro paulistano de então: “... O antigo núcleo central se desenvolvera em torno do triângulo – ruas Direita, São Bento e 15 de Novembro... Concentrava administração, finanças, economia, comércio, repartições públicas federais, estaduais e municipais, ensino, bancos, cartórios, negócios de café, as principais igrejas, os melhores restaurantes, cinemas e teatro. Tudo ou quase tudo ficava como o grande eixo de São Paulo” (p. 104). Tudo ou quase tudo, inclusive as redações e oficinas de jornais.

Na capital, Mário tornou-se amigo de outro Mário, o de “Macunaíma” e da Semana de Arte Moderna, integrando-se no movimento modernista liderado por este. Encarregaram-no de conduzir os rumos da “Revista do Arquivo Municipal” paulistano, onde publicou, de 1938 (vol. 45) a 1940 (vol. 66), uma série de estudos sobre o passado de Piracicaba, fruto das laboriosas pesquisas que levou a cabo em arquivos oficiais e baseado em fontes respeitáveis, como a publicação “Documentos interessantes” e as contribuições de Joaquim Silveira Mello, Djalma Forjaz, Prudente de Moraes Barros e outros. Esboçava-se, assim, sua “História da Fundação de Piracicaba”, obra-prima que saiu do prelo de João Mendes Fonseca em 1943 e foi sabiamente revista e reeditada pelo IHGP em 1974. Da revisão incumbiu-se sua segunda esposa, a bióloga Lícia Maria Neme, da USP, a partir de anotações feitas pelo autor. Falecido em 15 de mar-

ço de 1973, Mário Neme não chegou, pois, a ver essa nova edição revista. Antes de casar-se com Lícia, Mário foi esposo, em primeiras núpcias, de Amábilé Cenedese Neme.

No mesmo ano do aparecimento da segunda edição da sua preciosa história dos primórdios de Piracicaba, o Fundo de Pesquisa do Museu Paulista da USP publicou, na sua "Coleção Museu Paulista", o estudo "Apossamento do solo e evolução da propriedade rural na zona de Piracicaba" (136 pp.). Em nota que redigiu para a publicação, Lícia Maria Neme informa que, "por ocasião do falecimento do autor, este trabalho estava redigido como está apresentado... O título segue o de trabalho anterior, apresentado no Congresso de História [realizado em] Campinas (julho de 1972), por se tratar de mais uma parte do mesmo plano de estudo" (p. 7). O trabalho anterior aqui referido é certamente "Apossamento do solo e evolução da propriedade rural na zona de Campinas", que consta como "inédito" na bibliografia de Mário Neme, preparada por Maria José Elias e publicada nos "Anais do Museu Paulista" (1977/1978), pela USP. A bibliografia compõe-se de 89 títulos de livros, estudos e artigos, tendo como ponto de partida o volume "Piracicaba. Documentário", que Mário Neme organizou e em grande parte redigiu em 1936.

As investigações sobre a cidade que ele tanto amava não o impediram de, ao mesmo tempo, pesquisar e escrever a respeito de outras temáticas: problemas do idioma nacional, infância e juventude de Prudente de Moraes, Pedro Luís, Mário de Andrade...

Após passagens, como redator, pelos periódicos "Revista de S. Paulo", "Última Hora" e "Jornal da Manhã", ingressou em 1940 no quadro de redatores do "O Estado de S. Paulo". Durante trinta anos tratou de assuntos do interior, no prestigioso diário da família Mesquita. O dr. Júlio de Mesquita Filho, que o tinha em alta conta, confiava-lhe sempre as revisões finais de seus livros. De 1960 até 1971 o suplemento literário do "Estado" divulgou contribuições importantes de Mário Neme, cuja maior parte infelizmente não foi recolhida em livros até hoje: estudos sobre o Brasil holandês, Museu do Folclore, Cartas de soror Mariana, propriedade e economia senhoriais, Damião

de Góes, o Recife antes de Nassau, tempo e idéias de Nassau, índios Caiapó, Ibiraiaras contra Bilroeiros, as Bandeiras etc.

Em 1941 ligou-se às revistas paulistanas “Planalto” e “Clima”, que divulgaram alguns dos seus contos e outros trabalhos. Após sua atuação como encarregado da “Revista do Arquivo Municipal”, incumbiu-se do “Boletim Bibliográfico”, periódico da Biblioteca Municipal de São Paulo, a partir de fins de 1944.

Contos de Mário Neme ganharam a forma de livros em 1941 e 1944. Em 41 a Guáira, de Curitiba, editou “Donana sofredora”, com ilustrações de Noêmia. Em 44 coube à Flama, de São Paulo, lançar “Mulher que sabe latim”. Sérgio Milliet saudou-o como “contista nato, dos melhores contistas da sua geração”. “Verdadeiras delícias de serem lidos”, escreveu Luís Martins, realçando as excepcionais qualidades de Mário Neme como contador de histórias. Mário de Andrade encantou-se com os contos do xará e Maria Eugênia Franco aproximou-o de Manuel Antônio de Almeida. “Mário Neme escreve bem, muitíssimo bem”, disse Antônio Cândido. Edgar Cavaleiro, Sérgio Milliet, João Pacheco incluíram contribuições de Mário Neme em suas antologias dos melhores contos brasileiros. Em 1944 escreveu uma peça teatral: “Pequenos serviços em casa de casal”. Teve, além disso, seus contos traduzidos para o francês e foi incluído numa antologia do conto internacional publicada na Rússia.

Em 1945 lançou o livro “Plataforma da nova geração”, publicado pela editora Globo de Porto Alegre, fruto de um inquérito que conduziu dois anos antes junto a jovens escritores. Centrou o inquérito em quatro itens: (1) se os escritores moços de então tinham ou não consciência dos problemas mais orgânicos da cultura brasileira; (2) em que nível e clima intelectuais colocavam suas maiores preocupações; (3) qual a qualidade da sua formação cultural, acadêmica ou autodidática; e (4) o que se podia esperar desses escritores jovens nos campos da arte, da ciência e das idéias. Após cotejar os depoimentos, propôs duas conclusões: “repúdio unânime e declarado, muito explícito, de certos estados de coisas em vigência” e “silêncio total, completo e soleníssimo, em torno de alguns assuntos e, especialmente, de algumas personalidades atualmente em muita evidência”. Eram os anos

derradeiros da ditadura de Getúlio Vargas. Mário colaborou com três biografias na obra editada em 1946 em Paris e Genebra, "Les explorateurs célèbres". Em 1947 saíram seus "Estudinhos brasileiros", em livro publicado pela editora Guáira de Curitiba.

Contista, historiador, jornalista, antropólogo, conferencista e líder intelectual sem ter curso superior, Mário Neme foi um dos mais ativos participantes do grupo de intelectuais que criaram a UBE, União Brasileira de Escritores, cuja história começou com uma sociedade fundada em 1942, a Sociedade Paulista de Escritores. Seu brilho e sagacidade fizeram com que os companheiros o escolhessem para secretário da entidade e lhe confiassem, com outras personalidades de renome, a organização do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, em janeiro de 1945, na Capital paulista. Existiam duas importantes agremiações de intelectuais nos anos 50: a citada Sociedade Paulista de Escritores e a Associação Brasileira de Escritores (ABDE), nascida em 1942 com outra denominação, Sociedade de Escritores Brasileiros, cuja sede mudou-se de São Paulo para o Rio de Janeiro, por volta de 1943. A Sociedade Paulista de Escritores e a ABDE fundiram-se em 1958 em São Paulo, passando a constituir uma única entidade, a União Brasileira de Escritores. Mário foi, pois, uma figura de capital importância no surgimento da entidade maior que congrega os escritores brasileiros.

A direção do Museu Paulista – o Museu do Ipiranga ou Museu da Independência – e a realização dos estudos que resultaram na publicação de três livros extraordinários, coroamento de sua faina de pesquisador de altíssimo nível, destacam-se como as principais contribuições de Mário Neme nos últimos 25 anos de vida. Meticuloso, profundo, rigoroso, o pesquisador autodidata e o administrador dedicado e incansável que era consumiram-se nessas trabalhosas e desafiadoras empreitadas paralelas.

Mário Neme tirou o Museu do Ipiranga do abandono e da obscuridade em que se encontrava, quando assumiu a sua direção em 1961. Museu cujo edifício começou a ser construído em 1882 e só foi terminado em 1890, foi objeto de duas contribuições substantivas para a sua história: uma tese de doutorado de Maria José Elias na USP,

datada de 1996, e um magnífico livro-álbum organizado em 1997 por Witter e Barbuy. Mário Neme foi o grande articulador das negociações que redundaram na passagem do Museu para a Universidade de São Paulo, associando-o ao Instituto de História e Antropologia da USP. Como seu diretor, entregou-se de corpo e alma à ingente tarefa de vitalização da instituição que von Ihering e Afonso d'Escragnoille Tournay dirigiram no passado. Seu entusiasmo e dinamismo deram vida nova ao Museu. Tiraram-no do marasmo em que vinha se arrastando até então. Deu um vigoroso impulso às investigações e publicações, liderou um grupo de jovens pesquisadores e colaboradores dedicados. Está para ser feita a história dessa sua profícua e intensa atuação, só interrompida quando a morte o surpreendeu em 1973.

Os anos de administração do Museu foram igualmente os de febril atividade como estudioso, escritor e conferencista. Esteve em vários países africanos, fazendo conferências, e na Europa, realizando pesquisas históricas sob o patrocínio da Fundação Gulbenkian. Além de outros livros, numerosas palestras e escritos avulsos em jornais e revistas, fez três livros que permanecem como monumentos à sua memória – sobre a história de São Paulo, a da presença holandesa no Nordeste brasileiro e uma espécie de livro-reportagem resultante de suas andanças, na condição de conferencista, pelo continente africano. Paulo Duarte, companheiro de lutas de Mário, ajudou-o a pôr em letras de forma o texto do riquíssimo e surpreendente “Notas para a revisão da história de São Paulo”, fruto de duas décadas de trabalho, publicando-o pela sua editora, a Anhambi, em 1959. “Livro de leitura desagradável”, adverte o autor, inicialmente, pois nele o leitor encontra “uma linguagem simples e direta, sem rodeios, enxuta e desataviada de imagens literárias, de efeitos retóricos, de rasgos de eloquência”. E também porque, desprovido de “coisas fabulosas”, é fruto da dúvida, do questionamento severo, tem “como ponto de partida uma atitude de negação em face de postulados aceitos e incorporados como verdades absolutas na literatura histórica brasileira” (p.11).

Doze anos depois, na coleção “Corpo e Alma do Brasil”, que dirigia para a editora Difel em co-edição com a Edusp, Fernando Henrique Cardoso publicou “Fórmulas políticas no Brasil holandês”, o derradeiro e fascinante grande livro de Mário Neme.

O livro-reportagem acima referido, “Difícil África Negra”, surgiu em 1966, reunindo seis longos artigos saídos no “O Estado de S. Paulo” em fins de 1965. As afirmações feitas há quarenta anos nessa obra corajosa e perturbadora permanecem atualíssimas. “O que está em jogo”, diz Mário, “é a sorte de milhões de seres humanos que vivem num estado de miséria e ignorância que é ao mesmo tempo afronta e desafio à humanidade. Estado de miséria e ignorância para o qual, em sã consciência, não atinamos com possibilidade de solução relativamente rápida pelos meios normais dos programas de promoção social e de desenvolvimento econômico” (p. 6). O livro termina assim: “... aqui a atividade intelectual, a floração da ciência, a educação, enfim, terá de cumprir a sua função criadora não na medida dos séculos, como sucedeu na Europa, mas no curso de decênios, para que não se torne mais dura, ainda mais penosa, ainda mais carregada de injustiças e sofrimentos a revolução social que se processa nesta África Negra, nesta Difícil África Negra” (p. 108).

Não há, portanto, nenhum exagero na afirmação de que esse filho dileto de Piracicaba, em que se mesclaram a velha fibra sírio-libanesa dos avoengos com a doçura da cana-de-açúcar, o véu da Noiva, o gosto pelos “causos” e os sons das músicas de Erothides e do cururu, esse portento chamado Mário Neme foi, ao mesmo tempo, erudito, genial, brilhante e audacioso – expressão máxima do gênio caipiracicabano.

Obras de Mário Neme

Piracicaba. Documentário. Piracicaba: José Mendes Fonseca, 1936.

Donana sofredora. Curitiba: Guaíra, 1941.

História da fundação de Piracicaba. Piracicaba: José Mendes Fonseca, 1943, 1ª ed. Piracicaba: IHGP, 1974, 2ª ed. revista.

Mulher que sabe latim. São Paulo: Flama, 1944.

Plataforma da nova geração. Porto Alegre: Globo, 1945.

[**Biografias de La Condamine, Saint-Hilaire e D'Orbigny**] Em *Les explorateurs célèbres*. Paris: Editio/Geneve: Lucien Mazenod, 1946.

Estudinhos brasileiros. Curitiba: Guaíra, 1947.

Notas de revisão da história de São Paulo. São Paulo: Anhambi, 1959.

O domínio holandês [Introdução e texto, em álbum de gravuras do livro de Barléu]. São Paulo: Difusão Nacional do Livro/ Coliseu, 1966.

Difícil África Negra. São Paulo: Coliseu, 1966.

Fórmulas políticas no Brasil holandês. São Paulo: Difusão Européia do Livro/Edusp, 1971.

Apossamento do solo e evolução da propriedade rural na zona de Piracicaba. São Paulo: Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da USP (Coleção Museu Paulista), 1974.

Estudos e artigos nos seguintes jornais e revistas:

Anais do Museu Paulista

Clima

O Estado de São Paulo

Jornal de Piracicaba

Planalto

Revista do Arquivo Municipal (São Paulo)

Bibliografia

Alvim, G. J. D. 1998. *O Diário*. Piracicaba: Editora Unimep.

Caldas, W. 1995. *Luz neon: canção e cultura na cidade*. São Paulo: Studio Nobel/Sesc.

- Coutinho, A. e Sousa, J.G., org. 1990. Enciclopédia de literatura brasileira. 2 vol. Rio de Janeiro: MEC/Fae.
- Melo, L.C. 1954. Dicionário de autores paulistas. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo
- Menezes, R. 1978. Dicionário literário brasileiro. Rio de Janeiro: LTC.
- Pfromm Netto, S. 2001. O gigante piracicabano Mário Neme. Em Piracicaba de outros tempos. Campinas/São Paulo: Átomo/PNA.
- Pfromm Netto, S. e Martins, C.R.S. 2003. Pena, escudo e lança. 2ª ed. Piracicaba/São Paulo: Jornal de Piracicaba/PNA.
- Salum, E. 2003. Sociedade Beneficente Sírio Libanesa, sua gente e sua história. Piracicaba: SBSL.

Principais Fontes Sobre Mário Neme

- Elias, M.J.1978. A morte de um liberal: uma louvação tardia. Anais do Museu Paulista, tomo 28, 101-117.
- Elias Netto, C. 2003. Memorial de Piracicaba, Almanaque 2002-2003. Piracicaba: Jornal de Piracicaba/IHGP. P. 303.
- Fischer, A. 1989. Notícia sobre Mário Neme. D. O. Leitura (São Paulo), nº 88, setembro.
- Pfromm Netto, S. 2001. Piracicaba de outros tempos. Campinas/São Paulo: Átomo/PNA. Pp. 67-74.

Piracicaba e a Civilização do Açúcar

Tito Livio Ferreira*

Artigo – Jornal de Piracicaba
05 de Agosto de 1956.

Há um século, quando o Império do Brasil se tornava uma das maiores potências das Américas, em todos os setores de suas atividades econômica e financeira, a humilde e clara vila da Constituição, nascida e criada ao embalo cantante e alegre do salto de Piracicaba, recebia o título de cidade, entre as cidades imperiais da muito nobre e imperial província de São Paulo.

No entanto, não menos honroso era o diploma de vila. Este vinha do fundo remoto do passado lusitano, e aparece nos primeiros tempos do Estado do Brasil, Província do Império de Portugal, para designar a freguesia com sua Câmara Municipal instalada. E à vila é outorgado o foro da cidade somente quando se torna cabeça de comarca, onde juiz de direito reside e distribui justiça.

Assim, Martim Afonso de Sousa cria a primeira Câmara Municipal luso-brasileira na vila de São Vicente, em janeiro de 1532. Surge a vila Martim Afonsina como as cidades gregas e romanas da

* Professor e escritor.

antiguidade, sem ter passado pelo processo da formação do povoado com os primeiros moradores. São Vicente nasce, desde logo, dentro do triângulo aberto pelo Cruzeiro, pela Capela e pela Câmara Municipal, levantados pelos portugueses, a companheiros do donatário da Capitania. Com a vida municipal abre-se o primeiro livro de atas e o primeiro livro de registro de nascimentos, casamentos e óbitos. O Padre Gonçalo Monteiro celebra a missa padroeira. E a vida social, civil e eclesiástica entra em plena atividade.

Vinte anos mais tarde, a vila de Santo André da Borda do Campo fundada por João Ramalho, o Patriarca dos Bandeirantes, é o primeiro município luso-paulista no planalto de Piratininga, é o primeiro marco da civilização na arrancada vindoura dos Portugueses de São Paulo, dos nossos imortais Bandeirantes, chamados pelos Castelhanos "los Portugueses de San Pablo". A 8 de abril de 1552 começa a funcionar a Câmara Municipal Andreense. Em janeiro de 1560, sete anos mais tarde, o município de Santo André – camaristas e toda a população – transferido para junto do Páteo do Colégio de São Paulo de Piratininga, fundado pelo Padre Dr. Manoel da Nóbrega a 29 de agosto de 1553 e inaugurado a 25 de janeiro de 1554. Desaparece, desde 1560, das atas da Câmara o nome de Santo André substituído pelo São Paulo. A administração ramalhense continua na administração nobreguense. E a 10 de julho de 1711, cerca de 160 anos mais tarde, a vila de Manoel da Nóbrega é elevada a cidade, pelo Rei de Portugal, de quem éramos e fomos vassalos até 1822.

No levantar do século XVII entre Portugal e Brasil, sobre as águas revoltas do Atlântico, o mar lusitano, estende-se, ininterrupta, a corrente continua dos povoadores da nossa terra, os olhos postos no azul remoto dos horizontes marítimos e dos horizontes sertanejos. Já em 1607, um século após a viagem de Cabral, há 350 anos o Conselho da Índia, mais tarde Conselho Ultramarino, em Lisboa, fixava o princípio de nossa nacionalidade portuguesa, declarando: "A Índia e mais terras ultramarinas de cujo governo trata este Conselho, não são distintas nem separadas deste Reino, nem lhe pertencem por modo de união, mas são membros do mesmo Reino, como o

é o Algarve e qualquer das províncias do Alentejo e Entre-Douro-e-Minho, porque se governam com as mesmas leis e magistrados e gozam dos mesmos privilégios que os do mesmo Reino, e assim, tão português é o que nasce e vive em Goa ou no Brasil, ou em Angola, como o que nasce e vive em Lisboa". (Biblioteca da Ajuda. Lisboa. Códice n. 52-VIII-58 – pg. 69-77).

Nessas condições, a criação do Império do Brasil por D. Pedro I, em 1822, não nos trouxe a independência política. Esta já estava feita por D. João VI em 1816, com a elevação do Brasil a Reino, com a Corte do Rei instalada no Rio de Janeiro, com o nosso direito de cidadania declarado em 1607. formávamos então o Reino do Brasil e o Reino de Portugal duas nações ou dois povos integrados no Império de Portugal, assim como a Inglaterra e o Canadá, nos dias de hoje se unem dentro do Império Britânico. E éramos então duas nações do mesmo sangue, da mesma língua, da mesma religião fundadas pela comunidade luso-brasileira.

Explica-se, por essa forma, porque a expressão vila atravessa incólume todo o Império Brasileiro. Vinha das páginas multi-cenárias das Ordenações do Reino, onde se compilavam os códigos afonsino, manuelino e filipino, as leis, decretos e alvarás do Império de Portugal, em vigor na Província do Brasil, por mais de trezentos anos. Assim, o Código Civil Português atravessa 300 anos do Brasil-Lusitano, todo o Brasil-Império e parte da República. E vai desaparecer a 1º de janeiro de 1917, há quarenta anos, quando foi promulgado o Código Civil Brasileiro.

Em face desta síntese de nossa formação econômico-social no tempo e no espaço, observais como se torna necessário, imperativo mesmo, fazer uma revisão de nossa História, porque a História é a ciência da mobilidade, precisamente porque é a ciência do documento. Dentre o volume de nossas pesquisas e da novidade surgida aos nossos olhos, como decorrência natural de nossos trabalhos, historiógrafo por decreto que somos do Museu Paulista e professor de História da Civilização da Pontifícia Universidade de São Paulo, restringi o assunto desta palestra a título – Piracicaba e a civilização do açúcar. E não me alongarei em meus comentários.

Ora, nenhuma oportunidade se nos oferece, do que esta data, para traçar, em linhas gerais, o ciclo da civilização do açúcar nesta cidade e nesta região açucareira por excelência. Além disso Piracicaba sempre foi a terra doce, a terra onde se chega com esperança e donde se parte com saudade. E a saudade embora amargue, às vezes, é sempre doce.

Nesse caso, ao tratarmos da civilização do açúcar, temos de recorrer às lições da história, porque a História é o Tempo. Santo Agostinho, há mil e seiscentos anos já disse: Nós somos o Tempo. Ora, se o Tempo não tem passado, nem presente ou futuro, porque o Tempo é a Vida, logo nós somos a Vida. Por isso mesmo não ressuscitamos o passado; mas convergimos sobre ele as luzes do presente, para projetá-lo no futuro.

Assim sendo, a História Luso-Brasileira mergulha raízes nos oito séculos da Monarquia Portuguesa. De Afonso Henriques viemos ao Infante D. Henrique, o criador da Escola de Sagres, a primeira Escola Naval do mundo. Nas monções oceânicas atravessamos com os Lusíadas todo o século XV a devassar, a esquadrihar, a revolver todos os recantos do Atlântico, num esforço sobre-humano, por mais de oitenta anos para dar á Europa mediana o caminho marítimo da Ásia, para ligar as praias do Oriente ás praias do Ocidente. Chegamos com Pedro Álvares Cabral a 22 de abril de 1500 á província de Santa Cruz, incorporada já ao Império de Portugal pelo tratado de Tordesilhas, assinado entre as duas ibéricas em junho de 1494. E esse Tratado assinala as primeiras fronteiras ideais da América Portuguesa, seis anos antes de Cabral, na sua viagem à Índia, ter chegado a Porto Seguro, no litoral bahiano.

Trinta anos mais tarde, com Martim Afonso de Sousa, primeiro donatário da Capitania de São Vicente, mais tarde Capitania de São Paulo, depois província e hoje Estado, vieram os primeiros povoadores e não colonizadores, porque o Brasil não chegou a ser colônia, ou colonizadores. Essas expressões anti-históricas surgem no século passado e não condizem com a verdade histórica. Todos os documentos dizem Estado do Brasil, província do Império de

Portugal. E todos os documentos falam nos povoadores, nossos antepassados.

Vieram fidalgos e nobres entre os companheiros de Martim Afonso de Sousa, colega de estudos humanísticos do rei D. João III. Entre eles está o introdutor do fumo na Europa, Luiz de Góis, casado com d. Catarina de Andrade Aguiar. Acompanham-no seus irmãos Pedro de Góis e Gabriel de Góis; Domingos Leitão casado com d. Cecília de Góis, irmã de Luiz de Góis; Jorge Pires; Rui Pinto e Francisco Pinto, cavalheiros fidalgos, e suas respectivas mulheres. Nesse ano de 1532 trazem para São Vicente as primeiras mudas de cana de açúcar, onde instalam o engenho de D. Jorge dos Erasmos, do qual foi sócio o próprio Martim Afonso de Sousa.

No ano seguinte, 1533, o donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho parte de Portugal com a primeira leva de povoadores minhotos. São louros, de olhos azuis, trazem o sangue germânico dos antigos povos godos chegados à Lusitânia depois dos romanos e antes dos árabes. D. João III, o Rei Povoador, mandou fornecer pela Casa da Índia, a esses desbravadores das terras selvagens da província do Brasil, as primeiras foices e os primeiros machados. E dois alvarás de D. Manoel I, datados de 1516, ordenavam ao feitor e funcionários da Casa da Índia o fornecimento da ferramenta necessária aos que viessem povoar a América Portuguesa. “Embora no tempo de Luiz de Góis já existiam três mil escravos em São Vicente, o corpo de trabalhadores negros não é ainda suficiente para movimento das grandes explorações açucareiras”, diz Oliviera Viana em “Populações Meridionais do Brasil”.

Martim Afonso de Sousa, o fundador do primeiro município luso-brasileiro, em 1532, foi nomeado Vice-Rei da Índia Portuguesa, na Ásia. Duarte Coelho viera da África e da Ásia, onde sua carreira fora brilhante, segundo João Barros, Diogo do Couto, Gaspar Correia e Frei Luiz de Sousa. Defende a “Nova Lusitânia”, nome dado por ele a sua Capitania de Pernambuco, contra os assaltos brutais dos brasilíndios, contra a pirataria sorrateira dos franceses e limpa o litoral norte infestado pelos terríveis Caetés, a sua custa resistindo a privações e perigos. Inicia, com êxito, a cultura da cana-de-açúcar em

larga escala com o auxílio de capitais emprestados por negociantes de Lisboa. Com esse recurso, planta grandes tratos de canaviais e faz a montagem dos primeiros engenhos, “na clara intuição de que essa cultura poderia vir a ser de máxima importância para a sua Capitania”, escreve Hermann Watjen em sua obra “O domínio colonial holandês no Brasil”.

Duarte Coelho inaugura o comércio de cabotagem, para o tráfico entre os portos das Capitâneas, e manda construir os primeiros estaleiros onde se constroem lanchas, caravelões e barcos. Enérgico, domina e contém a turbulência dos povoadores, muito natural numa sociedade nascente, onde predominava o Português sobre o Brasilíndio e o Mameluco, primeiro rebento da terra, filho do Lusitano e da Brasilíndia, com os traços fisionômicos da mãe e o espírito do pai, de ambos fala os respectivos idiomas, o português e o tupi, bilíngüe por natureza. E Duarte Coelho, diz o historiador Oliveira Lima, consegue “conquistar a palma a terra que lhe fora doada as léguas”.

Com Duarte Coelho em Pernambuco, segundo a sua designação, na “Novo Lusitânia” e com João Ramalho no Planalto de Piratininga, firmam-se os alicerces históricos do Brasil, província do Império de Portugal. Ambos, o Patriarca do Norte e o Patriarca dos Bandeirantes, são os construtores mortais e materiais da nação luso-brasileira. Criam dinastias entroncadas nas grandes famílias brasileiras de hoje. E os descendentes de João Ramalho e de Bartira se entrelaçam na formação genealógica luso-brasileira.

A essa altura, no espigão divisor do século XVI, começa a lavoura canvieira a merecer todas as tenções do governo de Portugal, dos governos-gerais e dos governadores de Capitâneas. Assim, a carta-régia de 29 de março de 1559 concede aos senhores de engenho pagarem somente o terço dos direitos sobre escravos provenientes do Congo, até o número de cento e vinte. Pela provisão de 16 de março de 1570 D. Sebastião concede isenção de impostos de engenhos construídos dentro do prazo de dez anos. Em 1655 uma provisão régia isenta do pagamento de impostos durante dez anos os proprietários de novos engenhos de açúcar. Sucedem-se leis, porta-

rias, provisões, cartas régias favorecendo os habitantes das capitânicas da Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão, com objetivo de impedir a penhora, por dívidas, dos engenhos, terra e maquinismos dos senhores de engenho. E a legislação do açúcar, cerca de 300 anos, visa proteger, amparar, estimular e avolumar a produção, de forma a colocar o Brasil, província do Império de Portugal, em primeiro lugar na exportação açucareira do mundo.

Já em 1580 a Capitania de Pernambuco exportava 200.000 arrobas de açúcar, enquanto a produção total da província do Brasil, nos seus 117 engenhos moentes era de 350.000 arrobas. Vesperava a invasão dos piratas e corsários holandeses, por volta de 1630, atraídos pela nossa riqueza, quando a produção açucareira já excedia a casa dos 2.000.000 de arrobas. E a Companhia de Comércio das Índias Ocidentais, constituída em Amsterdã para assaltar e roubar em pleno oceano os comboios carregados de açúcar da América Portuguesa e da prata da América Espanhola, causaram ao nordeste luso-brasileiro os maiores prejuízos econômicos, com a ruína e o quase desaparecimento da sua lavoura canavieira.

Expulsos os invasores holandeses pelos luso-brasileiros, os canaviais nordestinos foram restaurados. A produção estável dos canaviais de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, em mais de 150 anos, constitui a base econômica da província do Brasil, dos fins do século XIX. Para incentivar a plantação dos canaviais na Província do Brasil, o Rei de Portugal por alvará de 17 de dezembro de 1697 concede licença a Antônio de Carvalho Guimarães, em Pernambuco, afim de construir um engenho de açúcar inventado por ele; dá-lhe o prêmio de 400\$00 reis ou quatro arrobas de açúcar branco em cada mil arrobas que produzir, anualmente e para sempre. E nesse mesmo documento o rei promete, a qualquer pessoa, que em qualquer tempo aperfeiçoar a invenção apresentada os mesmo prêmios.

Por essa forma, com tanto estímulos e tanto benefícios no sentido evidente de aumentar a riqueza e a economia da Província do Brasil, as minas de ouro do século XVIII, descobertas pelos Paulistas, que eram, no dizer dos Castelhanos do Paraguai, “los Portugueses de San Pablo”, não conseguiram suplantar a produ-

ção açucareira do Rio de Janeiro para cima. Embora o ciclo do ouro deslumbrante, atraia e fascine até hoje os escritores e as imaginações ardentes, o ciclo do açúcar representa maior volume de riqueza no orçamento do Brasil, Província do Império de Portugal. Pede-se rigorosa contas, até nos livros primários aos governos da Província Brasileira, aos governos do Brasil Lusitano, e aos reis de Portugal, do precioso metal extraído em Minas Gerais, em Goiás e em Mato Grosso, durante cento e vinte anos de trabalhos auríferos. Efetivamente diz, o economista patricio Dr. José Pires do Rio, as tão decantadas 70.000 arrobas de ouro correspondem, em média, a 9.900 quilos anuais, no valor de 12.200 contos de reis, ao câmbio de 27 e representam a metade do valor do açúcar de Pernambuco, na base da exportação do fim do século passado.

Além disso, o famigerado quinto do ouro arrecadado como imposto, não passou de 7.673 arrobas, conforme ensina Rocha Pombo. Esse total foi recolhido aos cofres públicos em cento e vinte anos, ao câmbio de 70, então vigente no Brasil quando o Príncipe-Regente D. João chega à Bahia, em 1808. Nessas condições, as 7.673 arrobas arrecadadas sob a forma do quinto do ouro produzido, davam a média de 390 contos de reis por ano, sem contar as despesas dos cobradores de impostos. No entanto, a província do Brasil, já gastava, com as obras públicas, funcionários civis, militares e eclesiásticos, em 1810, cerca de 3.000 contos de reis, muitas vezes mais do que rendia, ao câmbio do tempo, o famoso quinto do ouro, de que tanto se fala nos compêndios escolares de maneira fantasista. E para se verificar o exagero e a falta de critério de nosso ensino de História do Brasil, saiba-se que o Transvaal de hoje, colônia inglesa do sul da África, recolheu ao tesouro da Inglaterra, em três, de 1925 a 1928, há 30 anos, 120.000.000 de libras em ouro, tanto quanto produziu o Brasil-Lusitano em cento e vinte anos.

Assim o chamado ciclo do ouro poderia ter produzido mais riqueza em menos tempo; mas o ciclo do açúcar, aumentou a economia, foi de base mais sólida e firme. Interessava muito mais ao governo de Portugal, aos governadores do Maranhão, de Pernambuco,

da Bahia, de São Paulo e aos próprios vassallos da Coroa Portuguesa, a lavoura canvieira do que o próprio ouro e as indústrias, embora já em 1750, o rei D. João V permitisse a montagem de uma fábrica de chitas em Belém do Pará, e mandasse buscar operários tecelões em Coromandel, na Índia Portuguesa.

Por isso mesmo, no derradeiro quartel do século XVIII o Morgado de Mateus, Governador de São Paulo incentiva, por todas as formas, a lavoura paulista. Quer ampliar a geografia do arado, introduzido em São Paulo em fins do século XVI, conforme se lê em inventário de 1598, onde esse instrumento agrícola aparece. É de 5 de janeiro de 1785 o famoso alvará da Rainha D. Maria I, de que tanto se fala até nos cursos primários, como se ele constituiu-se crime inominável praticado pelo governo português, porque não consente na instalação de fábricas na América Portuguesa. Leiamos esse documento, para vossa edificação: “Eu, a rainha, faço saber aos que este alvará virem, que sendo-me presente o grande número de fábricas e manufaturas que de alguns anos a esta parte se tem difundido em diferentes Capitánias do Brasil, com prejuízo da cultura e da lavoura e da exploração das terras minerais daquele vasto continente; por havendo nele uma grande e conhecida falta de população é evidente que quanto mais se multiplicar o número de fabricantes (operários) mais diminuirá o dos cultivadores (da terra), e menos braços haverá que se possam empregar no desenvolvimento e rompimento de uma grande parte daqueles extensos domínios, que ainda se acha inculta e desconhecida; nem as sesmarias que formam outra parte dos mesmos domínios poderão prosperar nem florescer por falta de benefício cultura (da terra), não obstante ser esta a essencialíssima condição com que foram dadas aos proprietários delas; e até nas mesmas terras mineiras ficará cessando de todo como já tem consideravelmente diminuído a extração do ouro e diamantes, tudo procedido da falta de braços, que devendo empregar-se nestes úteis e vantajosos trabalhos, ao contrário os deixam e abandonam, ocupando-se em outros totalmente diferentes como são as referidas fábricas e manufaturas. E consistindo a verdadeira e sólida riqueza nos frutos e produções da terra, as quais se conseguem por meio de

colonos e cultivadores e não artistas e fabricantes (operários), e sendo além disto as produções (produtos) do Brasil as que fazem todo o fundo e base, não das permutações mercantes, mas da navegação do comércio entre os meus leais vassallos e habitantes deste Reino..."

Está aí, na íntegra o famoso alvará de 5 de janeiro de 1785, da leitura desse documento se conclui: a) já havia grande número de fábricas e manufaturas na província do Brasil; b) como a lavoura canavieira e algodoeira estava sendo prejudicada em benefício das fábricas em funcionamento. Nessas condições, era urgente impedir o colapso ou a ruína da produção do açúcar, base da economia luso-brasileira. Esse tão malsinado alvará foi de notáveis benefícios para a indústria açucareira da nossa terra, porque evita e impede o criminoso abandono da lavoura, tal como aconteceu na Inglaterra, nesses mesmos anos, quando na Grã-Bretanha se processava a conhecida revolução industrial com o aparecimento da máquina. O que se passava então na referida ilha causou horror aos próprios ingleses, porque a maioria dos camponeses desertou as terras onde plantava e colhia para seu alimento e alimentar os moradores das cidades. Os cultivadores dos campos abandonaram a agricultura, mudaram-se em massa para os centros industriais onde vieram a morrer em massa, em benefício de meia dúzia de fabricantes. A miséria, a fome, a pobreza agarraram a Inglaterra pela garganta e quase a estrangulam. Desse horror salvou-se o Brasil, província do Império de Portugal, graças à providência tomada pela Coroa. E quase duzentos anos mais tarde, nos dias de hoje, assistimos a esse fenômeno: os colonos abandonam a terra, procuram as indústrias e a lavoura perece, a produção de cereais diminui, aumentam as cidades em prejuízo da roça, enquanto a miséria cresce.

O alvará da Rainha D. Maria I foi a salvação da lavoura canavieira, quando os portugueses de São Paulo, chamados então de paulistas já não mais se deslocavam para as minas de ouro das Gerais, de Goiás e de Mato Grosso, mas afazendavam-se, tornavam-se sedentários, cuidavam da lavoura canavieira. Derrubavam-se as matas do vale do Tietê, substituídas pelos verdes pendões dos canaviais e

sobem o vale do Piracicaba. E o núcleo humano do povoador Antônio Corrêa Barbosa cresce e aumentam os engenhos.

Por isso mesmo, no ano seguinte ao famoso alvará de 1785, em 1786, Vicente da Costa Taques Góes e Aranha, Capitão-mor de Itu, informou ao Governador de São Paulo, o Morgado de Mateus. D. Luiz Antônio de Sousa, “que a dita povoação (de Piracicaba) é a melhor que pode haver nesta Capitania por estar situada na margem de um rio caudal chamado Piracicaba, ao pé de um salto do mesmo rio em que abunda todo o ano muito peixe; no meio do sertão de matos daninhos que há de ter dezesseis léguas em quadra, todo capaz de fundar muitíssimas fábricas de açúcar, pois produz todo gênero de cultura com grandeza e diferença tal que além das canas muito boas, muito perfilhanas, são muito doces e de melhor ponto, o que não acontece nos engenhos de Itu, que apenas uma folha e pode ser que tendo aumento esta povoação (de Piracicaba) se possa descobrir ouro, que consta das tradições antigas, além das fazendas que se podem fundar nos campos de Araraquara e pagar dízimos e quintos a Sua Majestade”.

Este documento do último quartel do século XVIII revela o conhecimento das terras piracicabanas e prevê o futuro da povoação rente ao salto do Piracicaba. Na região açucareira não havia ouro; sobejam chãos ótimos para a produção do ouro branco, depois de ter sido preto e amarelo. Tempo adiante, o governador de São Paulo, Bernardo José de Lorena, entusiasma-se com o desenvolvimento da agricultura paulista, para escrever: “Só a vila de Itu faz mais de 50 mil arrobas de açúcar por ano e vai em aumento. Da freguesia de Araritaguaba (hoje Porto Feliz), da nova Povoação de Piracicaba, da vila de Sorocaba, da Freguesia de Campinas, no trato da vila de Jundiá, sai presentemente muito açúcar”. Estávamos no ano de 1797. nesse mesmo ano, o Governador Lorena em carta ao Secretário do Estado, em Lisboa, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informa: “Nas transações diárias e regulares desta Capitania (de São Paulo) circulam pela maior parte as barras de ouro e moedas provincial (havia dois tipos de moeda: a provincial cunhada na Bahia, e a do Reino cunhada em Lisboa), de ouro são peças de quatro mil reis, de dois e de mil;

também circulam peças (de ouro) de seis mil e quatro centos reis; a (moeda) de prata são cinco; de dez e de cinco (reis). É impossível, diz o Governador Lorena, conhecer-se a quantidade ou valor total que circula da moeda provincial, por não haver aqui Casa da Moeda". E a Casa da Moeda funcionava na Bahia.

Circulava então metal sonante, ouro, prata e cobre e não papel-moeda em cujo maremagno nos afogamos hoje. Da mesma forma os Governadores do Rio de Janeiro, da Bahia, de Pernambuco e do Maranhão, ignoravam o total da moeda circulante. E as moedas de cobre de vinte reis, cunhadas em Portugal, onde corriam, tinham o peso de dez gramas; as moedas provinciais, cunhadas na Bahia, corriam com o dobro do peso, vinte gramas.

A esta altura dos acontecimentos já se torna possível observar a situação econômica do Brasil-Lusitano e a dos Estados Unidos da América do Norte. Poucos antes da independência das trezes colônias da América inglesa, o ministro William Pitt declarava na Câmara dos Comuns, em Londres: "Não permitirei que nas colônias se forje um cravo de ferradura!" Não se forjou mesmo nada. A Inglaterra não o permitia. E impedia, por todas as formas, o desenvolvimento das treze colônias.

No ano seguinte, em 1798, decorridos vinte e dois anos após a independência dos Estados Unidos, o Príncipe-Regente D. João, futuro D. João VI, Rei do Brasil, envia à América do norte o jornalista luso-brasileiro Hipólito da Costa Pereira para estudar a agricultura desse país e remeter sementes e mudas de árvores e plantas norte-americanas a fim de serem aclimatadas em nossa terra. Esse processo durava cerca de três séculos. Graças aos portugueses, e portugueses foram todos os brasileiros até 1822, vieram da Ásia o côco da Bahia, a mangueira, o cravo, o gengibre, a canela, o anil e tantas outras árvores e plantas da Índia Portuguesa, cuja capital era Goa.

Hipólito da Costa, chega a Filadélfia em 1798. vive mais de um ano entre os norte-americanos. Em seu diário de Viagem, recentemente publicado pela Academia Brasileira de Letras, dá-nos a descrição viva e real dos Estados Unidos ainda pobre, indeciso e sem rumo certo. O nosso patricio impressiona-se profundamente com a

pobreza do povo norte-americano, onde a agricultura era descurada. Cuidava-se apenas do comércio exterior. Os navios norte-americanos iam a Lisboa buscar dólares emprestados para comprar mercadorias na Índia e na China. A moeda circulante nos Estados Unidos era insignificante. Os impostos eram pagos em espécie e não em dinheiro. Filadélfia e Nova York eram cidades de madeira. Vesperava 1800, ainda os Estados unidos compravam escravos brancos e importavam escravos negros em grande quantidade. Aqueles vinham da Europa; estes da África. “Hoje, diz Hipólito da Costa, hoje domingo 4 de agosto de 1799, chegou um navio da Irlanda com 70 irlandeses – rapazes e raparigas – estava ancorado em North River; eu o vi passando por Greenwich e havia muita gente, a bordo a comprar (comprar, observem bem) desta casa de escravos. O ano passado vieram dois navios, um com 200, com 150, etc.”.

O jornalista escreve: “É difficilimo, mesmo aqui na América, comprar uma propriedade que esteja desembaraçada de dívidas”. O comércio exterior empolga todo o mundo. Não se desenvolve a agricultura e a produção do país. A razão é porque os Estados Unidos fazem comércio da West Índias quase todo; desprezam a agricultura, a paixão dominante é comércio: “o dinheiro é a única virtude que ambicionam”. Com a febre amarela em Washington, Nova York e Filadélfia, as primeiras cidades do país, nem por isso as reuniões sociais deixam de ser alegres. E com certa finura, o jornalista lusobrasileiro escreve no seu diário: “Em Rússia aconteceu a um sujeito que entrou em uma polida assembléia, viu as regras e entre elas eram: as senhoras não se embebedavam antes das dez horas. Eu vi em Filadélfia – Hipólito da Costa, emprega sempre o pronome pessoal – Eu vi em Filadélfia, na City Assembly, que na mais polida companhia os senhores não vieram de botas ”.

Assim no madrugar do século passado o Estado do Brasil, província do Império de Portugal, está em franca prosperidade econômica e financeira. Em 1800 o Príncipe-Regente D. João envia, a Lisboa, sábias instruções ao Governador de São Paulo, recomende-lhe a criação de bancos e caixas econômicas, onde haja interferência da Fazenda Real como interessada; manda incrementar a produção

agrícola, a produção do ferro de Ipanema, o comércio e a indústria. E quando transfere, em 1808, por ato deliberado de sua vontade, a sede do governo do Império Lusitano, de Lisboa para o Rio de Janeiro, exemplo seguido na última guerra pela rainha da Holanda, que muda o seu governo de Haia para Londres, D. João, Príncipe do Brasil, revoga o alvará de 5 de janeiro de 1785, não executado pelos Governadores das Capitanias, pelo alvará de 1 de abril de 1808, assim redigido: “Desejando promover e adiantar a riqueza nacional (a riqueza do Brasil), e sendo um dos mananciais dela as manufaturas e a indústria, que multiplicam, melhoram e dão mais valor aos gêneros e produtos da agricultura e das artes, fornecendo meios de subsistência a muitos vassallos que, por falta deles se entregariam aos vícios da ociosidade: e convindo remover todos os obstáculos que podem inutilizar e frustrar tão vantajosos proveitos, é o Príncipe-Regente (futuro D. João VI, rei do Brasil) servido abolir e revogar toda e qualquer proibição que haja a este respeito no ESTADO DO BRASIL e domínios ultramarinos, e ordenar que seja lícito a todos os vassallos, qualquer que seja a parte em que habitem, estabelecer todo o gênero de manufaturas, sem exceção de uma só, fazendo os seus trabalhos em pequeno ou em grande, como entenderem que mais lhes convém, para cujo efeito fica expressamente revogado o alvará de 5 de janeiro de 1785 e toda a mais legislação em contrário”.

Assim, em 1808, vinte e três anos depois do malsinado alvará D. Maria I, não executado, D. João, Príncipe-Regente do Estado do Brasil, dá ampla e irrestrita liberdade para a montagem e funcionamento de todo e qualquer gênero de manufaturas e fábricas, para maior progresso de nossa terra.

Entre os grandes benefícios prestados por D. João VI ao Brasil, ignora-se que em 1800 havia ele estabelecido as bases dos dois principais estabelecimentos de crédito: o Banco do Brasil e Banco do Estado de São Paulo, além de querer facilitar o funcionamento de caixas econômicas, quando as primeiras haviam surgido em 1787, treze anos antes, na Suíça e na Alemanha; ignora-se que em abril de 1808, recém-chegado ao Rio de Janeiro, dava liberdade franca ao estabelecimento de todo gênero de indústrias em nossa

terra. E da mesma forma também se ignora que o Venerável Padre Dr. Manoel da Nóbrega cria o ensino oficial no Brasil, Província do Império de Portugal, por ordem de D. João III, o rei-povoador. E nessas escolas portuguesas, os jesuítas são os primeiros professores luso-brasileiros, pagos pela Coroa Portuguesa até ser extinta a Companhia de Jesus, em 1758.

Nessas condições, não é de se estranhar o fato de Piracicaba, em 1816, querer homenagear D. João VI, o Rei do Brasil e único rei das Américas. Situada no centro de rica região agrícola e açucareira, a povoação erguida à margem do salto, aspira a ser município. Por isso, a 17 de julho de 1816, os piracicabanos enviam ao Rei do Brasil uma representação pedindo a elevação de freguesia a vila, para terem a sua municipalidade. Justificam o pedido, porque “tendo a felicidade de ocuparem o terreno mais fértil conhecido e de verem cada dia aumentar o número de cultivadores”, a população via crescendo. Alegam mais “achando-se já levantados dezoito engenhos de cana de açúcar e mais doze na disposição de se levantarem, com vinte e duas fazendas de criar, das quais há cinco anos só existia uma, e dos engenhos mui poucos, lhes é sumamente doloroso verem a população não poder crescer ao ponto que prometem suas favoráveis circunstâncias, nem com aquela disciplina que convém à boa ordem social e serviço de Sua Majestade, em quanto não houver naquela freguesia justiças que façam observar as benéficas leis e mantenham o sossego público, o que jamais se poderá obter sem que seja erigida em vila”.

Junto a esse requerimento vai atestado com as assinaturas do vigário da paróquia e do Capitão comandante da freguesia Domingos Soares de Barros. Ambos afirmam que o número dos moradores excede já a dois mil e duzentos. Além disso, há o grave inconveniente de metade da freguesia pertencer à vila de Porto Feliz e a outra metade à vila de Itu, com grande prejuízo para a distribuição da justiça aos piracicabanos. Ressaltam ainda a parte econômica: “o terreno é fertilíssimo, abunda muito em massapé roxo, o marne, o mais próprio para a produção do açúcar. Além disso, a elevação da freguesia à vila facilitará os interesses gerais da província de São Paulo, bem como os da província de Mato Grosso e Goiás,” com o arroteamento (des-

bravamento) do sertão desconhecido” entre as três províncias ainda com a designação de capitania. E terminam, desejosos de prestar a homenagem ao seu rei, ao pedir a Sua Majestade “a mercê de mandar erigir em vila a dita freguesia, suplicando ao mesmo tempo a mercê de a denominarem – **JOANINA** – por derivação ao augusto nome de Sua Majestade e em sua perpétua memória”.

Governava a Província de São Paulo, nessa ocasião, D. Francisco de Assis Mascarenhas, conde de Palma. Com toda a solicitude enviou a representação ao soberano, acompanhada do seguinte ofício, cujo original se encontra no Arquivo Nacional e a fotocópia está no Departamento de Cultura da Câmara Municipal desta cidade, oferecida por mim e por intermédio do Professor Acary de Oliveira Mendes. Fale por nós, o conde da Palma:

“Senhor, Os moradores da freguesia de Piracicaba, h’ua das Comarca da villa de Itu desta Capitania me fizeram o requerimento incluso pedindo a Ereção daquella Freguesia em Villa, não só por estar pertencendo o seu Destricto às duas Villas de Itu, e Porto-Feliz, mas também por ter acima de dois mil habitantes contendo mais de dezoito Engenhos com vinte e duas Fazendas de crear; além de muitos Engenhos e Fazendas, que estão principiando.

Sobre esta pertença mandei informar o Dez. or. Miguel Antonio de Azevedo Veiga, Ouvidor daquella Comarca, Magistrado que me merece particular atenção ouvindo as Câmaras das ditas duas Villas, o que examinasse se os suplicantes estavam promptos a erigir à sua custa Casa da Câmara, Cadêa e Pelourinho.

Ponho na Augusta Presença de V. Mage. A informação que me deo o dito Ouvidor e as respostas das Câmaras; todos convem que se crie a mencionada Villa nova, e em terceiro lugar vai por copia o termo que assignarão os Moradores de Piracicaba para fazerem à sua custa os Edifícios necessários.

Ainda que muitas vezes tenha eu sido contrario á creação de novas Villas, por isso que os Povos as pertendem erigir em lugares distituidos das circumstancias necessárias e de pessoas sufficientes para exercerem os cargos Públicos, comtudo parece-me que esta se deve erigir; porque o principal ramo de comercio desta Capitania hé o Assucar; nas terras adequadas ás canas é onde se formão as maiores Povoações; as da Freguesia são as melhores de toda esta Capitania, em consequência há grande afluência de gente que povoando aqueles sertões, que por isso dão esperança de que a Villa que alli se crear irá sempre em augmento. São estas as razoens que me obrigão a concordar com a justa representação dos Povos e mesmo a suplicar a V. Mage. A mercê de dita erecção. Designando-se em tal caso de lhe fazer mercê he h'ua legoa de terra em quadra para ser aforada em pequenas glebas e servir de Patrimônio à nova Câmara. São Paulo. 10 de 8 de 1816. (a) Conde de Palma”.

Piracicaba de outrora tinha uma rua da Palma, antigamente rua do Conde de Palma, em homenagem a D. Francisco de Assis Mascarenhas, governador de São Paulo, amigo devotado e desinteressado desta cidade, conforme prova no documento lido. Graças a essa informação, um mês e oito dias mais tarde, o primeiro ministro de Sua Majestade à margem do ofício do Conde de Palma escreve:

“Conformo-me com Govdor. e Capitão-General informante para se erigir em Villa a Povoação de Piracicaba de Piracicaba com a denominação de Villa de Piracicaba – tendo por termo o território da sua Freguesia visto que, além das razoens muito oportunam e ponderadas pelo Govdor. Informante, que mostrarão a utilidade desta criação, concorre a de se fazer cessar por este meyo o conflicto de jurisdições, que soffrem os moradores da dita freguesia por ser pertente h'ua parte do seu território á Villa de Itu, e outra parte á Villa de Porto Feliz. De maneira que elles se offerecem a fazer á sua custa a Cadêa, Casa da Câmara e pelourinho; o que deverá ser regulado debaixo da inspeção desta Mesa. Deve-se por

tanto consultar nesta conformidade a criação da sobre dita Villa , havendo-se desde logo por desmembrado das sobreditas Villas, hum e outro território com todos os rendimentos, que nelles pertencessem ate agora ás mesmas Villas; para ficarem pertencendo á mesma Câmara desta nova Villa a-bem de seu patrimônio; e sendo o Mesmo Senhor servido conceder-lhe mais patrimônio hua legoa de terra em quadra por sesmaria conjunta, ou separadamente, onde a houver para ser para ser aforada pela Câmara em pequenas porçoens por Emprezaentos perpétuos com foros razoados e os laudêmos da lei; observando-se acerca de tais emprezaentos o Alvará de 23 de julho de 1766. Deverá outro sim igualmente consultar-se a Sua Magestade a criação de dois Juizes ordinários e hum dos Orgaons, três vereadores, hum Procurador e hum Tesoureiro do Conselho; e dois Almotaçes na forma da Lei do Reino; e assim também dois Tabelaens de Publico, Judicial e Notas, fixando anexo ao 1º os officios de Escrivão da Câmara, Sisas, Almotaçaria, e o 2º o de Escrivão deste officio. Corte, em 19 de 9bro de 1916”.

Piracicaba há de ser grata a D. João VI porque sua Magestade concedeu-lhe uma légua de terra em quadra para seu patrimônio. E no entanto, o nome desse grande rei não existe, segundo parece, numa rua desta cidade.

No entanto, passam os anos. A 29 de outubro de 1821, sete meses após o regresso de D. João VI para Lisboa, o Presidente de São Paulo, João Carlos Augusto de Oeynhausen eleva as freguesias da Franca com a dos Batatais, que se denominará – Vila Franca d’El-Rei e a de Piracicaba com Araraquara, que se chamará – Vila Nova da Constituição, para perpetuar a memória da Constituição Portuguesa, promulgada nesse ano e de vida efêmera. E a 10 de agosto de 1822 instala-se à Câmara Municipal da Vila Nova da Constituição.

Trinta e cinco anos mais tarde, a 24 de abril de 1856, a Villa Nova da Constituição é elevada à categoria de cidade, com o mesmo nome. Tempo adiante, decorridos vinte e um anos, a 11 de março de 1877, em sessão extraordinária da Câmara Municipal, o vereador

Prudente de Moraes solicita a seus pares seja enviada à Assembléia Legislativa Provincial uma representação *“sobre a conveniência de ser restituída por lei à Cidade, o nome antigo e tradicional de Piracicaba, pelo qual sempre fora conhecida. E a 13 de abril de 1877 desaparece o nome de Constituição, restabelecido para sempre.*

Comemorais o primeiro centenário da vossa, e se me permitis da nossa Piracicaba a formosa Noiva da Colina, conforme foi crismada. Ela se alinda, toda garrida e moça, como capital desta região açucareira, onde o canto da terra arável está cuidadosamente plantado e cultivado. Os pendões verde-claros dos milharais ou dos canaviais cobrem as glebas férteis até entestarem com os quadros verde-negros dos cafezais em fileiras disciplinadas. Piracicaba é um chão de verdura, cheia de luz e flores como altar em festa. Região feliz e abençoada onde o cafeeiro e a cana se conjugam para a produção do ouro negro e do ouro branco, para a civilização do açúcar e do café, para a riqueza agrícola, para a riqueza industrial e para a riqueza do comércio. Esta civilização açucareira deu a Piracicaba uma formação marcante e diferente da de outros municípios paulistas. Nela florescem o Instituto de Educação “Sud Mennucci”, onde há algumas décadas iniciei meus estudos secundários e a minha formação normalista, e a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, onde a mocidade entra em contacto com o solo e com a ciência para conhecê-los e amá-los, porque somente se ama o que se conhece.

Há quarenta anos conheço Piracicaba, surpreendida na minha adolescência. Meus olhos se embeberam dos encantos naturais de sua paisagem memorável e tranqüila embalada pelos cânticos sonoros do salto de Piracicaba. Ficaram na minha retina e envolveram mansamente a minha alma. Sinto-lhe, percebo-lhe, amo-lhe a beleza perene com que Deus lhe agraciou a natureza. Para Amiel a paisagem é um estado de alma. Parece-me, ao contrário, a alma o reflexo da paisagem. Basta apenas a intensidade clara e doce da luz, a cor azulada e fina do céu, que se enfeite ou desfaleça a terra, para que maguadas saudades ou vivos desejos se espalham em nós como ondas na praia, e desabrocham sensações diversas em nosso espírito.

Assim, há horas de místico enlevo, de suave encantamento entre a doirada névoa das ilusões floridas. Esta é uma das mais gratas de minha vida, porque vós me ensejais rever e recordar, nas horas dinâmicas do presente, os dias vividos na romântica e risonha Piracicaba da minha adolescência, em marcha triunfal para esplêndido futuro. No quatro sereno dos anos de outrora, quando alvorecia a minha primeira mocidade, revejo as colinas virentes a debruar o horizonte distante e ao fundo o diluído anil das montanhas polvilhadas pelo ouro do sol poente. Paisagem doce e forte, suave e alegre, a desdobrar-se por entre a esmeralda clara dos chãos cultivados, as flâmulas auri-verdes dos canaviais e das folhas verde-negras dos cafeeiros; paisagem compassada e colorida, onde o muito que dá e o bem que encerra, dá-lhe a serenidade, a harmonia, o equilíbrio, para ser compreendida e para ser amada.

CONVITE

O Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, através de sua Comissão de Publicações, convida as pessoas físicas e jurídicas a participarem das publicações com a chancela da Instituição, publicitariamente (fins promocionais e comerciais) e de apoio cultural (fins promocionais institucionais).

As publicações oficiais – Revista IHGP e livros de autores selecionados e chancelados pela Comissão de Publicações – são de cunho científico – cultural e versadas em História, Geografia, Antropologia, Sociologia e Ciências Correlatas e, preferencialmente, ligadas à cultura e à ciência de Piracicaba e região.

Participações e parcerias contratadas são dedutíveis do Imposto de Renda.

Contato: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba

Endereço: Rua do Rosário, 781 - Piracicaba - SP - 13400-180

e-mail: ihgp@ihgp.org.br

Fone: (19) 3434-8811

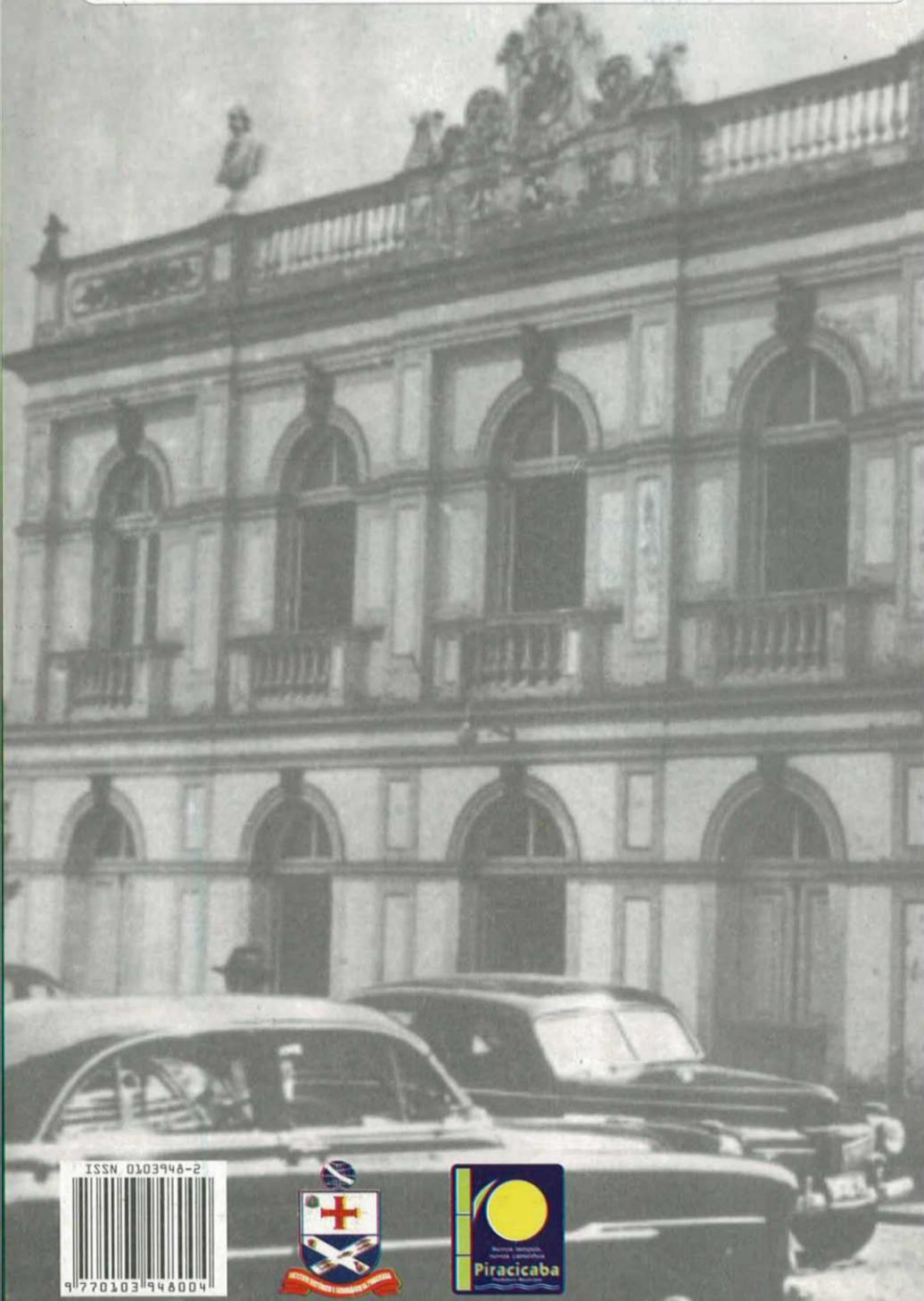
Horário: diariamente das 8:30 às 11:30 hs e das 13:30 às 17:00 hs



Rua Barão de Piracicamirim, 1926
CEP: 13416-150 - Piracicaba - SP
Fonc/Fax: (19) 3433-6748 / 9691-7074
E-mail: graficadegaspari@terra.com.br
MSN: editoradegaspari@hotmail.com



Teatro Santo Estevão - Piracicaba - SP - Brasil



ISSN 0103948-2



9 770103 948004

